interambinerg

Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

PERU

SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

GUIA DE ACESSO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

interambinerg

Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

PERU

SETOR DO AMBIENTE E ENERGIA

GUIA DE ACESSO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

FICHA TÉCNICA

Título

PERU

Setor do Ambiente e Energia

Guia de Acesso a Instrumentos Financeiros

Projeto

Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia

Entidade Promotora

AEP - Associação Empresarial de Portugal

Equipa

Maria da Conceição Vieira

Nuno Ferraz

Sofia Roque

Depósito Legal

394174/15

Junho 2015

Índice Geral

1. INTRODUÇÃO 7

2. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PERUANAS 8

2.1. Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE) 8

2.2. Banca Comercial 17

3. MULTILATERAIS FINANCEIRAS 21

3.1. Mercado das Multilaterais Financeiras 21

3.2. Participação de Portugal nas IFI - Instituições Financeiras Internacionais 22

3.3. Dimensão do Mercado das Multilaterais Financeiras Internacionais 23

3.4. Oportunidades de Negócios 23

3.5. Multilaterais Financeiras que Operam no Peru 24

4. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS PORTUGUESAS 102

4.1. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Popular Portugal, S.A. 102

4.2. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Santander Totta, S.A. 104

4.3. Protocolo de Colaboração AICEP/ Barclays Bank (Portugal) 106

4.4. Protocolo de Colaboração AICEP/ Caixa Geral de Depósitos (CGD, S.A.) 108

4.5. Protocolo de Colaboração AICEP/ Millennium BCP 110

4.6. Protocolo de Colaboração AICEP/ BPI, S.A. 111

4.7. SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, S.A. 112

5. BIBLIOGRAFIA 115

Índice de Quadros

Quadro 1.	Condições de acesso aos produtos da COFIDE	12
Quadro 2.	Instituições intermediárias a partir das quais a COFIDE disponibiliza os seus produtos/serviços	14
Quadro 3.	Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes do BID (Ano 2014)	27
Quadro 4.	Número de projetos aprovados/em preparação no setor do ambiente e da energia no Peru	31
Quadro 5.	Projetos apoiados pelo BID no setor do ambiente e da energia, no Peru	32
Quadro 6.	Empresas/consórcios vencedores dos últimos contratos atribuídos pelo BID no âmbito do setor do ambiente e energia	34
Quadro 7.	Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços	52
Quadro 8.	*Trust Funds* do Banco Mundial	53
Quadro 9.	Pessoas de contacto de topo do Grupo Banco Mundial	55
Quadro 10.	Número de projetos financiados pelo Banco Mundial no Peru, 2010-2014	58
Quadro 11.	Montantes financiados pelo Banco Mundial no Peru, 2010-2014	58
Quadro 12.	Quadro descritivo dos projetos ativos no Peru (Banco Mundial), na área do ambiente e energia	59
Quadro 13.	Empresas/consórcios vencedores nos concursos ativos no setor do ambiente e energia peruano, financiados pelo BM	60
Quadro 14.	Quadro descritivo dos projetos em *pipeline* no Peru (Banco Mundial), na área do ambiente e energia	64
Quadro 15.	Número de projetos financiados pela Corporação Andina de Fomento no Peru, 2009-2013	80
Quadro 16.	Tipologia de projetos financiados pela Corporação Andina de Fomento no Peru, em percentagem (2013)	80
Quadro 17.	Montantes Financiados pela Corporação Andina de Fomento no Peru, 2009-2013	80
Quadro 18.	Quadro descritivo dos projetos financiados pela CAF no Peru	81

Índice de Figuras

Figura 1.	Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços	52

1. INTRODUÇÃO

A internacionalização das empresas portuguesas é um processo irreversível e fundamental para a competitividade futura do nosso tecido empresarial e do nosso país. Cada vez mais empresas percebem que a participação em mercados externos é fundamental para a sua sobrevivência e perspetivas de crescimento no mundo atual e optam por iniciar um processo desta natureza.

Nesse sentido, a AEP – Associação Empresarial de Portugal, decidiu avançar com o projeto **"Interambinerg - Internacionalização do Setor Português do Ambiente e Energia"** nos Mercados da **Colômbia**, **México** e **Peru**, visando desenvolver uma estratégia coletiva para a internacionalização das empresas portuguesas com atividade económica no setor do ambiente e energia, projetando o *know-how* português, ajudando a identificar oportunidades de negócios e contribuindo para a criação do que podemos chamar marca "Portugal" nos domínios do ambiente e energia.

Para o projeto, foram identificados três mercados-alvo, a **Colômbia**, o **México** e o **Peru**, que serão o foco primordial de todos os trabalhos realizados no âmbito deste projeto.

Este projeto envolve diversas vertentes do processo de internacionalização, seja o conhecimento dos mercados-alvo e do setor do ambiente e energia nesses mesmos mercados, uma aproximação às melhores práticas internacionais e compreensão das suas razões de sucesso ou um autodiagnóstico às capacidades atuais das empresas para iniciarem um processo de internacionalização. Em suma, o projeto pretende abordar aquelas que são fundamentalmente as principais dificuldades enfrentadas por empresas portuguesas que desejem iniciar um processo de internacionalização.

Uma das principais dificuldades que a maioria das empresas identifica como sendo de maior relevo é a dificuldade em aceder a financiamento, quer a nível interno, quer a nível externo, nos mercados-alvo. Esta é uma questão que, naturalmente, cada empresa terá que resolver por si própria, mas que a AEP, como entidade empenhada na capacitação das empresas nacionais, pode ajudar a resolver, apontando as empresas no caminho certo e munindo-as da informação necessária para que façam as melhores escolhas.

É desta perceção da necessidade de dar a conhecer às empresas portuguesas as oportunidades de financiamento disponíveis a exportadores e investidores, quer em Portugal, quer no estrangeiro, que surge a necessidade da realização do presente trabalho, intitulado **"Setor do Ambiente e Energia no Peru - Guia de Acesso a Instrumentos Financeiros"**. O estudo pretende elencar as oportunidades de financiamento disponíveis para empresas portuguesas que pretendam iniciar um processo de internacionalização com destino aos mercados definidos como estratégicos no projeto **Interambinerg**, ou seja, a **Colômbia**, o **México** e o **Peru**. Foram realizados estudos individuais para cada um dos países identificados, reportando-se o presente estudo ao mercado peruano.

Na elaboração dos estudos, reunimos informação sobre a oferta disponível junto dos bancos de fomento e/ou desenvolvimento e da banca comercial, as oportunidades existentes nas instituições de crédito portuguesas e as oportunidades disponibilizadas pelas instituições financeiras multilaterais com atividade em cada um dos mercados-alvo, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento ou o Banco Norte-Americano de Desenvolvimento.

A AEP – Associação Empresarial de Portugal está convicta que com esta iniciativa deu um precioso e incontornável contributo para o aumento dos casos de sucesso de internacionalização de empresas do Setor Português do Ambiente e Energia no mercado peruano.

2. Instituições Bancárias Peruanas

2.1. Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE)

http://www.cofide.com.pe

Enquadramento

A Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE) é um banco de desenvolvimento, canalizando todos os recursos que administra unicamente através de instituições financeiras intermediárias, nomeadamente a banca comercial, não prestando apoio diretamente a empresas. A forma como a COFIDE se encontra estruturada permite-lhe complementar a atividade do setor privado através de financiamentos de médio e longo prazo, particularmente ao setor exportador e às micro e pequenas empresas, através da referida canalização de recursos.

As condições oferecidas em cada um dos produtos COFIDE variam de acordo com a instituição financeira intermediária selecionada pela empresa, em função da correspondente avaliação de crédito. Assim, as condições para cada produto devem ser livremente acordadas entre a instituição financeira e o beneficiário.

De seguida, apresentam-se alguns dos principais produtos/serviços oferecidos pela CODIFE, bem como as condições básicas de acesso, recomendando-se aos interessados que contactem a instituição financeira intermediária escolhida ou a própria COFIDE diretamente, de modo a aferirem sobre as condições específicas aplicáveis à sua empresa.

Programas de Investimento

A COFIDE disponibiliza programas e linhas de crédito que podem financiar todas as etapas do projeto de investimento, desde os estudos de viabilidade e identificação dos mercados aos diferentes processos de produção e serviços da empresa, bem como modernização de instalações fabris e operações de comércio externo. Os programas de financiamento ao investimento oferecidos pela COFIDE são os seguintes:

- **PROBID;**
- **PROPEM BID;**
- **MULTISSETORIAL NOVO SOL.**

Elencam-se de seguida, os principais atributos de cada um destes programas de financiamento ao investimento.

PROBID

O PROBID financia, a médio e longo prazo, os projetos de investimento dirigidos ao estabelecimento, ampliação e melhoria das atividades realizadas pelo setor privado. São destinatárias deste programa as empresas com projetos rentáveis e viabilidade técnica, ambiental e financeira, que realizem atividades de produção, comércio ou prestação de serviços.

O financiamento abrange os seguintes itens:

- Ativo fixo, aquisição de máquinas e equipamentos, execução de obras e outros;
- Fundo de maneio estrutural, associado ao projeto;
- Serviços técnicos e de gestão, de apoio ao investimento;
- Exportação de bens de capital, bens de consumo duradouros e serviços de engenharia, bem como a venda de bens no mercado local;
- Reembolso de investimentos de projetos em implementação, realizados há não mais de 360 dias.

Há também algumas restrições de relevo no acesso a estes fundos, para além das habituais relacionadas com o cumprimento das obrigações fiscais, a solvência ou critérios ambientais.

Assim, este programa não é aplicável a:

- Bens ou serviços oriundos de países que não integrem a lista de membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Bens de capital usados que se encontrem no país;
- Compra de ações ou participações em empresas, títulos ou outros ativos monetários;
- Custos gerais e de administração;
- Aquisição ou arrendamento de terrenos e imóveis;
- Fundo de maneio não relacionado com o projeto;
- Operações do tipo *sale-leaseback*, salvo algumas exceções.

As taxas de juro finais, bem como possíveis garantias, são definidas livremente através de processo negocial entre a intermediária financeira e a empresa. A moeda a utilizar será a moeda local (Sol Novo) ou, de forma alternativa, o dólar americano (USD). As condições específicas sobre este programa são apresentadas em secção própria mais à frente, neste guia de acesso a instrumentos financeiros no Peru.

PROPEM BID

O objetivo do PROPEM BID é impulsionar o desenvolvimento da pequena empresa peruana, de todos os setores de atividade económica, através de financiamento ao estabelecimento, ampliação e melhoria das suas instalações produtivas e equipamentos, bem como custos de conceção e serviços de apoio relacionados e também necessidades de fundo de maneio. São destinatários deste programa as empresas com a adequada capacidade administrativa, técnica, ambiental e financeira para levar a cabo o projeto para o qual se está a solicitar o financiamento, de forma eficiente.

Os fundos destinam-se ao financiamento de ativo fixo e fundo de maneio a médio e longo prazo, sendo obrigatório que os bens e serviços financiados provenham de um país membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Há também algumas restrições de relevo no acesso a estes fundos, para além das habituais relacionadas com o cumprimento das obrigações fiscais, a solvência ou critérios ambientais.

Estes fundos não são aplicáveis a:

- Bens ou serviços oriundos de países que não integrem a lista de membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Bens de capital usados que se encontrem no país;
- Compra de ações ou participações em empresas, títulos ou outros ativos monetários;
- Custos gerais e de administração;
- Aquisição ou arrendamento de terrenos e imóveis;
- Fundo de maneio não relacionado com o projeto;
- Operações do tipo *sale-leaseback*, salvo algumas exceções.

As taxas de juro finais, bem como possíveis garantias, são definidas livremente através de processo negocial entre a intermediária financeira e a empresa. A moeda a utilizar é escolhida livremente. As condições específicas sobre este programa são apresentadas em secção própria mais à frente neste guia.

MULTISSETORIAL NOVO SOL

O programa Multissetorial Novo Sol tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor empresarial para o estabelecimento, ampliação e melhoria das suas atividades. O crédito destina-se a empresas sedeadas no país e que desenvolvam as suas atividades no Peru.

O financiamento abrange os seguintes itens:

- Pré-investimento;
- Ativo fixo, incluindo a reposição de investimentos;
- Obras civis e infraestruturas;
- Serviços técnicos e de gestão;
- Reestruturação de passivos.

Projetos e/ou atividades que usem tecnologias que atentem contra a conservação do meio ambiente, a saúde pública e a segurança das pessoas, não podem ser financiados por este programa.

As taxas de juro finais são definidas livremente através de processo negocial entre a intermediária financeira e a empresa. A moeda a utilizar é a moeda nacional, o Novo Sol. As condições específicas sobre este programa são apresentadas em secção própria mais à frente neste guia.

Linhas para Fundo de Maneio

O objetivo destas linhas é atender as necessidades de fundo de maneio das empresas de todos os setores de atividade económica. Existem linhas a curto e a médio prazo. As taxas de juro finais, bem como possíveis garantias, são definidas livremente através de processo negocial entre a intermediária financeira e a empresa. A moeda a utilizar será a moeda local (Novo Sol) ou, de forma alternativa, o dólar americano (USD). Nas linhas de médio prazo, utiliza-se apenas o dólar. As condições específicas sobre este programa são apresentadas em secção própria mais à frente, neste guia de acesso a instrumentos financeiros no Peru.

Linhas de Comércio Externo

As linhas de apoio ao comércio externo da COFIDE assumem a forma da COMEX Exportação e da COMEX Importação. As linhas são direcionadas a exportadores e importadores, respetivamente.

No caso da linha COMEX Exportação, é financiada a exportação, bem como o pré e pós embarque. Os recursos são utilizados para a exportação de bens e serviços de origem peruana, não se financiado operação de comércio internacional com Cuba e Haiti. A linha COMEX Importação financia as empresas peruanas na importação de bens.

As taxas de juro finais são definidas livremente através de processo negocial entre a intermediária financeira e a empresa. A moeda a utilizar será o dólar americano (USD). As condições específicas sobre este programa são apresentadas em secção própria mais à frente.

Programa de Créditos Subordinados

O Programa de Créditos Subordinados tem como objetivo apoiar o incremento do financiamento às micro e pequenas empresas (MYPE), com o intuito de aumentar os seus níveis de rendimento e emprego. Este programa financia instituições financeiras intermédias, que depois repassam estes recursos através dos seus próprios programas. A moeda a utilizar será a moeda local (Novo Sol) ou, de forma alternativa, o dólar americano (USD).

Outros Produtos/Serviços

Para além das formas de financiamento descritas anteriormente, a COFIDE disponibiliza outros produtos e serviços financeiros às empresas, sob a forma de garantias (como o FONDEMI) ou seguros de crédito (como o SEPYMEX, o programa de seguro de crédito à exportação para as pequenas e médias empresas). Para conhecer melhor as condições aplicáveis a este tipo de produto, recomenda-se o contacto direto com a Corporação Financeira de Desenvolvimento do Peru.

Condições de Acesso aos Programas da COFIDE

O quadro seguinte apresenta as condições essenciais de acesso aos programas da COFIDE identificados anteriormente.

Quadro 1 – Condições de acesso aos produtos da COFIDE

Serviço Financeiro	Prazo		Financiamento	Estrutura de Financiamento
	Pagamento	Carência		
PROGRAMAS DE INVESTIMENTO				
PROBID	Até 15 anos	De acordo com projeto	Até USD 20 milhões por projeto	Até 100% do requerido
PROPEM BID *(Ativo Fixo)*	Até 10 anos	De acordo com projeto	Até USD 300 mil por empresa	Até 100% do requerido
PROPEM BID *(Fundo de Maneio)*	Até 3 anos	Até 1 ano	Até USD 70 mil por empresa	
MULTISSETORIAL NOVO SOL	Até 10 anos	Até 2 anos	De acordo com projeto	Até 100% do requerido
LINHAS PARA FUNDO DE MANEIO				
Curto Prazo	Até 1 ano	---	Sujeito a disponibilidade COFIDE	Até 100% do requerido
Médio Prazo *(Operações Individuais)*	Até 7 anos	Até 2 anos	Até USD 5 milhões por empresa	Até 100% do requerido
Médio Prazo *(Linha de Crédito)*	Até 3 anos	Até 1 ano	Até USD 70 mil por empresa	
LINHAS DE COMÉRCIO EXTERNO				
COMEX Exportação	Até 1 ano	---	Mínimo USD 20 mil	Até 100% do requerido
COMEX Importação	Até 1 ano	---	Mínimo USD 20 mil	Até 100% do requerido
PROGRAMA DE CRÉDITOS SUBORDINADOS				
Créditos Subordinados	8 - 10 anos	Mínimo de 5 anos	Sujeito a disponibilidade COFIDE e limite do banco comercial	Até 100% do requerido
GARANTIAS				
FONDEMI *(Microempresa)*	Até 3 anos	Até 1 ano	Até USD 10 mil por empresa	Até 100% do requerido

Fonte: COFIDE

Contactos

Para conhecer melhor os produtos/serviços disponibilizados pela COFIDE, aconselha-se o contacto direto com a instituição, quer na direção central, quer por via das delegações regionais. Os contactos para cada uma destas entidades são apresentados de seguida.

Sede Cofide

Gerente:	Jorge Luís Ramos Felices
Endereço:	Augusto Tamayo Nº 160 San Isidro, Lima, Peru
Telefone:	(+51) 1 615-4000
Email:	postmaster@cofide.com.pe

Oficina Macroregional Norte

Coordenadora:	Gisela Rodríguez
Endereço:	Av. Guardia Civil Mz. Q Lote 19, 2do. Piso, Urb. Miraflores, Castilla – Piura, Peru
Telefone:	(+51) 07 334-6710

Oficina Macroregional Centro

Endereço:	Av. Giraldes 634, 2do. Piso, Huancayo - Junín, Peru
Telefone:	(+51) 06 421-7869

Oficina Macroregional Sul

Coordenadora:	Flor Victoria Villena
Endereço:	Ca. Quezada 104 Yanahuara, Arequipa, Peru
Telefone:	(+51) 05 427-1991

Oficina Macroregional Oriente

Coordenadora:	Jessica Untama
Endereço:	Jr. Alegría Arias de Morey Nº 354, Tarapoto – San Martín, Peru
Telefone:	(+51) 04 234-1420

Uma outra forma de conhecer os produtos oferecidos pela COFIDE é entrando em contacto diretamente com as instituições financeiras intermediárias, podendo assim efetuar uma simulação para o caso concreto da sua empresa, conhecendo no imediato as condições em que o produto pode ser disponibilizado.

A rede da COFIDE conta com bancos e financeiras, caixas municipais de poupança e crédito, caixas rurais de poupança e crédito, entidades de locação, cooperativas de poupança e crédito, entidades de desenvolvimento para as pequenas e microempresas (EDPYME), bem como entidades de outras tipologias.

O quadro seguinte apresenta os contactos das entidades que funcionam como clientes para a COFIDE.

Quadro 2 – Instituições intermediárias a partir das quais a COFIDE disponibiliza os seus produtos/serviços

Entidade	Telefone	Website
Bancos e Financeiras		
Banco Agropecuario Agrobanco	(+51) 1 615-0000	http://www.agrobanco.com.pe
BBVA Banco Continental	(+51) 1 211-1000	http://www.bbvabancocontinental.com
Banco de Comercio	(+51) 1 513-6000	http://www.bancomercio.com
Banco de Crédito del Perú - BCP	(+51) 1 313-2000	http://www.viabcp.com
Banco Falabella	(+51) 1 618-0000	http://www.bancofalabella.com.pe
Banco Financiero del Perú	(+51) 1 612-2000	http://www.financiero.com.pe
HSBC Bank Perú S.A.	(+51) 1 512-3000	http://www.hsbc.com.pe
Banco Interamericano de Finanzas - BIF	(+51) 1 613-3000	http://www.bif.com.pe
Banco Internacional del Perú - INTERBANK	(+51) 1 219-2000	http://www.interbank.com.pe
Banco de la Microempresa S.A. - MIBANCO	(+51) 1 513-8000	http://www.mibanco.com.pe
Banco de la Nación	(+51) 1 519-2000	http://www.bn.com.pe
Banco Ripley S.A.	(+51) 1 611-5700	http://www.ripley.com.pe
Santander Perú S.A.	(+51) 1 215-8100	http://www.santander.com.pe
Scotiabank Perú	(+51) 1 211-6000	http://www.scotiabank.com.pe
Banco Standard Chartered	(+51) 1 411-7000	http://www.standardchartered.com
Crediscotia Financiera	(+51) 1 611-9900	http://www.crediscotia.com.pe
Financiera TFC S.A.	(+51) 1 313-3600	http://www.tfc.com.pe
Financiera EDYFICAR S.A.	(+51) 1 319-5555	http://www.edyficar.com.pe
Caixas Municipais de Poupança e Crédito		
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Arequipa	(+51) 054 22-0001	http://www.cmac-arequipa.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Cusco	(+51) 084 23-7171	http://www.cmac-cusco.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito del Santa	(+51) 043 48-3140	http://www.cajadelsanta.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Huancayo	(+51) 064 48-1000	http://www.cajahuancayo.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Ica	(+51) 056 21-1700	http://www.cmacica.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Maynas	(+51) 065 22-1256	http://www.cmacmaynas.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Paita	(+51) 073 21-3080	http://www.cmac-paita.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Pisco	(+51) 056 53-2036	http://www.cmp.com.pe

Quadro 2 – Instituições intermediárias a partir das quais a COFIDE disponibiliza os seus produtos/serviços (continuação)

Entidade	Telefone	Website
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Piura	(+51) 073 28-4300	http://www.cmacpiura.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Sullana	(+51) 073 28-4400	http://www.cmac-sullana.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Tacna	(+51) 052 42-5305	http://www.cmactacna.com.pe
Caja Municipal de Ahorro y Crédito Trujillo	(+51) 044 29-4000	http://www.cajatrujillo.com.pe
Caja Metropolitana de Ahorro y Crédito Popular de Lima	(+51) 1 428-6214	http://www.cajametropolitana.com.pe
Caixas Rurais de Poupança e Crédito		
Caja Rural de Ahorro y Crédito Cajamarca	(+51) 076 36-3990	http://www.cajacajamarca.com.pe
Caja Rural de Ahorro y Crédito Credichavín	(+51) 043 42-1882	http://www.credichavin.com
Caja Rural de Ahorro y Crédito Credinka	(+51) 084 24-9090	http://www.credinka.net
Caja Rural de Ahorro y Crédito Los Andes	(+51) 51 36-8808	http://www.cajarurallosandes.com
Caja Rural de Ahorro y Crédito Los Libertadores de Ayacucho S.A.	(+51) 066 49-0030	http://www.libercaja.com
Caja Rural de Ahorro y Crédito Nuestra Gente	(+51) 044 48-5500	http://www.cajanorperu.com.pe
Caja Rural de Ahorro y Crédito Prymera	(+51) 1 239-3955	http://www.prymera.com.pe
Caja Rural de Ahorro y Crédito Promotora de Finanzas S.A.	(+51) 1 581-2318	http://www.profinanzas.com.pe
Caja Rural de Ahorro y Crédito Señor de Luren	(+51) 056 58-1400	http://www.cajaluren.com.pe
Caja Rural de Ahorro y Crédito Sipán S.A.	(+51) 074 22-4676	http://www.cajasipan.com.pe
Entidades de Locação		
America Leasing S.A.	(+51) 1 611-1700	http://www.americaleasing.com
Leasing Total	(+51) 1 710-2300	http://www.leasingtotal.com.pe
Cooperativas de Poupança e Crédito		
CAC Ábaco	(+51) 1 422-2380	http://www.abaco.com.pe
CAC Huancavelica Ltda. N°582	(+51) 067 75-2903	---
CAC Pacífico	(+51) 1 421-0557	http://www.coopac.org.pe
CAC Santa María Magdalena Ltda.	(+51) 066 81-9200	---
CAC San Martín de Porres Ltda.	(+51) 042 52-2213	---
CAC Santo Cristo de Bagazán Ltda.	(+51) 042 55-8183	---
CAC AELU	(+51) 1 461-0000	http://www.aelucoop.com.pe
CAC San Cristóbal de Huamanga	(+51) 066 81-2513	---
Entidades de Desenvolvimento para as Pequenas e Microempresas (EDPYME)		
EDPYME Alternativa S.A	(+51) 074 20-4808	http://www.alternativa.com.pe
EDPYME Confianza S. A.	(+51) 064 21-7000	http://www.edpymeconfianza.com.pe
EDPYME Crear Arequipa	(+51) 054 28-1364	http://www.creararequipa.com.pe

Quadro 2 – Instituições intermediárias a partir das quais a COFIDE disponibiliza os seus produtos/serviços (conclusão)

Entidade	Telefone	Website
Acceso Crediticio EDPYME	(+51) 1 221-4821	http://www.edpyme.acceso.com.pe
EDPYME Credivisión S.A.	(+51) 1 422-1209	http://www.www.credivisionperu.com
EDPYME Efectiva	(+51) 074 27-4867	http://www.efectiva.com.pe
EDPYME Micasita S.A.	(+51) 1 221-8899	http://www.micasita.com.pe
EDPYME Nueva Visión S.A.	(+51) 054 59-9400	http://www.nuevavision.com.pe
EDPYME Pro Negocios S.A.	(+51) 044 20-8409	http://www.pronegocios.com.pe
EDPYME Proempresa S.A.	(+51) 1 625-8080	http://www.proempresa.com.pe
EDPYME Raíz S.A.	(+51) 1 612-0600	http://www.raizperu.com.pe
EDPYME Solidaridad y Desarrollo Empresarial	(+51) 1 219-8700	http://www.edpymesol.com.pe
Outras		
FOGAPI	(+51) 1 2218-646	http://www.fogapi.com.pe
FOCMAC	(+51) 1 2217-068	---

Fonte: COFIDE

2.2. Banca Comercial

Os recursos disponibilizados pelos bancos de desenvolvimento, chegam ao consumidor final, às empresas e aos particulares, através de intermediários financeiros, uma vez que a banca de desenvolvimento não presta estes serviços de forma direta. Os intermediários financeiros de maior relevo em qualquer país são os bancos comerciais.

De seguida, apresentam-se os principais bancos a operar no Peru, bem como uma breve caracterização sobre cada um deles.

BANCO DE CRÉDITO DO PERU (BCP)

Com mais de um século de atividade, o **Banco de Crédito do Peru (BCP)**, é o maior banco do Peru, contando com perto de 400 agências espalhadas pelo país, bem como mais de 5.600 agentes e mais de 15.000 colaboradores.

O BCP oferece soluções para PME, nomeadamente ao nível de soluções de liquidez para negócios, capital para equipar o negócio e adiantamento de pagamentos, bem como soluções empresariais, particularmente ao nível do fundo de maneio, *factoring*, letras, *leasing*, crédito à construção, avais e fianças, adiantamento de pagamentos e financiamento a exportações e importações.

(http://www.viabcp.com)

Contacto primordial: (+51) 1 311-9898

BBVA CONTINENTAL

O **BBVA Continental** é o segundo maior banco do Peru, tendo gerado receitas superiores a 1.300 milhões de novos sóis, em 2013. Em 2014, o banco foi considerado o melhor banco do Peru pela *Global Finance*.

Alguns produtos oferecidos pelo BBVA Continental são os empréstimos comerciais (que financiam fundo de maneio, bens de capital ou investimentos necessários), *factoring*, *leasing*, fianças, adiantamento de letras e faturas, linha de financiamento a promotores imobiliários ou crédito líquido, que permite ao empresário aceder a crédito para fundo de maneio sem tramitação ou "papelada".

(https://www.bbvacontinental.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 595-0000

SCOTIABANK PERU

O **Scotiabank Peru** faz parte do Grupo Scotiabank, uma das instituições financeiras líderes na América do Norte. Trata-se de um grupo financeiro com mais de 180 anos de experiência e vida institucional, com mais de 18 milhões de clientes a nível mundial, presente em 50 países.

Entre os serviços prestados destacam-se linhas de crédito para fundo de maneio em PME, crédito para máquinas para PME, crédito empresarial, crédito em conta corrente, crédito para projetos de infraestruturas, *factoring*, fianças, *leasing* e financiamento ao comércio externo.

(http://www.scotiabank.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 311-6000

INTERBANK PERU

O **Interbank Peru** é uma instituição financeira com mais de 250 sucursais e de 1.500 agentes em todo o país. Em 2013, foi um dos bancos que mais cresceu no Peru, registando uma evolução positiva de 13,4% nas receitas.

O banco financia o investimento em ativos fixos, máquinas e fundo de maneio, concedendo também crédito à exportação e importação, financiamento à construção e soluções de *factoring* e *leasing*.

(http://www.interbank.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 311-9000

BANCO SANTANDER PERU

O **Banco Santander Peru** é parte integrante do grupo económico Santander, o banco mais importante da zona euro, a sexta maior empresa do mundo e a quarta maior instituição financeira mundial.

O banco oferece financiamento à exportação e importação, bem como serviços de *forfaiting*, entre outros.

(https://www.santander.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 215-8161

BANCO INTERAMERICANO DE FINANÇAS (BANBIF)

O **Banco Interamericano de Finanças**, ou **BANBIF**, cresceu quase 30% em termos de receitas em 2013, registando um valor de 106,3 milhões de novos sóis. Só em Lima, possui 55 sucursais, contando com mais 27 espalhadas pelo país.

O banco oferece crédito diferenciado, de acordo com a dimensão das empresas, disponibilizando serviços como empréstimos comerciais, financiamento de necessidades de fundo de maneio, soluções de *factoring* e *leasing*, bem como apoio ao comércio internacional, ao nível da exportação e da importação.

(http://www.bif.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 625-3300

BANCO FINANCEIRO

O **Banco Financeiro** conta com mais de 40 anos de experiência e continua a consolidar a sua atividade no Peru. No ano de 2013, as receitas do banco cresceram perto de 30%.

O banco oferece soluções de financiamento para micro e pequenas empresas ao nível do crédito para fundo de maneio, ativo fixo e consumo, bem como crédito empresarial (empresas de média e grande dimensão), que contempla soluções como crédito comercial, crédito ao comércio externo, *leasing*, desconto de letras, desconto de faturas e fianças.

(http://www.financiero.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 612-2222

DEUTSCHE BANK PERU

Com presença no Peru desde 2008, o **Deutsche Bank** é já uma das grandes instituições financeiras do país.

O banco oferece soluções de *corporate finance*, com todos os aspetos relacionados com finanças empresariais, fusões e aquisições, bem como *asset management*, incluindo soluções de investimento a clientes locais e multinacionais, bem como *private banking*.

(https://www.db.com/peru)

Contacto primordial: (+51) 1 219-6800

CITIBANK PERU

O **Citibank Peru** é uma das mais antigas instituições bancarias do país. O banco apresenta duas linhas de negócio distintas: a banca empresarial, que oferece serviços financeiros a grandes empresas, e a banca local comercial, que atende empresas de média dimensão.

Entre os serviços prestados destacam-se financiamentos de curto prazo (fundo de maneio, para clientes com necessidades de financiamento inferior a um ano), financiamentos de médio prazo (para clientes com necessidades de financiamento superiores a 1 ano), operações de locação financeira e *leaseback*, ou financiamentos para projetos de infraestruturas e energia.

(https://www.citibank.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 215-2000

MIBANCO

O **Mibanco** é o primeiro banco privado comercial especializado em microfinanças, no Peru. Foi constituído em 1998, mas hoje é já um dos 10 maiores bancos do país, em termos de receitas.

O crédito disponibilizado pelo banco permite a empreendedores com negócio próprio financiar a compra de mercadorias, inputs e matérias-primas, bem como suprir as suas necessidades de fundo de maneio, oferecendo adicionalmente soluções de *leasing* e de crédito ao consumo.

(http://www.mibanco.com.pe)

Contacto primordial: (+51) 1 319-9999

3. MULTILATERAIS FINANCEIRAS

3.1. Mercado das Multilaterais Financeiras

As multilaterais financeiras são Instituições Financeiras Internacionais (IFI) que promovem o desenvolvimento económico e social e a redução dos níveis de pobreza nos países em desenvolvimento.

Atuam em todos os setores de atividade, com especial ênfase nos setores sociais (educação e saúde), na agricultura e desenvolvimento rural, na governação e em infraestruturas (água, energia e transportes).

Desempenham, um papel de primeira linha na formulação de teorias, políticas e estratégias relacionadas com as grandes temáticas da agenda do desenvolvimento: alívio da dívida, eficácia da ajuda, modalidades de financiamento, promoção do setor privado, entre outras.

Partilham um vasto conhecimento a partir da produção de milhares de documentos (relatórios, estudos, *outlooks*, etc.) sobre o setor financeiro, governação, desenvolvimentos macroeconómicos, clima de investimento e muitos outros assuntos. Privilegiam a aplicação de princípios estruturantes dos esforços da comunidade internacional para imprimir mais eficácia na ajuda, como os da apropriação, do alinhamento, da harmonização e da gestão para os resultados.

Finalmente, utilizam um conjunto muito diversificado de instrumentos financeiros (empréstimos, doações, garantias) e não financeiros (serviços de assistência técnica e assessoria) envolvendo enormes quantidades de recursos.

A atividade destas instituições financeiras traduz-se em avultados investimentos que causam importantes impactos no desenvolvimento dos países beneficiários. Mas não só nestes. Os países doadores retiram também vantagens diretas dos recursos dos Bancos Mundiais Doadores (BMD), por via dos contratos que as empresas fornecedoras de bens e serviços ganham no âmbito de programas e projetos lançados a concurso pelos países (*procurement*).

Os países doadores, ao participarem enquanto membros acionistas na atividade destes bancos, atuam em palcos internacionais onde é permanente a simbiose de objetivos de natureza política (solidariedade, visibilidade, influência, segurança, etc.) com objetivos de natureza económica (internacionalização de empresas, aumento de exportações, alargamento de mercados).

Por outro lado, é importante referir que essa participação é uma forma de os doadores aumentarem os fluxos destinados à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), contribuindo para se aproximarem de compromissos internacionalmente assumidos. É pertinente também destacar que as oportunidades de negócios proporcionadas pelos contratos de financiamento estabelecidos pelos BMD com os países beneficiários, permitem aos doadores alcançar parte substancial do almejado retorno dos fundos orçamentais afetos à APD.

3.2. Participação de Portugal nas IFI - Instituições Financeiras Internacionais

As Instituições Financeiras Internacionais têm como principais objetivos fomentar o crescimento económico e a cooperação à escala global ou regional, contribuindo para a promoção do desenvolvimento económico e social sustentável dos países em desenvolvimento, membros dessas instituições, bem como a redução da pobreza.

A adesão de Portugal às Instituições Financeiras Internacionais prossegue objetivos de natureza política e económica, dos quais se destacam:

- Garantir a defesa dos interesses estratégicos da política externa, de internacionalização e de cooperação portuguesa;
- Aumentar a visibilidade e influência portuguesa nas IFI;
- Promover vantagens mútuas de cooperação económica e facilitar o acesso das empresas e consultores nacionais ao denominado mercado das multilaterais financeiras, cuja oferta à escala global chega a ultrapassar os 100 mil milhões USD/ano.

Atualmente o governo português é acionista das seguintes instituições financeiras internacionais:

- Grupo do Banco Mundial (BM), desde 1961;
- Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desde 1979;
- Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), desde 1983;
- Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), desde 1991;
- Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), desde 2002;
- Corporação Andina de Fomento (CAF), desde 2009;
- Banco Europeu de Investimento (BEI), desde 1986.

A gestão das participações nestas instituições é assegurada pelo Ministério das Finanças, através da Direção Geral dos Assuntos Europeus e Relações Internacionais, no quadro mais vasto dos princípios, objetivos e prioridades da política externa portuguesa.

A análise dos benefícios para Portugal do ponto de vista político e económico, resultantes da sua participação no sistema multilateral financeiro pode ser feita através de dois indicadores de resultados:

- Rácio do retorno para a economia portuguesa (valor dos contratos ganhos por empresas portuguesas/desembolsos);
- Número de quadros portugueses colocados nas referidas instituições.

3.3. Dimensão do Mercado das Multilaterais Financeiras Internacionais

O mercado das multilaterais financeiras apresenta um enorme potencial no que diz respeito a oportunidades de negócio, investimento e parcerias internacionais, a saber:

- **Operações com o setor público**, a janela soberana, para financiamentos a governos e empresas/entidades governamentais, que exige uma demonstração de interesse por parte do Ministério responsável pela gestão da relação entre o país e o banco em questão, da qual surgem as oportunidades de *procurement* para empresas e consultores;
- **Operações com o setor privado**, a janela não soberana, para financiamento de empresas privadas de direito local (vertente investimento), à qual empresas portuguesas com subsidiárias locais podem aceder;
- ***Trust funds*** ou fundos de cooperação técnica que Portugal mantém junto de algumas IFI, cujos recursos se destinam a financiar serviços de consultoria e assistência técnica nos países beneficiários.

3.4. Oportunidades de Negócios

O mercado das multilaterais financeiras apresenta um enorme potencial no que diz respeito a oportunidades de negócio, investimento e parcerias internacionais, nomeadamente;

- Contratos de licitação pública para prestação de serviços;
- Contratos de licitação pública para realização de obras;
- Contratos de licitação pública para satisfação das próprias necessidades das IFI (*corporate procurement*);
- Participação, como investidor, promotor ou cofinanciador, em projetos de natureza privada ou projetos de parcerias público-privadas, desde que contribuam para o desenvolvimento económico ou social dos países beneficiários;
- Contratos de consultoria, gerados quer pelos departamentos de operações de cada banco, quer pelos Fundos portugueses de cooperação técnica junto do respetivo banco;
- Para a banca nacional, serviços de intermediação financeira, quer a nível da participação nos programas de facilitação do comércio internacional daquelas instituições, quer a nível da sindicação de empréstimos por elas concedidos.

3.5. Multilaterais Financeiras que Operam no Peru

As multilaterais financeiras a operar atualmente no Peru são:

- **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**
- **Banco Mundial (BM)**
- **Corporação Andina de Fomento (CAF)**

De seguida apresentamos uma descrição de cada uma delas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

http://www.iadb.org/es/paises/peru

Breve Caracterização

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoia iniciativas de países da América Latina e Caribe para reduzir a pobreza e a desigualdade. O objetivo do BID é promover o desenvolvimento de uma maneira sustentável e que não cause prejuízos climáticos. Estabeleceu-se em 1959 e constitui a maior fonte de financiamento para o desenvolvimento na América Latina e Caribe.

Tem 48 países membros como acionistas, entre eles 26 membros mutuários da América Latina e Caribe que têm participação maioritária no BID.

O Fundo para Operações Especiais (FOE) fornece financiamento concecional para os países membros mais vulneráveis.

Informação Básica

- **Presidente:** Luís Alberto Moreno
- **Número de países membros:** 48 países
- **Escritórios:** Sede em Washington, DC, com representações em 26 países mutuários, além de um escritório regional em Tóquio e outro em Paris
- **Pessoal:** Aproximadamente 2.000 pessoas
- **Clientes:** Governos centrais, províncias, estados, municípios, empresas privadas e organizações não-governamentais
- **Empréstimos e subsídios aprovados em 2014:** USD 13,8 mil milhões

Origem do Banco Interamericano de Desenvolvimento

A ideia de uma instituição para promover o desenvolvimento da América Latina surgiu na 1ª conferência Pan-Americana em 1890.

Sete décadas depois o BID tornou-se realidade, com uma proposta do presidente Juscelino Kubitscheck. O Banco foi criado formalmente em 1959, quando a Organização dos Estados Americanos redigiu o acordo de fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Ao longo dos anos, o BID acrescentou novos países membros e aumentou o seu capital nove vezes.

Em parceria com os seus clientes, o BID trabalha para eliminar a pobreza e a desigualdade e promover o crescimento económico sustentável. O BID empresta a governos nacionais, provinciais, estaduais e municipais, bem como a instituições públicas autónomas. Organizações da sociedade civil e empresas do setor privado também são elegíveis para financiamentos do BID.

O BID associa-se a países e proporciona-lhes recursos financeiros e conhecimento para atingir resultados.

Breve Descrição do Funcionamento

O Grupo BID, que consiste no Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Interamericana de Investimento (CII) e o Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN), oferece soluções financeiras flexíveis aos seus países membros, para financiar o desenvolvimento económico e social através de empréstimos e subsídios a entidades públicas e privadas na América Latina e Caribe.

O BID é a principal fonte de financiamento com e sem garantia soberana para o desenvolvimento económico e social da região.

O CII focaliza-se exclusivamente em estabelecer, expandir e modernizar as PME (pequenas e médias empresas).

O FUMIN colabora com o setor privado para desenvolver, financiar e executar modelos de negociação inovadores para beneficiar os empresários e famílias pobres e de baixos rendimentos.

Organização do BID

A Assembleia de Governadores está no topo da hierarquia do BID e delega a supervisão das operações do Banco à Direção Executiva. As operações do dia-a-dia do BID estão a cargo de uma equipa de gestão.

Cada país membro nomeia um governador cujo número de votos é proporcional ao capital que o país subescreve ao banco. Os 26 países membros da América Latina e Caribe têm 50,02% dos votos. O principal acionista são os Estados Unidos da América com 30,01% dos votos.

Os diretores executivos desempenham as suas funções na sede do BID, em Washington, D.C. e são designados por um período de três anos.

O presidente do BID, eleito pela Assembleia de Governadores para um mandato de cinco anos, é o funcionário executivo principal e representante legal da instituição, responsável pelas atividades do dia-a-dia do banco. Conta com a assistência do Vice-Presidente Executivo e quatro Vice-Presidentes.

Identificação das Diferentes Agências e *Trust Funds* Associados

Corporação Interamericana de Investimento (CII)

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII) é uma instituição financeira multilateral criada em 1989, pertencente ao Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). É uma instituição independente, com capital e acionistas próprios. A missão da CII é promover o desenvolvimento económico dos seus países membros da região em desenvolvimento, promovendo a criação, a ampliação e a modernização de empresas privadas, prioritariamente as de pequena e média escala, de forma a que ponham em prática as atividades do BID.

A corporação colabora estritamente com o Grupo do BID para promover o desenvolvimento do setor privado mediante atividades conjuntas destinadas a intensificar o apoio a esse setor nos países membros regionais em desenvolvimento. A sua atividade consiste basicamente em:

- Identificar projetos no âmbito da agricultura, indústria, silvicultura, turismo, infraestruturas, saúde, educação, melhorias no setor tecnológico, gestão de risco e outras áreas em que existam programas do BID;
- Acordos de cooperação técnica conjunta para ajudar as empresas a aceder aos mercados de capitais internacionais;
- Iniciativas conjuntas para identificar mecanismos de promoção de investimento e apoio administrativo através de escritórios regionais.

A CII tem um mercado de mais de um milhão de PME e que, até á data, beneficiaram de mais de 4.420 milhões de dólares em financiamento direto e indireto da CII.

Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN)

O Fundo Multilateral de Investimento (FUMIN) foi criado em 1993 com um mandato dedicado ao acompanhamento das necessidades crescentes do setor privado (financiamento e investimento), nomeadamente em termos de instrumentos reguladores e apoio direto ao desenvolvimento de projetos.

O Fundo mantém um papel fundamental na redução dos custos de envio das remessas de emigrantes, promovendo o aumento da competição entre os operadores e o envolvimento do setor financeiro formal. Esta estratégia tem permitido um melhor aproveitamento desta poupança a qual é aplicada no financiamento de investimentos nos setores produtivos.

O FUMIN tem tido também um papel importante no fomento do microcrédito na região, quer através de operações diretas quer apoiando instituições especializadas.

Fundo para Operações Especiais (FOE)

O Fundo para Operações Especiais (FOE) é a janela concessional do Grupo BID e tem uma dimensão reduzida quando comparado com instrumentos financeiros semelhantes de outros bancos regionais. Tal deve-se ao facto de no continente sul-americano, apenas cinco países - Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua - terem acesso a este tipo de recursos. O FOE concede empréstimos a longo prazo, com juros bonificados a estes cinco membros e recursos para assistência técnica a todos os países mutuários.

Identificação das Pessoas de Contacto

Presidente do BID (2014): Luís Alberto Moreno

O quadro seguinte apresenta os diretores executivos e os diretores executivos suplentes do BID, no ano de 2014, bem como os países responsáveis pela sua eleição e o número de votos de que dispõem.

Quadro 3 – Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes do BID (Ano 2014)

Diretor Executivo	Suplente	Eleito por	Votos	%
Luis Hernando Larrazabal (Bolívia)	Marcelo Bisogno (Uruguai)	Bolívia	302.218	2,55
		Paraguai		
		Uruguai		
Joffrey Celestin Urbain (França)	Maria Rodriguez de la Rua (Espanha)	Áustria	572.786	4,83
		Dinamarca		
		Finlândia		
		França		
		Noruega		
		Espanha		
		Suécia		
Juan Marti Ascencio (México)	Muriel Alfonseca (República Dominicana)	República Dominicana	923.567	7,78
		México		

Quadro 3 – Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes do BID (Ano 2014) (conclusão)

Diretor Executivo	Suplente	Eleito por	Votos	%
Andrea Molinari (Argentina)	Valeria Fernandez Escliar (Argentina)	Argentina	1.379.147	11,63
		Haiti		
Eimon Ueda (Japão)	Hironori Kawauchi (Japão)	Croácia	736.290	6,21
		Japão		
		Coreia do Sul		
		Portugal		
		Eslovénia		
		Reino Unido		
Zulfikar Ally (Guiana)	Jerry Christopher Butler (Bahamas)	Bahamas	179.788	1,51
		Barbados		
		Guiana		
		Jamaica		
		Trinidad e Tobago		
Leo Kreuz (Alemanha)	Christian Hofer (Suíça)	Bélgica	592.502	5
		China		
		Alemanha		
		Israel		
		Itália		
		Países Baixos		
		Suíça		
Ricardo Carneiro (Brasil)	Maria Penido de Freitas (Brasil)	Brasil	1.336.445	11,27
		Suriname		
Carla Anai Herrera Ramos (Guatemala)		Belize	295.524	2,49
		Costa Rica		
		El Salvador		
		Guatemala		
		Honduras		
James Haley (Canadá)	Ian MacDonald (Canadá)	Canadá	474.312	4
Matthew Rutherford (EUA)		EUA	3.557.345	29,99
Adina Bastidas (Venezuela)	Antonio De Roux (Panamá)	Panamá	535.689	4,52
		Venezuela		
Juan Echeverry (Colômbia)	Xavier Eduardo Santillán (Equador)	Colômbia	435.270	3,67
		Equador		
	Kevin Cowan Logan (Chile)	Chile	541.770	4,57
		Peru		
Total:			**11.862.653**	**100**

Fonte: BID

Identificação dos Mecanismos de Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento conta com vários mecanismos que apoiam a preparação de projetos, e que são descritos de seguida.

Facilidade para a Preparação de Projetos (FPP)

A FPP subsidia até USD 1,5 milhões o financiamento complementar para finalizar as atividades de preparação dos projetos do inventário do banco. O seu objetivo é fortalecer e encurtar a etapa de preparação do projeto, facilitando assim a aprovação do empréstimo e execução do projeto.

Facilidade para a Preparação e Execução de Projetos (FAPEP)

O FAPEP permite uma transição mais fluída entre a preparação e a execução do projeto ao financiar atividades adicionais dos preparativos. Além disso, oferece maior financiamento por projeto - até USD 5 milhões - que os mecanismos tradicionais.

Fundo de Infraestrutura (*InfraFund*)

O *InfraFund* é um fundo de desembolso rápido criado para financiar uma variedade de intervenções que amparam a implementação do apoio do BID às infraestruturas em países mutuários do banco. Através do *IntraFund,* o BID espera facilitar os investimentos em infraestruturas e garantir o acesso a estes serviços de maneira sustentável e com boa qualidade.

Os recursos do *InfraFund* podem ser utilizados para a preparação de estudos de pré-viabilidade, viabilidade, estrutura de projetos, preparação e revisão de documentos necessários para solicitar financiamento e/ou para licitações, como também em estudos relacionados com a viabilidade dos projetos que utilizem novas tecnologias ou fontes de energia.

As prioridades do fundo são as seguintes:

- Projetos que tenham uma alta probabilidade de alcançar uma resolução financeira;
- Projetos que mobilizem financiamento privado para infraestrutura sustentável;
- Desenvolvimento e estruturação de parcerias público-privadas sustentáveis;
- Projetos de adaptação às alterações climáticas;
- Uso ou desenvolvimento de tecnologia adaptável às alterações climáticas;
- Projetos a nível regional e local;
- Projetos em países que pressuponham um maior risco ou onde a preparação suponha um maior grau de dificuldade;
- Projetos em economias mais pequenas, onde os custos de transação sejam mais altos.

São elegíveis para receber o apoio do *InfraFund*, entidades governamentais a nível nacional, regional ou local e prestadoras de serviços (empresas públicas, privadas, mistas e cooperativas). Em todos os casos, as entidades devem operar ou implementar projetos de infraestruturas em países da América Latina ou Caribe.

Os recursos do *InfraFund* podem ser utilizados para contratar serviços de consultoria especializados, adquirir bens necessários para realizar estudos e levar a cabo outras atividades relacionadas especificamente com a preparação de projetos de infraestruturas financiáveis.

Também são beneficiárias as atividades preparatórias para operações de investimento em infraestruturas, incluindo apoio do setor público para a melhoria do marco regulatório, o fortalecimento da planificação adaptável ao clima, bem como o desenvolvimento de capacidades e medidas especificas para melhorar o ambiente de negócios.

Os recursos do *InfraFund* serão atribuídos na base de duas modalidades:

- Operações de cooperação técnica não reembolsável;
- Operações de cooperação técnica de recuperação contingente.

Estas últimas são pertinentes para as operações em que se empreguem os recursos do *InfraFund:*

- Para projetos em que diretamente não se contempla o financiamento do investimento por parte do BID;
- Para a preparação de um projeto de investimento sem garantia soberana cujo posterior financiamento não tenha a participação do BID.

Para aceder aos recursos do *InfraFund*, uma proposta deverá:

- Ser coerente com os objetivos do plano de desenvolvimento do país, a infraestrutura e as políticas;
- Ter um elevado impacto no desenvolvimento do setor;
- Ser institucional e ambientalmente sustentável;
- Ser realizada em apoio à própria estratégia do BID e do setor;
- Ser realizada em coordenação com o BID ou outras iniciativas ou fundos de doadores externos.

Fundo para o Financiamento de Iniciativas de Integração da Infraestrutura Regional (FIRII)

O FIRII, também fundado com uma contribuição do BID de USD 20 milhões, fornece recursos de cooperação técnica para realizar estudos sobre a integração física e a preparação de projetos em operações de infraestruturas transfronteiriças em que participem países membros mutuários.

Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres (FDP)

O Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres foi estabelecido em 2006 com contribuições iniciais do Japão, Coreia do Sul, e Espanha. O Fundo financia cooperação técnica não-reembolsável, apoiando os países membros mutuários na gestão de riscos relacionados com perigos naturais através da redução da sua vulnerabilidade e pela prevenção e mitigação de desastres, direcionando as suas forças para atividades de prevenção.

O Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres aceita contribuições de todos os doadores através de uma carta de contribuição. Os recursos do fundo financiam atividades de cooperação técnica e pequenos investimentos relacionados com os objetivos do fundo.

As atividades principais a serem financiadas pelo Fundo Multidoador de Prevenção de Desastres são as seguintes:

- Identificação e documentação do risco ao nível setorial ou do país;
- Preparação de projetos ou componentes de projetos relacionados com a prevenção de desastres;
- Fortalecimento ou criação de sistemas de alerta rápido, comunicação e educação;
- Planos para uso de terras para a redução de vulnerabilidade;
- Fortalecimento da capacidade institucional, politicas e programas;
- Fortalecimento dos mercados de seguros, incluindo o desenho de instrumentos financeiros.

Estes recursos do fundo podem ser utilizados para financiar pequenos investimentos necessários às atividades acima mencionadas.

Todos os países membros mutuários são elegíveis, assim como também são elegíveis para a função de consultores, todos os países membros do BID. Os projetos podem ser aprovados até um montante de 1 milhão de dólares. Nenhum país pode usar mais do que 30% dos recursos do fundo.

Caracterização da Atividade Recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Carteira do BID no Mercado Peruano

Entre 2008 e 2013, a carteira do Grupo BID no Peru ascendia aos 1.571,1 USD milhões. Ao longo de toda a sua relação com o país, foram aprovados 891 projetos (à data de dezembro de 2014).

Carteira do BID no Setor do Ambiente e da Energia Peruano

O quadro seguinte apresenta o número de projetos aprovados ou em fase de preparação pelo BID, no setor do ambiente e da energia peruano. Na análise estão incluídos os setores da água e saneamento (que inclui as vertentes água, saneamento e resíduos sólidos) e da energia. No total, contabilizaram-se 159 projetos nos setores indicados.

Quadro 4 – Número de projetos aprovados/em preparação no setor do ambiente e da energia no Peru

Setor	Número de Projetos
Água e Saneamento	**59**
Água e saneamento	41
Abastecimento de água em zonas rurais e periurbanas	2
Abastecimento de água em zonas urbanas	2
Resíduos sólidos	1
Resíduos sólidos: projetos sociais	1
Ordenamento integrado de recursos hídricos	9
Saneamento em zonas rurais e periurbanas	2
Saneamento urbano	1

Quadro 4 – Número de projetos aprovados/em preparação no setor do ambiente e da energia no Peru (conclusão)

Setor	Número de Projetos
Energia	**46**
Energia	27
Eficiência energética e energias renováveis em usos finais	3
Fortalecimento institucional e capacitação em matéria de energia	4
Eletrificação rural	4
Novas indústrias do petróleo e gás e indústria extrativa	2
Novas centrais termoelétricas	1
Tecnologias energéticas de baixas emissões de carbono	2
Novos projetos de distribuição e transmissão de eletricidade	3
Meio Ambiente e Desastres Naturais	**54**
Meio ambiente e desastres naturais	18
Financiamento relacionado com as alterações climáticas	4
Política de mitigação das alterações climáticas	2
Política de adaptação às alterações climáticas	2
Gestão integrada do risco de desastres	13
Ordenamento e governança ambientais	6
Ordenamento de zonas costeiras	5
Ordenamento de recursos florestais	3
Resposta imediata em casos de emergência	1
TOTAL	159

Fonte: BID

O quadro seguinte apresenta os projetos no setor do ambiente e da energia apoiados pelos BID ainda em implementação no Peru.

Quadro 5 – Projetos apoiados pelo BID no setor do ambiente e da energia, no Peru

N.º	Projeto	Setor	Valor (USD)
PE-T1321	Experiências em mecanismos financeiros para a gestão da água	Água e Saneamento	6.500
PE-T1273	Apoio ao fortalecimento do setor dos resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas	Água e Saneamento	900.000
PE-M1081	CREDIAGUA - Melhoria dos serviços de abastecimento de água e saneamento em zonas periurbanas do Peru	Água e Saneamento	2.043.305
PE-T1245	Acesso a água e saneamento através de microfinanças no Peru	Água e Saneamento	1.000.000
PE-L1092	Projeto de desenvolvimento de sistemas de gestão de resíduos sólidos em zonas prioritárias	Água e Saneamento	18.500.000

Quadro 5 – Projetos apoiados pelo BID no setor do ambiente e da energia, no Peru (conclusão)

N.º	Projeto	Setor	Valor (USD)
PE-L1060	Ampliação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em Cajamarquilla, NieveríaCerro Camote	Água e Saneamento	162.894.000
PE-X1004	Programa de ampliação dos serviços de água e saneamento	Água e Saneamento	90.000.000
PE-L1070	Projeto de modernização das gestão dos recursos hídricos	Água e Saneamento	19.579.000
PE-G1002	Projeto-piloto: acesso a água e saneamento em comunidades rurais dispersas	Água e Saneamento	1.000.000
PE-T1283	Apoio ao programa de expansão e melhoria do habitat rural	Água e Saneamento	199.500
PE-T1311	Apoio ao programa de expansão e melhoria do habitat rural	Água e Saneamento	450.500
PE-M1087	Eletrificação rural nas comunidades isoladas do Peru	Energia	530.586
PE-S1008	Eletrificação de comunidades rurais isoladas com energias renováveis	Energia	1.200.000
PE-X1007	Programa para a gestão eficiente e sustentável dos recursos energéticos	Energia	18.287.700
PE-L1113	Projeto hidroelétrico Chaglla	Energia	1.178.000.000
PE-M1103	Financiamento de cozinhas limpas e eficientes nas comunidades andinas	Energia	1.518.700
PE-L1139	Parque eólico Marcona	Energia	94.579.000
PE-L1156	Parque eólico Tres Hermanas	Energia	221.932.000
PE-T1307	Fortalecimento da agenda de alterações climáticas e apoio à gestão para o COP20	Meio Ambiente e Desastres Naturais	1.270.900
PE-T1315	Fortalecimento da agenda de alterações climáticas e apoio à gestão para o COP20	Meio Ambiente e Desastres Naturais	250.000
PE-T1294	Implementação da proposta de preparação para a redução de emissões	Meio Ambiente e Desastres Naturais	3.800.000
PE-T1297	Adaptação às alterações climáticas do setor pesqueiro e do ecossistema marino-costeiro	Meio Ambiente e Desastres Naturais	1.500.000
PE-G1001	Adaptação às alterações climáticas do setor pesqueiro e do ecossistema marino-costeiro	Meio Ambiente e Desastres Naturais	1.625.000
PE-T1317	Mitigação da deflorestação nas concessões castanheiras de Madre de Dios	Meio Ambiente e Desastres Naturais	4.575.800

Fonte: BID

O quadro seguinte apresenta informação sobre os últimos contratos adjudicados no âmbito de projetos do BID no Peru, no setor do ambiente e energia. Da listagem foram excluídos contratos com consultores independentes. A lista completa de contratos atribuídos pode ser consultada no *site* do Banco Interamericano de Desenvolvimento (*http://www.iadb.org/es/paises/peru*).

Quadro 6 – Empresas/consórcios vencedores dos últimos contratos atribuídos pelo BID no âmbito do setor do ambiente e energia

Descrição	Setor	Empresa	Montante (USD)	Data
Bens e Obras				
Equipamentos de transporte	Água	Hertcotex S.A.C.	25.987	02/12/2013
Equipamentos de transporte	Água	Prosac S.A.	42.088	28/11/2013
Equipamentos de transporte	Água	Isetek S.A.	268.259	27/11/2013
Equipamentos de transporte	Água	Protech / MSA D	134.863	25/11/2013
Máquinas e equipamento	Água	Vidagro S.A.C	14.729	18/11/2013
Iluminação	Água	Mitsui Automotriz S.A.	222.464	06/11/2013
Equipamento de laboratório	Água	Consorcio Alkhofar	59.819	05/11/2013
Produtos químicos agrícolas	Água	Alicorp SAA	172.351	04/10/2013
Produtos químicos agrícolas	Água	Comercializadora Agrotecn	886.045	03/10/2013
Produtos químicos agrícolas	Água	Comercializadora Agrotecn	323.319	02/10/2013
Iluminação	Água	Desert Sport Racing	379.856	26/09/2013
Iluminação	Água	Modimlac E.I.R.L	98.058	25/09/2013
Iluminação	Água	Consorcio Maquinaria y VE	458.633	24/09/2013
Produtos químicos agrícolas	Água	Consorcio Aromas del Peru	73.470	20/09/2013
Iluminação	Água	Ecolinea S.A.C	122.320	18/09/2013
Equipamento de transporte	Água	Ariland Corporation	78.531	28/08/2013
Equipamento de transporte	Água	Paraiso de las Maletas	119.641	27/08/2013
Produtos químicos agrícolas	Água	Bang S.A.	255.000	05/08/2013
Produtos biológicos	Água	Quimtia S.A.	2.145.804	10/07/2013
Trabalhos de construção	Água	Sevilla Rodriguez S.R.L	15.673.793	19/03/2013

Quadro 6 – Empresas/consórcios vencedores dos últimos contratos atribuídos pelo BID no âmbito do setor do ambiente e energia (conclusão)

Descrição	Setor	Empresa	Montante (USD)	Data
Consultoria				
Estudos setoriais	Energia	Consorcio ME-PSR-ECA	913.401	10/12/2014
Estudos setoriais	Água	Consorcio Aderconsult S.R.L - Conhydra S.A.	422.062	02/10/2014
Estudos setoriais	Energia	Consorcio MC&F S.A. - Prospecta S.A.S	151.609	01/10/2014
Estudos setoriais	Energia	Consorcio Indra Peru S.A. - Inda Sistemas S	87.983	24/09/2014
Estudos setoriais	Água	Consorcio Fundacion Cayetano Heredia	456.609	03/09/2014
Estudos setoriais	Água	Consorcio Ingesa - Soluciones Practicas	345.673	28/08/2014
Estudos setoriais	Água	Consorcio Adra Aderconsult	527.906	18/08/2014
Estudos setoriais	Água	Consorcio Ingesa S.L - Nazconsul S.A	598.610	14/08/2014
Estudos setoriais	Água	Asesoria & Servicios Especializados S.A.	112.935	11/08/2014
Estudos setoriais	Água	Diaconia Asociacion Evangelica Luterana	873.787	16/07/2014
Estudos setoriais	Água	Diaconia Asociacion Evangelica Luterana	1.180.000	26/06/2014
Estudos setoriais	Energia	Constructora y Consultora Tierra Verde	27.025	23/06/2014
Estudos tarifários	Água	Travel Time	54.178	19/06/2014
Estudos setoriais	Água	Cesel S.A.	341.158	17/06/2014
Estudos setoriais	Água	Acruta & Tapia Ingenieros S.A.C.	293.352	13/06/2014
Estudos setoriais	Água	Consorcio Veolia - Gepsar	178.244	13/06/2014
Estudos setoriais	Água	H & M Arqueologia y Patrimonio Cultural	105.840	12/06/2014
Estudos setoriais	Água	Killa Inti E.I.R.L.	160.489	05/06/2014

Fonte: BID

De seguida, apresenta-se uma breve descrição de alguns projetos apoiados pelo BID ativos no Peru, cujo foco é primordialmente o setor do ambiente e energia, nas vertentes de maior interesse para as empresas portuguesas (água, resíduos e energia).

Projeto PE-T1273 - Apoio ao fortalecimento do setor dos resíduos sólidos e recuperação de áreas degradadas

Este projeto apoia estudos para a recuperação de áreas degradadas por resíduos sólidos no Peru, com o propósito de desenvolver as atividades necessárias para o encerramento e recuperação de lixeiras e estudos para desenvolver um novo programa de investimento público que incorpore um conjunto de projetos sobre a gestão integrada de resíduos sólidos. Este projeto tem um custo estimado em 900 mil dólares e será levado a cabo em 13 municípios peruanos, nomeadamente em Bagua, San Juan Bautista, Chancay, Andahuaylas, Yauyos, Huamanga, Pozuzo, Oxapampa Abancay, Aymaraes, Huara, Tarma e Chincha.

Foi publicado em julho de 2014 um aviso específico de aquisições para o projeto.

Projeto PE-L1092 - Projeto de desenvolvimento de sistemas de gestão de resíduos sólidos em zonas prioritárias

Este projeto atenderá cidades que não contam com aterros sanitários, que apresentem um elevado défice de capacidade de armazenamento de resíduos sólidos urbanos e que evidenciem acumulação de resíduos, ruas sujas, pessoal que não cumpre com a regulamentação estabelecida, escassez de equipamentos de proteção individual, entre outros. O projeto tem um custo estimado em 18,5 milhões de dólares.

O objetivo do projeto é melhorar a qualidade ambiental através de uma eficiente e sustentável gestão de resíduos sólidos municipais em áreas prioritárias. Os objetivos específicos consistem em beneficiar as regiões e municípios participantes de Amazonas (Bagua), Apurímac (Andahuaylas), Ayacucho (Huamanga), Lima (Chancay), Pasco (Oxapampa e Pozuzo), Junín (Yauyos) e Loreto (San Juan Bautista) através de:

- Armazenamento efetivo de resíduos sólidos e limpeza de ruas;
- Capacidade operativa eficiente nas atividades de recolha e transporte de resíduos sólidos em municípios selecionados;
- Reciclagem de resíduos sólidos municipais;
- Deposição final adequada de forma ambientalmente responsável;
- Gestão administrativa e financeira eficiente de resíduos sólidos;
- Melhores práticas por parte da população para melhor gestão e manuseamento dos resíduos sólidos municipais.

Este programa integra um outro de maior dimensão, implementado pelo governo peruano, e que cobre um total de 31 cidades. O BID financia a execução de 8 projetos de investimento, enquanto a JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional) financia 23 cidades adicionais.

Os 8 municípios financiados pelo BID abrangem 511.713 residentes dessas mesmas cidades. As principais ações a levar a cabo são a construção de aterros sanitários, aquisição de equipamentos de recolha e veículos, construção de infraestruturas básicas, aquisição de equipamentos de recuperação e a preparação e implementação de programas de formação para organizações de triagem de resíduos. Adicionalmente, serão conduzidas ações de capacitação administrativa, técnica e financeira nos municípios abrangidos.

Projeto PE-L1060 - Ampliação dos sistemas de abastecimento de água e saneamento em Cajamarquilla, Nievería e Cerro Camote

Este projeto tem um custo estimado em 162,9 milhões de dólares e assenta nos seguintes pilares:

- Sistema de abastecimento de água;
- Sistema de saneamento;
- Sistema de tratamento de águas residuais.

O objetivo geral do projeto é aumentar o acesso a água, saneamento e serviços de tratamento de águas residuais na área de serviço da SEDAPAL, o operador do setor da água na capital peruana, Lima. Os objetivos específicos são os seguintes:

- Aumentar e melhorar o acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento nas comunidades de Cajamarquilla, Nievería e Cerro Camote;
- Tratar as águas residuais produzidas pelas comunidades identificadas, bem como das de Carapongo, Santa María de Huachipa e Ate-Santa Anita;
- Reduzir os casos de diarreia e doenças parasíticas na área de projeto de Cajamarquilla, Nievería e Cerro Camote.

Projeto PE-X1004 - Programa de ampliação dos serviços de água e saneamento

O programa contempla a construção e melhoria de sistemas de água e saneamento em comunidades rurais, em pequenas cidades. De igual modo, inclui o fortalecimento das comunidades, das unidades de gestão dos municípios e/ou operadores especializados, de modo a assegurar a sustentabilidade dos serviços e fortalecer as entidades do setor para que cumpram de forma efetiva as suas funções de planeamento, assistência técnica e cofinanciamento de investimentos locais.

O projeto está avaliado em 90 milhões de dólares.

Projeto PE-G1002 - Projeto-piloto: acesso a água e saneamento em comunidades rurais dispersas

Este projeto tem por objetivo conceber e implementar modelos para a provisão de soluções individuais para o abastecimento de água e saneamento em zonas rurais dispersas ou zonas rurais de pequenas dimensões (menos de 2 mil habitantes), recorrendo a diferentes alternativas tecnológicas. Adicionalmente, sairão do projeto medidas com vista a integrar a Política da Água Potável e Saneamento Rural peruana e para o Programa Nacional de Saneamento Rural. Serão ainda implementados projetos-piloto de modelos de gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento em comunidades rurais dispersas.

O custo do projeto é de um milhão de dólares.

Projeto PE-M1087 - Eletrificação rural nas comunidades isoladas do Peru

Este projeto apoia um modelo de pagamento de tarifa por serviço, de forma a aumentar o acesso a energia limpa para as famílias mais pobres das comunidades rurais de Cajamarca, no norte do Peru. As habitações podem aceder a sistemas solares domésticos, pagando uma mensalidade que cobre o aluguer do equipamento e todos os serviços pós-venda, incluindo a manutenção, durante os próximos 20 anos.

O projeto está a ser implementado pela Perú Micro Energía, PEME, uma microempresa social e tem um custo de 530.586 dólares.

Projeto PE-S1008 - Eletrificação de comunidades rurais isoladas com energias renováveis

O projeto proposto pretende contribuir para solucionar o problema de carência de energia elétrica em zonas rurais isoladas do Peru, por via do fornecimento de energia solar (renovável), através de sistemas fotovoltaicos domésticos (SFD).

O projeto será conduzido pela Acciona Microenergía Perú e tem uma componente de financiamento reembolsável e uma componente de cooperação técnica.

Do lado da componente de financiamento reembolsável, os recursos destinam-se à aquisição de 1.700 sistemas fotovoltaicos domésticos que serão instalados e postos em operação nas habitações de igual número de famílias rurais em zonas isoladas da região de Cajamarca e que atualmente não contam com energia elétrica.

A componente de cooperação técnica apoiará em aspetos relacionados com as seguintes atividades:

- Desenvolvimento comunitário com as comunidades beneficiárias;
- Formação e capacitação de beneficiários e novos técnicos para as instalações;
- Fortalecimento da capacidade institucional da Acciona Microenergía Perú para gerir eficazmente esta ampliação significativa das suas atividades;
- Sistematização e difusão do modelo.

O custo total do projeto ronda os 1,2 milhões de dólares.

Projeto PE-L1113 - Projeto hidroelétrico Chaglla

O projeto hidroelétrico Chaglla, no Peru, consiste na conceção, construção, operação e manutenção de uma central hidroelétrica de 406 MW e infraestruturas associadas, a localizar-se no Rio Huallaga, no distrito de Chaglla, departamento de Huánuco, Peru. A instalação deverá estar pronta em janeiro de 2016 e produzir 2.545 GWh de energia anualmente, cerca de 15% das necessidades energéticas projetadas para 2016.

O projeto está a ser desenvolvido pela Empresa de Generación Huallaga, uma subsidiária peruana do Grupo Odebrecht e tem um custo estimado de 1.178 milhões de dólares.

Projeto PE-L1139 - Parque eólico Marcona

O projeto consiste na construção, operação e manutenção de dois parques eólicos, o parque eólico Marcona, com uma potência instalada de 32 MW, e o parque eólico Tres Hermanas, com uma potência instalada de 90 MW, adjacentes e localizados na província de Nazca, departamento de Ica.

A Cobra é a proprietária de ambos os parques eólicos, que venderão 100% da energia gerada ao sistema elétrico nacional, através de contratos para o fornecimento de energia elétrica por um prazo de 20 anos, estabelecidos com o governo peruano.

Por razões legais, os dois parques eólicos não podem fazer parte do mesmo projeto. Assim, este projeto refere-se apenas ao parque eólico de Marcona e tem um custo estimado em 94,6 milhões de dólares.

Projeto PE-L1156 - Parque eólico Tres Hermanas

Este projeto refere-se ao outro parque eólico referido no projeto anterior, o parque eólico Tres Hermanas, e tem um custo estimado em 221,9 milhões de dólares. Assim, o investimento conjunto pelos dois parques eólicos ultrapassa os 316 milhões de dólares.

Identificação e Breve Caracterização dos Projetos em *Pipeline*

No setor do ambiente e energia, não existe um único projeto em *pipeline* no Peru, à data de dezembro de 2014.

Modalidades de Financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento

O banco financia programas nacionais e regionais através de produtos financeiros e de cooperação técnica em áreas que vão desde o fortalecimento institucional até à transferência de conhecimentos.

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização de cada um dos modelos de financiamento disponíveis junto do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Identificação de Produtos Financeiros

Os produtos financeiros do Grupo BID incluem:

- ***Empréstimos***
- ***Subsídios***
- ***Doações***
- ***Garantias***
- ***Investimentos***

Empréstimos

A maioria dos projetos e programas de cooperação técnica do BID financia-se através de empréstimos, e a preços de mercado ou mediante o uso de recursos em condições favoráveis.

Os diferentes tipos de empréstimo são descritos de seguida.

Empréstimos com Garantia Soberana

O BID oferece financiamento aos governos e às instituições controladas pelo governo para apoiar o desenvolvimento e projetos sociais.

O BID oferece três tipos de empréstimos ao setor público, também conhecidos como empréstimos com Garantia Soberana (SG, segundo as iniciais em inglês) e são:

- **Empréstimos de Investimento**
  Este tipo de empréstimo apoia projetos de investimento público e privado na América Latina e Caribe.
- **Empréstimos baseados em Políticas**
  Estes empréstimos apoiam alterações institucionais e de política ao nível do setor e subsetor através de fundos de rápido desembolso.
- **Empréstimos de Emergência**
  Estes empréstimos apoiam os países de forma a estes enfrentarem crises financeiras ou económicas e desastres naturais.

Empréstimos sem Garantia Soberana

O BID oferece financiamento para projetos do setor privado que contribuam para o desenvolvimento do país.

Estes empréstimos podem enquadrar-se nas seguintes tipologias:

- **Empréstimos A/B**
  O Grupo BID pode atrair bancos e investidores institucionais para cofinanciar projetos do setor privado através de subscrições de empréstimos A/B.
- **Pequena Empresa**
  O fundo de investimento para a pequena empresa do FUMIN, foi criado para proporcionar financiamento que permita ampliar a participação dos pequenos empresários nas suas economias locais.
- **Programa do Empresário Social**
  Este programa, também conhecido como PES, promove a implementação de mecanismos de financiamento que permitam contribuir com soluções.
- **Oportunidades para a Maioria**
  Promove e financia modelos de negócio sustentáveis e baseados no mercado e que facilitem a participação de empresas do setor privado, governos locais e comunidades, no desenvolvimento e na entrega de produtos e serviços de qualidade para a maioria da população da América Latina e Caribe. O seu propósito é melhorar a qualidade de vida das comunidades com baixos rendimentos.

Subsídios

O BID concede subsídios, ou fundos não reembolsáveis, a programas de cooperação técnica nos países membros mutuários. A instituição também oferece a estes programas financiamento de recuperação contingente, que se reembolsa unicamente se o programa obtiver financiamento adicional, seja do mesmo banco ou de outra fonte.

Doações

As doações são recursos não reembolsáveis fornecidos para programas de cooperação técnica. Algumas doações podem ser restituídas ao BID, caso o programa eventualmente obtenha um empréstimo, seja do próprio Banco ou de outra fonte.

As doações podem ser financiadas pelos próprios recursos financeiros do BID ou recursos de terceiros.

Dependendo da fonte de financiamento, cada doação possui os seus próprios termos e condições.

Garantias (GUA)

O BID garante empréstimos concedidos por instituições financeiras privadas aos setores públicos e privados da América Latina e Caribe para promover o investimento nos países mutuários. Desta forma, concede garantias com ou sem contrapartida do governo do país mutuário.

Apresentam-se de seguida as garantias disponibilizadas.

Garantias (Soberanas) do Setor Público

O BID estabeleceu um programa de empréstimos que permite desembolsar os empréstimos em forma de garantia.

Este programa permite ao mutuário exercer a opção de conseguir a totalidade ou uma parte do desembolso do empréstimo como garantia, e utilizá-la para obter condições de crédito mais favoráveis por parte das fontes privadas de financiamento, como por exemplo, alargar o prazo de vencimento dos empréstimos, reduzir as taxas de juro ou aumentar a sua capacidade de crédito.

Garantias (não Soberanas) do Setor Privado

Até 10% do total dos empréstimos e garantias pendentes de não-emergência do banco podem ser entregues diretamente às empresas privadas e às entidades subnacionais dos governos sem garantia governamental, usando preços baseados no mercado.

As operações de garantia do BID incluem garantias para cobrir os riscos políticos e de crédito parcial a que estão expostos os projetos do setor privado financiado com dívida privada.

As garantias disponíveis são as seguintes:

- **Garantias de Crédito**

  Encontram-se disponíveis várias modalidades de garantias de crédito contra todo o risco. As mesmas garantias cobrem todos os riscos relacionados com as condições de crédito específicas que estipule o mutuário comercial. As garantias de crédito não podem superar 25% do custo total do projeto, até um teto de 200 milhões de dólares.

- **Garantias de Risco Político**

  O banco oferece diversos tipos de garantias para cobrir os riscos políticos a que estão expostos os instrumentos de dívida, como por exemplo garantias contra incumprimento do contrato, risco de convertibilidade e transferências monetárias. O montante da cobertura determina-se em função das características do projeto, a fim de que cubra riscos específicos atribuídos a fatores não comerciais. A cobertura máxima equivale a 50% do custo do projeto, até um máximo de 150 milhões de dólares, adotando-se o menor valor.

Investimentos

O Banco Interamericano de Desenvolvimento não investe nem adquire participações de capital em empresas privadas, mas o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) e a Corporação Interamericana de Inversões (CII), ambas entidades inseridas no Grupo do BID, investem em empresas do setor privado.

O FUMIN investe em fundos de investimento de capital e em instituições microfinanceiras. Estas, por sua vez, assistem as pequenas e micro empresas na América Latina e Caribe. Os investimentos do FUMIN constituem ferramentas para o desenvolvimento, cuja eficácia não se mede só através de resultados financeiros, mas também pelas características do desenvolvimento.

Entre os muitos exemplos destas últimas, podemos citar a inovação, o efeito demonstrativo, a criação de postos de trabalho, a transferência de tecnologia, a promoção do investimento direto estrangeiro, o desenvolvimento empresarial, o fomento do sentido de propriedade de capital, a mobilização das poupanças e a contribuição para o desenvolvimento e o estabelecimento dos mercados de capital.

A maioria dos intermediários das microfinanças que receberam fundos de investimento do FUMIN são instituições do setor privado. A criação de uma rede de intermediários estáveis é uma meta principal dos investimentos do FUMIN.

A Corporação Interamericana de Investimentos (CII), instituição multilateral de investimentos, filiada do Grupo BID como entidade independente, investe em projetos nas pequenas e médias empresas privadas, diretamente ou através de participações em capital.

A CII pode adquirir até 33% do capital social de uma empresa. Contudo, não assume funções de gestão ou administração nas empresas em que investe. Não obstante, em certos casos solicita representação no Conselho de Administração.

A CII pode retirar a sua participação mediante:

- Venda das suas ações no mercado de valores do país;
- Colocação destas ações em terceiros interessados;
- Venda das suas ações aos patrocinadores do projeto, ao abrigo de uma opção de venda previamente acordada;
- Resgaste das ações por parte da empresa.

Da mesma forma, o CII investe em fundos de participação no capital e canaliza estes investimentos para fundos setoriais, nacionais e regionais que investem em empresas de média dimensão na América Latina que não contem com outras fontes apropriadas de capital.

Cooperação técnica

O BID financia programas de cooperação técnica para o fortalecimento institucional, transferência de conhecimento e estudos, incluindo diagnósticos, estudos de pré-investimento e setoriais, que apoiem a formulação e preparação de projetos. Os programas podem ser destinados a projetos específicos de um só país ou para iniciativas regionais.

Os programas de cooperação técnica podem ser não reembolsáveis (subsídios), reembolsáveis (empréstimos), ou de recuperação contingente (reembolsáveis se o programa obtiver financiamento adicional).

Os países membros com rendimento *per capita* relativamente baixo são elegíveis para receber financiamento do fundo para operações especiais (FOE), a janela de empréstimos *soft-lending* do banco. Este fundo estabeleceu-se em 1960 a fim de conceder empréstimos concessionais (em condições muito favoráveis) a certos países e a projetos específicos. O banco administra mais de 40 fundos. Cada fundo tem os seus próprios critérios de elegibilidade.

Tipos de programas de cooperação técnica

Existem vários tipos de programas de cooperação técnica**:** o banco financia cooperações técnicas para a transferência de conhecimento e *know-how* que complemente e consolide a capacidade técnica de instituições nos países em desenvolvimento. O financiamento determina-se maioritariamente segundo a área de atividade onde se localiza um projeto e o nível relativo de desenvolvimento da região, do país ou dos países envolvidos.

O programa pode adotar uma das seguintes características:

- **Cooperação técnica com financiamento não reembolsável**
  É um valor que o banco subsidia a um país para as suas atividades de cooperação técnica. Esta modalidade emprega-se principalmente para os países menos desenvolvidos na região, ou para aqueles com mercados financeiros pouco desenvolvidos.
- **Cooperação técnica com recursos de recuperação contingente**
  Financia atividades de cooperação técnica onde exista uma possibilidade razoável de obter um empréstimo, seja do banco ou de outra instituição financeira. Se o beneficiário obtiver um empréstimo de outra fonte para o projeto para o qual foi concedida uma cooperação técnica, o mutuário deve reembolsar os fundos do banco.
- **Cooperação técnica com recursos reembolsáveis**
  Trata-se de um empréstimo financiado pelo BID para realizar atividades de cooperação técnica.

Aquisições

O Grupo BID oferece oportunidades de negócio para empresas e consultoras de todos os países membros do BID, através do seu programa de empréstimos para países da América Latina e Caribe. Os processos de aquisição para projetos do setor público financiados pelo BID geram 20.000 oportunidades contratuais todos os anos.

Além disso, os potenciais fornecedores também podem oferecer bens e serviços diretamente ao BID através da sua aquisição empresarial.

No quadro de projetos para o setor privado, existem algumas oportunidades de consultoria para estudos gerais destinados a determinar a viabilidade relacionada com operações de garantia não soberana, assim como também para realizar estudos destinados a determinar a viabilidade ambiental dos projetos.

Fontes de Financiamento dos Empréstimos e Doações aos Países Membros

Os empréstimos do banco e as suas doações aos países membros financiam-se a partir de quatro fontes:

- Subscrições e contribuições dos países membros;
- Empréstimos dos mercados financeiros;
- Capital acumulado desde o início da formação do Banco;
- Cofinanciamento conjunto.

Estes recursos estão disponíveis aos mutuários através de:

- Capital Ordinário (CO);
- Fundo para Operações Especiais (FOE);
- Fundo de Doações do BID;
- Facilidade de Financiamento Intermédio;
- Vários *Trust Funds* estabelecidos por um só país ou grupos de países.

Descreve-se em seguida, a 1ª fonte (subscrições e contribuições dos países membros), em maior detalhe, de modo a que se perceba em que medida os países membros do banco são chamados a contribuir.

Subscrições e Contribuições dos Países Membros

Capital Social Subscrito e Contribuições

- **Capital Autorizado**

  O capital autorizado consiste no capital a pagar e no capital exigível. Depois da aprovação do novo aumento de capital geral (BID-9) em julho de 2010, o capital autorizado total do BID ascende a 170,9 mil milhões de dólares, composto por 6 mil milhões de dólares em capital a pagar e 164,9 mil milhões de dólares em capital exigível.

- **Poder de Votação**

  O poder de votação é atribuido baseado no capital autorizado subscrito. De acordo com os términos estabelecidos no Convénio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, cada país membro tem 135 votos mais um voto para cada ação mantida por esse país.

- **Estrutura de Capital**

  Existem 48 países membros dos quais 26 são membros regionais mutuários da América Latina e do Caribe, 2 são membros regionais não mutuários (Canadá e Estados Unidos) e 20 são países membros não regionais não mutuários da Ásia e Europa.

  O poder de votação dos países membros do BID é o seguinte: América Latina e Caribe têm 50.015%, Estados Unidos 30.006%, Canadá 4.001% e os membros não regionais 15.979%.

Contribuições do FOE

As contribuições do FOE fazem-se em efetivo ou mediante a emissão de valores não negociáveis, sem pagamento de juros. O pagamento das contribuições está condicionado a que os membros adjudiquem os fundos necessários mediante os seus processos orçamentais e legislativos.

Para as decisões relacionadas às operações do FOE, o número de votos e as percentagens do poder de votação para cada país membro são as mesmas que se utilizam nas decisões que se tomam para o capital ordinário.

Banco Mundial (BM)

http://www.worldbank.org/en/country/peru

Breve Caracterização

O Grupo Banco Mundial (BM), fundado em 1944 pelos acordos de *Bretton Woods*, é um grupo de Instituições Financeiras Internacionais (IFI) cujo principal objetivo consiste em fomentar o crescimento económico e a cooperação à escala global, contribuindo assim para a promoção do processo de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento membros dessas instituições. O Grupo Banco Mundial, sedeado em Washington, é constituído por 5 instituições distintas, fortemente interligadas por uma vocação institucional comum orientada para os problemas de desenvolvimento dos países mais pobres.

As cinco instituições que compõem o Banco Mundial são:

- **Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);**
- **Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA);**
- **Sociedade Financeira Internacional (IFC);**
- **Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA);**
- **Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID).**

Estas 5 instituições, embora especializadas nos diversos aspetos do processo de desenvolvimento, atuam em colaboração e têm como objetivo comum a redução da pobreza. O termo Banco Mundial (BM) quando usado correntemente refere-se somente ao BIRD e à IDA, enquanto que o termo Grupo Banco Mundial (GBM) se refere às cinco instituições.

O **BM** tem como objetivo institucional reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida nos países em vias de desenvolvimento (PvD) e atua através de financiamentos (empréstimos e doações) e assistência técnica. Os seus clientes são os governos dos países beneficiários da ajuda.

O **BIRD** presta assistência aos países de rendimento médio e aos PvD com bom risco de crédito, enquanto a IDA se concentra exclusivamente nos países mais pobres que, de outro modo, não teriam acesso aos mercados financeiros internacionais. As duas instituições partilham a mesma estrutura hierárquica e pessoal, diferenciando-se no entanto pelo tipo de financiamentos e pela fonte de financiamento dos seus fundos.

O **BIRD**, fundado em 1944, inicialmente para ajudar a reconstruir a Europa, fornece aos países beneficiários dos seus empréstimos acesso a capital em condições mais favoráveis em relação aos mercados financeiros internacionais, com maiores prazos de maturidade, tendo como objetivo a sustentabilidade financeira dos países. Uma parte significativa dos fundos do BIRD é originada nos mercados financeiros internacionais.

Por sua vez, a **IDA**, fundada em 1960, concede empréstimos a taxas de juros bonificadas, com um período de carência de 10 anos e uma maturidade que varia entre os 35 e os 40 anos a países que não têm acesso aos mercados financeiros. A IDA, ao contrário do BIRD, é um fundo reconstituído de 3 em 3 anos e é financiada por contribuições dos governos dos países mais ricos.

As três instituições restantes ocupam-se do desenvolvimento do setor privado e são:

- **Sociedade Financeira Internacional (IFC)**
- **Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)**
- **Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID)**

Apresenta-se de seguida uma breve descrição de cada uma.

Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O objetivo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) é reduzir a pobreza nos países de investimento médio e nos países pobres com capacidade de crédito, mediante a promoção do desenvolvimento sustentável com empréstimos, garantias, produtos de gestão de risco e serviços analíticos e de assessoria. O BIRD foi fundado em 1944 e foi a primeira instituição do Grupo do Banco Mundial. Possui uma estrutura similar à de uma cooperativa, isto é, é propriedade dos seus 188 países membros, que o administram em benefício próprio.

O BIRD obtém a maioria dos seus fundos nos mercados financeiros mundiais e converteu-se num dos maiores mutuários institucionais desde que emitiu o seu primeiro vínculo em 1947. Os investimentos gerados pelo BIRD, com o passar dos anos, permitiram-lhe financiar atividades de desenvolvimento e garantir a sua solidez financeira. Isto dá-lhe a possibilidade de obter empréstimos a baixo custo e oferecer aos seus clientes, boas condições nos empréstimos.

A fim de satisfazer os pedidos cada vez mais específicos dos países de investimento mediano, o BIRD está a renovar os seus produtos financeiros e de gestão de risco, ampliando a provisão de serviços e facilitando aos clientes o diálogo com o banco.

Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)

A IDA é a entidade do Banco Mundial que oferece ajuda aos países mais pobres. Criada em 1960, a IDA procura reduzir a pobreza através de empréstimos (denominados créditos) e doações para programas que contribuam para fomentar o crescimento económico, reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida da população.

A IDA complementa o trabalho da entidade de crédito original do Banco Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que foi criado para funcionar como uma entidade autossustentável que oferece empréstimos e assessoria aos países de investimento médio e países com capacidade para pagar.

O BIRD e a IDA partilham o mesmo pessoal e a mesma sede, e avaliam os projetos com os mesmos parâmetros rigorosos.

Além de ser uma das maiores fontes de assistência para os 81 países mais pobres, 39 dos quais no continente africano, a IDA é o principal fornecedor de fundos de doadores para os serviços sociais básicos nesses mesmos países. As operações que financia geram mudanças positivas para 2.500 milhões de pessoas, sendo que a maioria das quais vive com menos de 2 dólares por dia.

A IDA empresta dinheiro em termos concessionários, o que significa que os seus créditos não implicam juros ou são muito baixos, e o prazo de reembolso situa-se entre os 35 e os 40 anos, incluindo um período de carência de 5 a 10 anos. A associação também oferece doações aos países em risco ou com problemas de endividamento.

Além dos empréstimos em condições concessionárias e doações, a IDA oferece níveis consideráveis de perdão da dívida através da Iniciativa para Países Pobres Muito Endividados (PPME) e a Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM).

Desde a sua criação, a IDA apoiou atividades em 108 países. O financiamento que concede tem aumentado continuamente e alcançou uma média de 15.000 milhões de dólares durante os últimos três anos, sendo que metade deste valor tem como destino África. No exercício de 2013, os fundos comprometidos chegaram aos 16.300 milhões de dólares, repartidos em mais de 160 novas operações.

A IDA concede empréstimos sem juros, ou créditos, assim como doações aos governos dos países mais pobres.

Sociedade Financeira Internacional (IFC)

A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial, é a maior instituição internacional de desenvolvimento dedicada exclusivamente ao setor privado. Ajuda os países em desenvolvimento a alcançar um crescimento sustentável, financiando investimentos, mobilizando capitais nos mercados financeiros internacionais e a prestação de serviços de assessoria a empresas e governos.

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)

A MIGA foi criada em 1988 como membro do Grupo do Banco Mundial para promover o investimento direto estrangeiro nos países em desenvolvimento, apoiar o crescimento económico, reduzir a pobreza e melhorar a vida das pessoas. A MIGA cumpre este mandato oferecendo seguros contra riscos políticos (garantias) a investidores.

Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID)

O ICSID é uma instituição internacional autónoma criada no âmbito da "Convenção sobre Resolução de Conflitos relativos a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados", num círculo de mais de 140 Estados membros.

A convenção estabelece o mandato do ICSID, a sua organização e funções principais. O propósito primário do ICSID é promover a conciliação e arbitragem de disputas de investimento internacional.

Breve Descrição do Funcionamento

Os projetos ativos do BM são cerca de 2.000 e cada um desses projetos dá origem a um número indefinido de contratos, segundo o tipo de projeto. Num ano, celebram-se de 20 a 30 mil contratos num valor total de cerca de 20 a 30 mil milhões de dólares. O ponto de partida para a procura de uma oportunidade de negócio é pois a identificação de um projeto interessante.

A consulta do *site* "*http://worldbank.org"* é um requisito fundamental para obter informação pertinente. Uma forma de pesquisa é através das regiões e países; outro modo de pesquisa importante é a pesquisa setorial. É possível efetuar a pesquisa por conjunto país/setor dentro das páginas regionais, ou efetuar pesquisas por palavras-chave ou número identificador do projeto na base de dados de projetos. Dentro da base de dados é também possível pesquisar projetos por região, país, tema, objetivo do projeto e setor económico.

Ciclo dos Projetos - Oportunidades da Fase de Identificação à Fase de Implementação

Enquadramento

A vida de um projeto está dividida em diferentes fases cujo conjunto é definido como o ciclo do projeto. As oportunidades de negócio, bem como o papel e responsabilidade do BM e dos países beneficiários do financiamento, mudam consoante a fase do ciclo do projeto.

Estas fases são:

- ***Conceção;***
- ***Identificação;***
- ***Preparação;***
- ***Avaliação;***
- ***Negociação e Aprovação;***
- ***Implementação/Supervisão;***
- ***Relatório Final e Avaliação do Projeto.***

As 5 primeiras fases constituem o período de preparação ("*pipeline*"). A fase de implementação é também denominada fase de supervisão, uma vez que é durante este período que a equipa do BM verifica se a execução do projeto é efetuada em consonância com os parâmetros da sua aprovação.

Antes da identificação existe ainda uma fase de pré-preparação, mais conceptual, durante a qual são efetuados uma série de estudos de vários tipos destinados a delinear o quadro estratégico de referência para a identificação do projeto final.

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização de cada uma das fases do ciclo de projeto.

Conceção

Durante este período são efetuados estudos que serão o ponto de referência do enquadramento teórico durante a programação e identificação dos projetos.

Os estudos económicos e setoriais (*Economic and Setor Work* (ESW)) fornecem dados úteis para a estratégia económico/política do BM nos diversos setores de um determinado país.

Os estudos estratégicos de redução da pobreza (*Poverty Reduction Strategy Papers* (PRSP)) são elaborados pelos países beneficiários do financiamento e descrevem as suas políticas macroeconómicas e sociais, os programas de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento económico. O PRSP inclui os objetivos prioritários do país e fornece informações que podem ajudar as empresas a obter uma visão ampla e geral sobre as prioridades da sua agenda de desenvolvimento.

O documento sobre a estratégia de assistência aos países (*Country Assistance Strategies* (CAS)) é elaborado pelo BM em consulta e colaboração com os países beneficiários do projeto. No CAS são descritas as prioridades, a estratégia e o envolvimento financeiro global que o BM prevê para um determinado país num período de 3, 4, ou 5 anos (depende de caso para caso). Estes estudos são uma primeira indicação sobre os setores em que serão implementados futuros investimentos e projetos num determinado país.

Identificação

Com base nos setores prioritários e na estratégia definida por um determinado país, o BM e o país mutuário identificam os projetos coerentes com os objetivos de desenvolvimento definidos. Uma vez identificada a entidade executora e definido o pessoal responsável pela gestão do projeto, é conduzido um estudo de viabilidade (*feasibility*). O BM, durante esta fase, fornece assistência e monitorização ao estudo em curso.

Normalmente, um projeto é gerido pelo ministério da tutela do setor de intervenção – ou seja, um projeto no setor do ambiente será administrado e implementado pelo Ministério do Ambiente do país beneficiário do financiamento. A fase de identificação pode durar até um ano e meio.

Uma série de documentos de referência são, nesta fase, colocados à disposição do público no *site* do BM. O *Monthly Operational Summary* (MOS) faz uma breve descrição dos objetivos principais de cada um dos projetos que o BM tenciona financiar.

Os projetos são listados no MOS a partir da fase de identificação até ao momento da sua eventual aprovação pelo Conselho de Administração e à assinatura do documento legal entre o BM e o país beneficiário. O estado dos projetos é atualizado mensalmente. O MOS é uma fonte muito útil para monitorizar o progresso de um projeto ao longo das suas diferentes fases.

O *Project Information Document* (PID) é um estudo/documento geralmente redigido pelo responsável do projeto (*Task Manager*) e é atualizado periodicamente até à aprovação do projeto. O PID descreve em 8-10 páginas os objetivos, componentes e riscos financeiros do projeto e está disponível no *site* do BM.

Preparação

O país cliente é responsável por esta fase do projeto - a preparação - que tem uma duração de um ou dois anos, durante a qual o BM presta apenas assistência técnica e financeira. Nesta fase, devem ser definidos todos os aspetos técnicos, institucionais, económicos, ambientais e financeiros necessários ao sucesso do projeto.

Também nesta fase, são conduzidos estudos de avaliação do impacto que o projeto poderá vir a ter. Estes estudos ajudam a definir com maior detalhe os objetivos, o plano de atuação e a responsabilidade institucional do projeto. Na fase de preparação, os documentos de referência continuam a ser o PID e o MOS, numa versão revista e atualizada.

Avaliação

A avaliação é da responsabilidade do pessoal do BM que controla todos os documentos produzidos nas fases precedentes, incluindo o plano de aquisição (*Procurement Plan*). Neste documento, são identificadas a quantidade e montante de bens, serviços, equipamentos e horas de trabalho que serão necessárias à implementação do projeto.

No final da avaliação é redigido o *Project Appraisal Document* (PAD), uma descrição detalhada e exaustiva do projeto. O PAD inclui informações fundamentais sobre o setor no qual foi identificado o projeto e descreve os objetivos e riscos, o financiamento e as condições para atuação do projeto. O PAD é acessível apenas depois do financiamento/crédito ter sido aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível na base de dados de projetos do BM.

A fase de avaliação dura de 3 a 6 meses. O MOS e o PID continuam a ser documentos de referência durante esta fase.

Negociação e Aprovação

Durante a negociação, o BM e o país mutuário acordam entre si as condições do financiamento do projeto. Geralmente a negociação dura cerca de 1 ou 2 meses. No final da negociação, o PAD e outra documentação relevante, são submetidos ao Conselho de Administração de Diretores Executivos para aprovação.

Já durante esta fase pode ser publicado no país beneficiário um aviso geral de concursos para aquisição (*General Procurement Notice* (GPN)). O GPN fornece uma descrição geral do tipo de bens e serviços que serão adquiridos durante a implementação do projeto em causa.

Para os projetos com contratos de consultoria superiores a 200 mil dólares ou contratos para fornecimento de bens e serviços que deverão ser submetidos a um concurso internacional (*International Competitive Bidding* (ICB)), o GPN deve ser publicado num dos jornais nacionais do país e na base de dados da *United Nations Development Business* e *dgMarket*.

Implementação / Supervisão

A fase de implementação do projeto é da total responsabilidade do país beneficiário, tendo o Banco Mundial um papel de supervisão. Uma vez o financiamento aprovado, o governo mutuário prepara com a assistência técnica do banco, os requisitos técnicos do concurso e avalia as propostas (*bids*) para o fornecimento de bens e serviços do projeto e de consultoria.

O BM controla se a aplicação dos processos dos concursos está de acordo com as linhas–mestras definidas sobre o *procurement* e dá a autorização para o desembolso dos fundos. O setor financeiro do BM supervisiona a gestão dos fundos e pode requerer a verificação e controle da documentação financeira.

Durante a fase de implementação, o aviso específico para o fornecimento de bens e serviços (*Specific Procurement Notice* (SPN)) e o requerimento de expressão de interesse em participar no concurso para atividades de consultoria (*Request for Expression of Interest* (REI)) são publicados no país beneficiário.

Os SPN são avisos para apresentações de propostas que tenham como objetivo o fornecimento de meios, equipamentos ou contratos para trabalhos. O REI é um aviso a consultores para manifestar o interesse numa consultoria associada ao projeto. Estas expressões de interesse são avaliadas pelo país beneficiário, o qual elabora uma lista restrita de empresas/indivíduos que poderão enviar uma proposta detalhada.

O SPN e o REI fornecem as instruções às partes interessadas, incluindo os documentos necessários para elaborar uma proposta (*bid*) e os termos nos quais se enquadra a sua participação no projeto.

Os contratos de montantes elevados (com um valor superior a 10 milhões de dólares para o fornecimento de bens, serviços ou horas de trabalhos e superior a 200 mil dólares no caso de serviços de consultoria) e os contratos mais especializados, são publicados nas bases de dados *United Nations Development Business* (UNDB) e *dgMarket*.

A notificação para contratos menores pode ser publicada nestas bases de dados mas não é obrigatória. As informações sobre vencedores de concursos são de importância fundamental para as empresas interessadas em hipóteses de subcontratação. É a empresa adjudicatária que pode subcontratar partes do contrato, se tal estiver previsto na proposta. Os países mutuários são obrigados a publicar a lista de vencedores no prazo de duas semanas após a adjudicação.

Uma outra base de dados sobre os contratos adjudicados é fornecida pelo BM (*Contract Award Database*). Todavia, esta última é atualizada de forma muito lenta, pouco regular e muito depois da adjudicação.

Relatório Final e Avaliação do Projeto

Concluído o desembolso dos fundos (um período que pode durar até um máximo de 10 anos), o BM inicia o procedimento de monitorização e avaliação sobre o estado de evolução do projeto no final do qual é redigido um relatório de avaliação global - *Implementation Completion Report* - que é submetido a discussão e aprovação do Conselho de Administração do BM.

Uma vez concluído um projeto, o departamento independente responsável pela avaliação *ex-post (Independent Evaluation Group)* analisa o projeto relativamente aos seus objetivos iniciais, submetendo um relatório (não disponível ao público) ao Conselho de Administração do BM. Os resultados deste relatório de avaliação *ex-post* serão tomados em consideração em operações futuras.

Oportunidades para as Empresas no Ciclo do Projeto

Existem oportunidades de negócio e consultoria em todas as fases do ciclo do projeto. No entanto, o tipo de oportunidade e o modo como os concursos e a contratação de consultores são geridos variam segundo as diversas fases do projeto.

O quadro e a figura que seguidamente apresentamos sumarizam esquematicamente as informações relativas às várias fases do ciclo do projeto, o tipo de oportunidade, o cliente e a fonte onde deve ser recolhida informação. O tipo de concurso depende da natureza, finalidade e montante do contrato.

Figura 1 – Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços

Fonte: Banco Mundial

Quadro 7 – Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços

Ciclo do Projeto	Tipo de Oportunidade	Cliente	Fonte de Informação
Conceção	Consultoria de curto prazo de montantes até USD 100.000	Banco Mundial	CAS, ESW, PRSP e para contratos superiores a USD 50.000 é publicado um pedido de manifestação de interesse (REI)
Identificação	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	MOS, PID e para contratos superiores a USD 50.000 é publicado um pedido de manifestação de interesse (REI)
Preparação	Consultoria de curto e médio prazo de montantes até USD 200.000	País beneficiário do financiamento	MOS e PID
Avaliação	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	MOS, PID e para contratos superiores a USD 50.000 é publicado um pedido de manifestação de interesse (REI)

Quadro 7 – Ciclo do projeto – oportunidades de consultoria ou de fornecimento de bens e serviços (conclusão)

Ciclo do Projeto	Tipo de Oportunidade	Cliente	Fonte de Informação
Negociação e Aprovação	-	-	GPN
Implementação	Serviços de consultoria, fornecimento de equipamento, bens e horas de trabalho	País beneficiário do financiamento e Banco Mundial para consultoria de curto prazo	PID, PAD, GPN, REI, SPN, PRCA
Supervisão	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	PID, PAD, GPN, REI, SPN, PRCA
Avaliação ex-post	Consultoria de curto prazo	Banco Mundial	PID, PAD, GPN, REI, SPN,

Fonte: Banco Mundial

Identificação das Diferentes Agências e *Trust Funds* Associados

Quadro 8 – *Trust Funds* do Banco Mundial

A	Asia-Europe Meeting (ASEM)	Communities and Small-Scale Mining
Afghanistan Reconstruction Trust Fund (ATRF)	Avian Flu Trust Fund Facility (AHIF)	Consultant Trust Fund (CTF) Program
Africa Capacity Building Foundation (ACBF)	**B**	Consultative Group for International Agricultural Research(CGIAR)
Africa Land and Water Initiative	Bank-Netherlands Partnership (BNPP)	Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP)
Africa Water Resource Management	BioCarbon Fund	**D**
Africa Water Resources Management Initiative	**C**	Development Gateway Foundation
African Program for Onchocerciasis Control (APOC)	Capacity Development and Linkages for EIA in Africa	Development Market Place
African Virtual University (AVU)	Caspian Environment Program (CEP)	**E**
Agriculture and the WTO	Cities Alliance (CITIES)	East Timor Transition Support
Asia-Africa Trade & Investment Facilitation	Clean Air Initiative	Energy Setor Management Program (ESMAP)
Asia Alternative Energy Program (ASTAE)	Collaborative Program Livestock Development	External Gender Consultative Group

Quadro 8 – *Trust Funds* do Banco Mundial (conclusão)

F	**M**	Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF)
Financial Setor Reform & Strengthening (FIRST)	Managing the Environment in Sub-Saharan Africa (Melissa)	**R**
Flagship Program on Health Setor Reform & Sustainable Financing	Mediterranean Environmental Technical Assistance Program (METAP)	Regional Environmental Information Management
Food for Education Evaluation	Metropolitan Environment Improvement Program (MEIP) in Asia	Robert McNamara Fellowships
G	Millenium Project: Research and Data Activities	**S**
Global Development Learning Network (GDLN)	Multilateral Fund for the Implementation of the Montreal Protocol (MFMP) /Ozone	Supporting Insurance Supervision
Global Development Network	**N**	Standards & Trade Development Facility
Global Environment Facility (GEF)	Nile Basin Initiative	Stop Tuberculosis Partnership
Global Fund for AIDS, TB & Malaria	Norwegian Gender and Development	Strengthening LDC Governments Engagements
Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR)	Norwegian Trust Fund for Environmentally Socially & Sustainable Development	Sub-Saharan Transport Policy
Global Fund for Indigenous Peoples	Norwegian Trust Fund for Private Setor and Infrastructure (NTF-PSI)	Sudan Multi-Donor Trust Funds (MDTFs)
Global Gas Flaring Reductioning Public-Private Partnerships	**P**	South-South Exchange (SEETF)
Global Partnership on Output-Based Aid	Pacific Facility	Special Program for African Agricultural Research (SPAAR)
I	Participatory Reforms in Irrigation & Drainage	Statistical Capacity Building (TFSCB)
Information for Development (infoDev)	Pilot Program to Conserve the Brazilian Rain Forest	**T**
Italian Fund for Culture and Sustainable Development (CFCSD)	Post Conflict Partnership Program (PCP)	Trade Liberalization, Poverty & Environment
J	Poverty Alleviation & Legal Rights (Egypt)	**W**
Japan Policy and Human Resources Development Fund (PHRD)	Poverty Reduction Strategy Support Trust Fund (PRSTF)	Water and Sanitation Program
Japan Social Development Funds (JSDF)	Priority Reconstruction Program in Bosnia-Herzegovina	West Bank and Gaza Program
Japan/World Bank Graduate Scholarship Program (JS/WBGSP)	PROFOR Program on Forests	
K	Prototype Carbon Fund (PCF)	
Knowledge for Change Program	ProVention Consortium	

Fonte: Banco Mundial

Identificação das Pessoas de Contacto

O quadro seguinte apresenta as pessoas de contacto de topo do Grupo Banco Mundial, à data de dezembro de 2014.

Quadro 9 – Pessoas de contacto de topo do Grupo Banco Mundial

BANCO MUNDIAL	
Presidente	*Jim Yong Kim*
Diretor Geral & CEO	*Sri Mulyani Indrawati*
Diretor Geral & CFO	*Bertrand Badré*
Vice-Presidente para América Latina e Caribe	*Jorge Familiar Calderon*
Vice-Presidente para a Europa e Asia Central	*Laura Tuck*
CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL	
Vice-Presidente Executivo & CEO	*Jin-Yong Cai*
Vice-Presidente para África Subsariana, América Latina e Caribe	*Jean Philippe Prosper*
Vice-Presidente para Europa de Leste e Sul, Ásia Central, Médio Oriente e Norte de África	*Dimitris Tsitsiragos*
AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIAS DE INVESTIMENTOS (MIGA)	
Vice-Presidente Executivo & CEO	*Keiko Honda*

Fonte: Banco Mundial

Contactos de Nacionalidade Portuguesa

Nuno Mota Pinto

Cargo: Administrador suplente no Conselho de Administradores e representante de Portugal no BIRD/IFC/IDA, Grupo do Banco Mundial

Endereço: Washington, D.C. 20433, USA

Telefone: +202 458 2540

E-mail: nmotapinto@worldbank.org

Identificação dos Mecanismos de Financiamento

O Banco Mundial é uma instituição financeira comprometida em providenciar assistência aos países em desenvolvimento, pelo mundo inteiro.

Como parte integrante da organização interna do Grupo, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) trabalha com países de médios rendimentos e merecedores de crédito, enquanto a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) focaliza-se nas áreas mais pobres do mundo.

O Banco Mundial providencia assistência por intermédio de empréstimos, crédito financeiro livre de juros e garantias nos setores principais da agricultura e gestão de recursos ambientais, comunicação, educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento do setor privado.

O Banco Mundial estabeleceu também um mecanismo dedicado à gestão de garantias e empréstimos concessionais: o Financiamento de Concessão e Parceiros Globais (CFP).

A Vice-Presidência do Financiamento de Concessão e Parceiros Globais é a unidade do Grupo do Banco Mundial responsável pela mobilização e gestão de concessões e financiamento de doações. O CFP atua como um intermediário na função de fazer corresponder as necessidades dos destinatários com as prioridades dos doadores através de um conjunto de empréstimos e instrumentos de doação.

A Vice-Presidência está organizada de modo a compreender as atividades elencadas de seguida.

Mobilização de Recursos da IDA (CFPIR)

O Departamento de Mobilização de Recursos da IDA (CFPIR) é responsável pela reposição e pelo comissariado dessa instituição, sendo o principal mecanismo de empréstimo para providenciar altos recursos de concessão aos países mais pobres a nível mundial. O departamento é o foco institucional para o restabelecimento dos recursos da IDA, que se realiza a cada três anos.

Parcerias Globais e Operações de Trust Funds (CFPTO)

O Departamento para as operações de *Trust Funds* e Parcerias Globais é responsável pela criação e disseminação das políticas e processos de negócios dos *trust funds* administrados pelo banco. Este departamento ajuda também no desenvolvimento e na gestão das operações dos negócios de *trust funds* e parceiros dos Bancos, servindo como ligação entre clientes internos e externos, em temas como estratégia, política, gestão de programas e boas práticas. Adicionalmente, o departamento providencia formação e suporte aos gestores e utilizadores dos *trust funds*.

Fiduciário Multilateral e do Financiamento Inovador (CFPMI)

O Departamento Fiduciário Multilateral e do Financiamento Inovador serve duas funções primárias:

- Desenvolver, implementar e gerir o quadro de negócios, finanças e operações para multidoadores e iniciativas e *trust funds* multilaterais;
- Providenciar o aconselhamento e gerir o processo de criação e implementação de iniciativas de financiamento inovadoras.

Gestão Financeira

O Departamento de Gestão Financeira (CFPFM) providencia aconselhamento financeiro, gestão de risco e serviços na área da I&D, atravessando todas as equipas do espectro do Financiamento de Concessões e Parcerias Globais (CFP).

Por este mecanismo, são também geridos os seguintes programas e fundos especiais.

Fundo de Desenvolvimento Social do Japão (JSDF)

Este fundo serve para a provisão da assistência financeira aos países de baixos rendimentos, em parceria com o governo do Japão. Desde o ano 2000, o governo do Japão providenciou mais de 625 milhões de dólares para o JSDF e aprovou 444 garantias, totalizando 577 milhões de dólares.

Concessão para o Desenvolvimento (DGF)

A Concessão para o Desenvolvimento (*Development Grant Facility* - DGF) foi estabelecida em 1997 de forma a integrar a estratégia geral, atribuições e gestão de atividades de execução de concessão, fundadas a partir do Orçamento Administrativo, sob o espectro de um único mecanismo abrangente.

- **Estratégia da concessão**

  A DGF (*Development Grant Facility*) estabelece execuções de concessões como parte integrante do trabalho de desenvolvimento do banco e um complemento importante aos seus serviços de empréstimo e de consultoria. Estabelece a estratégia geral do banco para o uso de subsídios direcionados a:

  - Encorajar a inovação;
  - Fomentar as parcerias;
  - Alargar o âmbito dos serviços do banco.

  Além disso, todas as concessões deverão estar direcionadas para prioridades setoriais e institucionais, serem de elevada qualidade e estarem em conformidade com os critérios de elegibilidade da DGF.

- **Atribuições e Administração**

  O mecanismo de atribuições da DGF requer que cada proposta de concessão tenha o patrocínio do banco, para que por ele seja revista e priorizada dentro dos setores e redes, e então ser considerada nas prioridades institucionais através de um conselho da DGF do banco. Este conselho é suportado por uma pequena equipa de secretariado da DGF que está preparada a prestar assistência.

Fundos de Investimento para o Clima

Os Fundos de Investimento para o Clima (CIF) são instrumentos únicos de financiamento, criados para iniciar transformações no sentido do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, aumentar e resiliência face às alterações climáticas, através de financiamento em grande escala canalizado para as Instituições Financeiras Internacionais.

Com o reconhecimento de que a redução da pobreza, o crescimento da economia e as alterações climáticas deverão ser conduzidas em conjunto, o CIF acordou em 2008, em criar a oportunidade de juntar os fundos do CIF com os fundos de outras IFI e recursos para o desenvolvimento do setor privado e nacional, alavancando fundos adicionais substanciais.

Os dois fundos do CIF são:

- **Fundo para a Tecnologia Limpa (*Clean Technology Fund* - CTF)**, que financia demonstrações em grande escala, implementação e transferência de tecnologias de baixo carbono para redução relevante de gases com efeito de estuga (GEE) dentro dos planos de investimento dos países;
- **Fundo Climático Estratégico (*Strategic Climate Fund* - SCF)**, que financia desde programas alvo para o desenvolvimento de países até projetos piloto em novas abordagens climáticas ou setoriais.

Fundo Para o Meio Ambiente Mundial - FMAM (GEF - Global Enviromment Facility)

O Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM) foi criado em Outubro de 1991, como um programa piloto do Banco Mundial, dotado de 1.000 milhões de dólares para contribuir para a proteção do meio ambiente mundial e promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável. O FMAM tinha a missão de garantir doações novas ou adicionais e financiamento em condições concessionais para enfrentar os custos "incrementais" ou adicionais de transformar projetos extintos a nível nacional em iniciativas que proporcionem benefícios ambientais mundiais.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Banco Mundial foram os três associados que começaram a executar os projetos do FMAM.

Em 1994, na Cimeira Terra Rio, o FMAM submeteu-se a uma reestruturação e separou-se do sistema do Banco Mundial para se converter definitivamente, numa instituição separada. A decisão de transformar o FMAM numa organização independente contribuiu para ampliar a participação dos países em desenvolvimento no processo de tomada de decisão e na execução dos projetos.

Não obstante, desde 1994, o Banco Mundial atua como Depositário do Fundo Fiduciário do FMAM e concede serviços administrativos. Como parte da reestruturação, confiou-se ao FMAM a função de mecanismo financeiro do Convénio das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica e a Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

Caracterização da Atividade Recente do Banco Mundial

Número de Projetos e Montantes Financiados pelo Banco Mundial no Peru

Entre 2010 e 2014, o Banco Mundial apoiou 28 projetos no Peru, num valor total de 1.229 milhões de dólares, como se pode ver nos quadros seguintes.

Quadro 10 – Número de projetos financiados pelo Banco Mundial no Peru, 2010-2014

Número de Projetos por Ano	
Ano	*Número de Projetos*
2014	1
2013	6
2012	3
2011	5
2010	13
TOTAL	**28**

Fonte: Banco Mundial

Quadro 11 – Montantes financiados pelo Banco Mundial no Peru, 2010-2014

Montantes financiados por Ano	
Ano	*Valor (USD Milhões)*
2014	204
2013	125
2012	3
2011	526
2010	371
TOTAL	**1.229**

Fonte: Banco Mundial

Montantes Financiados pelo Banco Mundial no Peru no Setor do Ambiente e Energia

Ao longo da sua atividade no Peru, que se iniciou em 1952, o Banco Mundial já financiou 181 projetos no país, com um valor global de 11.057,73 milhões de dólares.

Desses 181 projetos, 11 foram desenvolvido no setor da gestão da poluição e saúde ambiental, 14 no setor das políticas ambientais e instituições e 11 no setor da biodiversidade. Para além destes projetos, foram desenvolvidos inúmeros outros projetos em que o foco não foi o setor do ambiente, mas que esteve de alguma forma envolvido.

Identificação, Breve Caracterização dos Projetos Financiados e das Empresas/Consórcios Vencedores (Locais e Internacionais)

Em dezembro de 2014, estavam ativos ou em *pipeline*, 36 projetos do BM no Peru. Desses 36 projetos, 15 contemplam alguma vertente do setor do ambiente e energia. Dos 15 projetos identificados, três encontram-se em *pipeline*.

O quadro seguinte apresenta os 12 projetos ativos no setor do ambiente e energia peruano, no valor de mais de 800 milhões de dólares, bem como alguma informação complementar sobre os mesmos.

Quadro 12 – Quadro descritivo dos projetos ativos no Peru (Banco Mundial) na área do ambiente e energia

ID Projeto	Projeto	Montante (USD Milhões)	Data de Conclusão	Setores de Interesse
P129647	Strengthening Sustainable Management of the Guano Islands, Isles and Capes National Reserve System Project	15,92	31/03/2019	Água, Silvicultura, Biodiversidade, Política Ambiental
P117318	Cusco Regional Development	52,10	31/01/2019	Resíduos Sólidos, Proteção de Cheias, Gestão da Poluição e Desastres Naturais
P117864	Second Rural Electrification	82,70	28/02/2016	Energias Renováveis, Transmissão e Distribuição Energia
P117293	PE Optimization of Lima Water and Sewerage Systems	64,90	31/10/2016	Água
P120860	Catastrophe Development Policy Loan DDO	100,00	09/12/2016	Água, Proteção de Cheias, Gestão de Desastres Naturais
P104760	PE Sierra Irrigation Subsector	48,33	31/12/2015	Água, Irrigação, Silvicultura, Gestão da Água
P095424	Strengthening Biodiversity Conservation through the National Protected Areas	20,72	31/05/2015	Silvicultura, Biodiversidade, Políticas Ambientais
P116152	Second Programmatic Environmental Development Policy Loan	50,00	n.d.	Política Ambiental, Gestão da Poluição, Biodiversidade
P107666	PE Water Resources Management Modernization	23,67	30/06/2015	Água, Alterações Climáticas, Gestão da Poluição

Quadro 12 – Quadro descritivo dos projetos ativos no Peru (Banco Mundial) na área do ambiente e energia (conclusão)

ID Projeto	Projeto	Montante (USD Milhões)	Data de Conclusão	Setores de Interesse
P101471	Peru First Programmatic Environmental Development Policy Loan /DDO	330,00	08/09/2015	Política Ambiental, Gestão da Poluição, Biodiversidade
P090110	PE Rural Electrification	10,00	n.d.	Energias Renováveis, Transmissão e Distribuição Energia
P092834	PE Santa Rosa Hydro Carbon Finance	1,50	28/02/2015	Energias Renováveis, Alterações Climáticas

** n.d. - Não disponível*

Fonte: Banco Mundial

O quadro seguinte apresenta informação sobre empresas/consórcios vencedores em cada um destes projetos

Quadro 13 – Empresas/consórcios vencedores nos concursos ativos no setor do ambiente e energia peruano, financiados pelo BM

ID Projeto	Obras e Fornecimentos	Consultoria
P129647	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P117318	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P117864	Sigma SA Contratistas Generales	Nipsa, Econima, Dessau S&Z S.A.
P117293	Sade - Compagnie Generale de Travaux	Euroestudios, consultores individuais
P120860	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P104760	Autoespar S.A.	Instituto Peruano de Catastro S.A., consultores individuais
P095424	---	Banco de Credito del Peru, consultores individuais
P116152	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P107666	SIAP Micros S.R.L., MC Autos del Peru S.A., Sinux S.A.C., Integracion Digital Omega S.A.	ENGECORPS - Corpo de Engenheiros Consultores S/C, Tecnica y Proyectos SA (TYPSA), Tecnoma S.A., Oficina Internacional del Agua - OIAGUA, consultores individuais
P101471	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	
P090110	SICE - Sociedad Iberica de Construcciones Electrica	Fovida, Copeme, El Taller, Swisscontact, Asoc. Tecnologia Ecologia y Desarrollo, Practical Action, Desco, Cedepas Norte, ONG Progreso Panamericano, DETEC - Tecnologia, Ecologia, Desarrollo, Meteosim Truewind SL-Latin Bridge Business, Latin Bridge SA, Servicio Nacional de Meteorologia, Halcrow Group, OIST - Oficina Ingenieria y Servicios, consultores individuais
P092834	Para este projeto ainda não se adjudicaram contratos	

Fonte: Banco Mundial

De salientar que os contratos estabelecidos não significam que os anúncios de *procurement* para um dado projeto estejam encerrados. De facto, aconselha-se a consulta regular do *site* do Banco Mundial para se inteirar de novas oportunidades de adjudicação.

Analisando os contratos estabelecidos até ao momento, percebe-se que a esmagadora maioria das empresas vencedoras são de origem peruana. Ao nível das empresas estrangeiras, destaque para as empresas espanholas (Nipsa, Econima, Euroestudios, Typsa, Tecnoma, Meteosim Truewind) e francesas (Sade - Compagnie Generale de Travaux, OIAGUA). Destaque ainda para uma empresa italiana (SIAP Micros S.R.L.), uma empresa brasileira (Engecorps), uma empresa suiça (Swisscontact), uma empresa do Reino Unido (Halcrow Group) e uma empresa chilena (Integracion Digital Omega S.A).

De seguida, apresenta-se uma breve descrição de alguns projetos ativos no Peru, cujo foco é primordialmente o setor do ambiente e energia, nas vertentes de maior interesse para as empresas portuguesas (água, resíduos e energia).

Projeto P117318 - Cusco Regional Development

O objetivo deste projeto passa por melhorar a qualidade do turismo e dos serviços de gestão de resíduos sólidos, bem como incrementar a resiliência do setor do turismo ao impacto dos desastres naturais nas províncias de Calca, Urubamba e Cusco.

O projeto compreende 4 componentes, a saber:

- A primeira componente consiste no desenvolvimento e consolidação dos serviços de turismo. O objetivo desta componente é aumentar a qualidade e cobertura dos serviços nas regiões definidas;
- A segunda componente compreende a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. Esta componente pretende melhorar a capacidade de limpeza de ruas e locais públicos, bem como providenciar uma recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos eficiente nas províncias de Calca, Urubamba e Cusco;
- A terceira componente envolve a gestão de risco de desastres e o nível de preparação para os mesmos. O objetivo desta componente é aumentar a resiliência da população local, turistas e infraestruturas em locais turísticos com alta vulnerabilidade a desastres naturais;
- A quarta componente é o fortalecimento institucional, gestão, monotorização e avaliação. Esta componente apoia a capacitação das principais instituições envolvidas em atividades turísticas nas regiões definidas e supervisiona o plano cultural de turismo PERU-UNESCO.

O investimento previsto neste projeto é de 52 milhões de dólares, 35 dos quais a cargo do Banco Mundial. O projeto foi aprovado em novembro de 2013, devendo estar concluído em janeiro de 2019.

Não foram ainda atribuídos contratos no âmbito deste projeto. No entanto, existem diversas oportunidades de *procurement* para as empresas portuguesas, que podem ser consultadas por via do *site* do Banco Mundial.

Projeto P117864 - Second Rural Electrification

O objetivo deste projeto é o de aumentar o acesso à eletricidade em áreas rurais, de forma eficiente e sustentável e encontra-se assente em três componentes fundamentais, a saber:

- Investimento de empresas de distribuição de eletricidade, apoiadas por subsídios do governo central, em subprojetos de eletrificação rural que criem novas ligações utilizando quer a rede convencional, quer sistemas de energias renováveis que sirvam comunidades remotas ou dispersas;
- Assistência técnica para criar capacidade para a eletrificação rural e promoção das energias renováveis;
- *Project management*.

A componente 1, subprojetos de eletrificação rural, centra-se na prestação de serviços de eletricidade a residências, centros de saúde, escolas e centros comunitários no Peru, através de extensões de rede ou energias renováveis. Os incentivos seriam prestados para financiar parcialmente os custos dos projetos de acesso a eletricidade implementados pelos prestadores de serviços que são, regra geral, empresas distribuidoras de eletricidade.

A componente 2, assistência técnica à eletrificação rural e energias renováveis, focaliza-se na assistência técnica a energias renováveis para a eletrificação rural e abastecimento da rede, especificamente recorrendo a energia hidroelétrica, incluindo atividades como desenvolvimento de políticas, regulamentos e incentivos apropriados, apoio ao desenvolvimento de capacidade por parte do Ministério de Energia e Minas para a promoção e gestão da eletrificação rural e energias renováveis, propostas e estudos de viabilidade sobre investimentos em energias renováveis e inventariação de recursos.

A componente 3, *project management*, apoia a gestão global do projeto e consiste em três subcomponentes, a saber:

- Gestão e administração do projeto (*procurement* e gestão financeira);
- Unidade técnica para avaliar os subprojetos de investimento;
- Monitorização e avaliação, incluindo salvaguardas.

Trata-se de um projeto aprovado em abril de 2011 e contempla um investimento global de 82,7 milhões de dólares, sendo 50 milhões suportados pelo Banco Mundial.

Em dezembro de 2014, encontravam-se abertos diversos avisos de *procurement,* tendo sido atribuídos contratos a várias empresas no âmbito deste projeto, nomeadamente um contrato de fornecimento de bens e serviços à peruana Sigma SA Contratistas Generales, no valor de 1,3 milhões de dólares, bem como um contrato de consultoria no valor de 2,4 milhões de dólares à também peruana DESSAU S&Z S.A e contratos adicionais de consultoria às espanholas Nipsa e Econima, não se conhecendo nestes casos os valores envolvidos.

Projeto P117293- PE Optimization of Lima Water and Sewerage Systems

O propósito do projeto de otimização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de Lima é o de melhorar a eficiência, continuidade e fiabilidade dos serviços na área norte de Lima. O projeto consiste em três componentes, a saber:

- *Reabilitação das redes de abastecimento de água e saneamento na área norte de Lima.*
  Esta componente beneficiará 158.380 pessoas de baixos rendimen*tos;*
- *Melhoria da eficiência do sistema de abastecimento de água e saneamento da SEDAPAL.*
  Esta componente financia estudos e serviços de consultoria que forneçam ferramentas de apoio à tomada de decisão, de modo a melhorar a eficiência do operador de Lima, a SEDAPAL;
- *Project management*.
  Esta componente financia o acréscimo necessário de recursos humanos para estabelecer um sistema de monitorização e avaliação e cumprir com as auditorias financeiras necessárias e com o processo de *procurement*.

O projeto foi aprovado em abril de 2011 e deve terminar em outubro de 2016. O valor de investimento previsto é de 64,9 milhões de dólares, tendo-se o Banco Mundial comprometido com 54,5 milhões de dólares.

Em dezembro de 2014, estavam abertos diversos avisos de *procurement* para este projeto, tendo sido atribuídos já diversos contratos, nomeadamente um contrato no valor de 71,1 milhões de dólares à francesa SADE-COMPAGNIE GENERALE DE TRAVAUX, para a reabilitação de sistemas secundários de abastecimento de água e saneamento, bem como outros contratos de menor dimensão, fundamentalmente a empresas peruanas, destacando-se também um contrato de consultoria atribuído à espanhola Euroestudios para a investigação, avaliação e análise de fugas em condutas e elaboração de recomendações, no valor de 291 mil dólares.

Projeto P104760 - PE Sierra Irrigation Subsector

O objetivo do projeto é contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola em zonas selecionadas da Sierra. O projeto consiste em 5 componentes, a saber:

- *Modernização e reabilitação de sistemas de irrigação.*

  Esta componente financia estudos de pré-investimento, conceção, execução e supervisão de subprojetos para apoiar organizações de utilizadores de água elegíveis na melhoria dos serviços de abastecimento de água a agricultores, através da modernização ou reabilitação de sistemas de irrigação coletivos, incluindo melhoria de captações de água, melhoria de canais e construção e reabilitação de pequenos reservatórios de regulação de água;
- *Melhoria da tecnologia de irrigação.*

  Esta componente financia estudos de pré-investimento, conceção, execução e supervisão de subprojetos que apoiem grupos de agricultores elegíveis, bem como a melhoria da *performance* dos campos agrícolas, através da instalação de sistemas de irrigação *in situ* melhorados;

- *Capacitação e apoio à produção e marketing;*
- *Formalização dos direitos das águas e registo nacional administrativo;*
- *Apoio à implementação do projeto.*

  Esta componente prevê assistência técnica, formação, aquisição e utilização de equipamentos de irrigação para administração, monitorização, avaliação e auditoria do projeto, bem como campanhas de sensibilização para todos os utilizadores de água da Sierra sobre as implicações da nova lei da água e sobre melhores práticas de gestão da água.

O projeto foi aprovado em julho de 2010 e deverá estar concluído em dezembro de 2015. O custo estimado é de 48,33 milhões de dólares.

No *site* do Banco Mundial estão disponíveis diversos avisos de *procurement* para este projeto, tendo inclusive já sido estabelecidos alguns contratos.

Identificação e Breve Caracterização dos Projetos em *Pipeline*

No setor do ambiente e energia existiam, em dezembro de 2014, 3 projetos em *pipeline* no Peru, como se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 14 – Quadro descritivo dos projetos em *pipeline* no Peru (Banco Mundial) na área do ambiente e energia

ID Projeto	Projeto	Montante (USD Milhões)	Data de Conclusão	Setores de Interesse
P147342	Peru: Investments for Environmentally Sustainable Development	75,00	n.d.	Água, Energia, Proteção de Cheias
P148932	Sustainable Forest Management in Atalaya, Ucayali	17,60	n.d.	Alterações Climáticas, Silvicultura
P149831	Peru Second DPL With a Cat DDO	400,00	n.d.	Proteção de Cheias, Gestão de Desastres Naturais

** n.d. - Não disponível*

Fonte: Banco Mundial

No projeto *Peru: Investments for Environmentally Sustainable Development*, o objetivo passa por melhorar a gestão ambiental através de um aumento da qualidade, disponibilidade e fiabilidade da informação ambiental apresentada a decisores e sociedade civil, melhoria de mecanismos para identificar e atender prioridades ambientais ao nível regional e nacional e melhorar mecanismos de abertura do processo de tomada de decisão sobre matérias ambientais à sociedade civil. Não havia, à data de realização deste estudo, avisos de *procurement* ou contratos assinados neste projeto.

O objetivo do projeto *Sustainable Forest Management in Atalaya, Ucayali* é reduzir as emissões de GEE provenientes da deflorestação e incrementar as reservas de carbono em florestas sustentáveis, auxiliando no objetivo nacional de atingir zero emissões na categoria "uso da terra, alteração do uso da terra e silvicultura", até 2021. Não havia, à data de realização deste estudo (dezembro de 2014), avisos de *procurement* ou contratos assinados no âmbito deste projeto.

Finalmente, o projeto Peru Second DPL With a Cat DDO, pretende reduzir a vulnerabilidade fiscal e física do país a desastres, aumentando a capacidade de utilização de recursos após os desastres, criando um enquadramento legal para o planeamento de reconstrução e fortalecendo medidas de redução de vulnerabilidade em infraestruturas de setores selecionados. Não havia, à data de realização deste estudo, avisos de *procurement* ou contratos assinados neste projeto.

Identificação e Caracterização dos Modelos de Financiamento de Compensação de Carbono Utilizados pelo Banco Mundial

A Unidade de Financiamento de Carbono do Banco Mundial é dedicada à criação de fundos para a compra de créditos de redução de gases com efeito de estufa que estejam certificados, em países em desenvolvimento e economias em transição no âmbito dos mecanismos flexíveis do Protocolo de Quioto. Esta unidade não trabalha com base em projetos, mas aproveita, por um lado, investimentos públicos e privados em transações comerciais resultantes em créditos de carbono, e por outro, em atividades pró-desenvolvimento. Entre os fundos de carbono operados pelo Banco Mundial estão:

- **Fundos Nacionais de Carbono** criados para ajudar os governos a cumprir com os seus compromissos no âmbito do Protocolo de Quioto.
- **Fundo de Carbono para o Desenvolvimento da Comunidade**, criado para combinar atividades energéticas limpas e de baixa emissão, focando-se especificamente no desenvolvimento das comunidades.
- **Mecanismo para Parceria do Carbono Florestal**, para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir as emissões resultantes da desflorestação e degradação do solo.
- **Mecanismo para Parceria de Carbono** direcionado ao período de comprometimento pós-2012 do Protocolo de Quioto.

Corporação Andina do Fomento (CAF)

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

http://www.caf.com/es/paises/peru

Breve Caracterização

A CAF é um banco de desenvolvimento criado em 1970 e composto atualmente por 18 países da América Latina, Caribe e Europa, e por 14 bancos privados da região andina.

A Instituição promove um modelo de desenvolvimento sustentável mediante operações de crédito, subsídios e apoio na estruturação técnica e financeira de projetos do setor público e privado na América Latina.

Com sede em Caracas, Venezuela, a CAF tem escritórios em Buenos Aires, La Paz, Brasília, Bogotá, Quito, Cidade do Panamá, Lima, Montevideo e Madrid.

A missão da CAF é promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional por uma mobilização eficiente de recursos para a prestação oportuna de vários serviços financeiros, de alto valor agregado, aos clientes dos setores público e privado dos países acionistas.

Desde o seu inicio, a Corporação Andina de Fomento tem sido uma fonte importante de financiamento e assistência técnica nos seus países acionistas.

Em 1980, criou-se o Fundo de Assistência Técnica (FAT), em 1988 o Fundo Especial para a Bolívia e o Fundo para o Equador (FEE), em 1992 o Fundo Andino de Conservação Energética (FACE) e em 1995 o Fundo para o Desenvolvimento Humano (FONDESHU), que se rege pelo seu próprio regulamento devido á natureza especial das suas operações. Tem como objetivo financiar operações que promovam o desenvolvimento humano sustentável entre os setores sociais desfavorecidos que pertençam aos países membros.

Países Acionistas

Os países acionistas da CAF são:

Argentina	Chile	Equador	México	Peru	Trinidad & Tobago
Bolívia	Colômbia	Espanha	Panamá	Portugal	Uruguai
Brasil	Costa Rica	Jamaica	Paraguai	República Dominicana	Venezuela

Portugal e Peru na CAF

A 30 de novembro de 2009, Portugal tornou-se um acionista (acionista da *série C*) da CAF (o tema dos vários tipos de *ações - A,B e C* - será explicado com detalhe, mais à frente).

Este facto concretizou-se após Portugal assinar o acordo para subescrever 15 milhões de euros de capital ordinário da CAF e 60 milhões de euros de capital de garantia.

A assinatura do acordo foi realizada durante a XIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, no Estoril.

O Peru é acionista fundador da CAF e representa 21,6% do total do capital subscrito e integralizado da CAF, em 31 de dezembro de 2009.

Em 2009, a CAF aprovou operações a favor do Peru de USD 2.287 milhões, das quais 56,8% (USD 1.300 milhões) corresponderam a operações de risco soberano e 43,2% (USD 987 milhões) a operações de risco privado.

Breve Descrição do Funcionamento

Assembleia de Acionistas

A Assembleia de Acionistas é o órgão supremo da CAF e pode-se reunir em sessão ordinária – uma vez por ano, dentro de noventa dias após o término do exercício anual – ou extraordinária, de acordo com a matéria submetida para sua consideração. A Assembleia é composta pelos acionistas das *séries A, B e C.*

Os acionistas das séries *A,B, e C* possuem respetivamente ações *do tipo A,B e C*.

A Assembleia aprova o informe anual do Diretório, as demonstrações financeiras devidamente auditadas e determina o destino do lucro obtido pela CAF. Além disso, elege os membros do Diretório de acordo com as normas previstas pelo Convênio Constitutivo, designa os auditores externos e toma conhecimento de qualquer outro assunto que seja submetido.

Diretório

O Diretório é composto pelos representantes dos acionistas das *séries A, B e C.* Estabelece as políticas da CAF, nomeia o Presidente Executivo, aprova as operações de crédito, o orçamento anual de gastos, o outorgamento de garantias ou investimentos e qualquer outra operação dentro dos objetivos da CAF. A aprovação de certas operações é delegada ao Comité Executivo ou ao Presidente Executivo, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Diretório.

Comité Executivo

O Comité Executivo foi criado pelo Diretório em 1971. É integrado por diretores designados pelos acionistas das *séries A, B e C* e presidido pelo Presidente Executivo. O Comité deve aprovar as operações financeiras que não excedam os limites estabelecidos pelo Diretório.

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria foi criado pelo Diretório em julho de 1996. É integrado pelo Presidente do Diretório, que o preside, assim como diretores eleitos pelo Diretório por um período de dois anos e o Presidente Executivo da CAF.

Corresponde a este Comité:

- Recomendar a seleção e contratação dos auditores externos;
- Conhecer o seu plano anual de trabalho;
- Rever o relatório anual e as demonstrações financeiras da Instituição com o correspondente parecer dos auditores externos, antes que sejam apresentados ao Diretório e à Assembleia de Acionistas;
- Conhecer os relatórios apresentados pela Auditoria Interna sobre os principais assuntos relacionados com a vigência da estrutura do sistema de controlo interno;
- Conhecer o programa anual para a administração e controlo de risco de carteira e investidores, e o relatório anual de execução deste programa.

Estrutura do Capital

O capital autorizado da CAF é de dez mil milhões de dólares (USD 10.000.000.000), distribuído em ações de **Capital Ordinário** e em **Capital de Garantia.**

Capital Ordinário

Chega a 6,5 mil milhões de dólares (USD 6.500.000.00) e é dividido em ações de 3 séries: A, B e C, compostas da seguinte forma:

- **Ações da Série "A"** constituídas por quinze (15) ações nominativas, de um milhão e duzentos mil dólares (USD 1.200.000) cada uma, no valor global de dezoito milhões de dólares (USD 18.000.000). A subscrição das ações da Série "A" de capital ordinário está disponível ao governo de cada um dos países membros ou a instituições públicas, semipúblicas ou de direito privado com finalidade social ou pública designados por este.

  Atualmente, a titularidade destas ações, de uma forma direta ou através de instituição designada pelo governo, pertence aos seguintes estados: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

- **Ações da Série "B"** constituídas por um milhão (1.000.000) de ações nominativas, de cinco mil dólares (USD 5.000) cada uma, no valor global de cinco mil milhões de dólares (USD 5.000.000.000). A subscrição das ações da Série B de capital ordinário está disponível aos governos ou a entidades públicas, semipúblicas ou privadas dos países membros. As ações da Série "B" podem ser subscritas por entidades privadas dos países membros sempre e quando a percentagem da sua participação nas ações, não supere quarenta e nove por cento (49%) do total acionista correspondente a tal série, por país acionista.

- **Ações da Série "C"** constituídas por duzentas e noventa e seis mil e quatrocentas ações nominativas (296.400), de cinco mil dólares (USD 5.000) cada uma, no valor global de um 1.482 milhões de dólares (USD 1.482.000.000).

  A subscrição das ações da Série "C", de capital ordinário está disponível a entidades legais ou pessoas naturais provenientes de fora da sub-região.

  As ações da Série "C" de capital ordinário podem ser convertidas em ações da Série "B" de capital ordinário, uma vez que sejam cumpridas as condições acordadas pela Assembleia de Acionistas para a adesão ao Convénio Constitutivo por parte do respetivo país membro.

Capital de Garantia

O Capital de Garantia da CAF é de 3,5 mil milhões de dólares (USD 3.500.000.000) e é composto por ações das séries "B" e "C", distribuídas da seguinte forma:

- **Ações da Série "B" -** Constituídas por quinhentas mil (500.000) ações nominativas, de cinco mil dólares (USD 5.000) cada uma, no valor global de 2,5 mil milhões de dólares (USD 2.500.000.000). A subscrição das ações da série "B", de capital de garantia corresponde aos governos ou entidades públicas, semipúblicas ou privadas dos países membros.

- **Ações da Série "C" -** Constituídas por duzentas mil ações nominativas, de cinco mil dólares (USD 5.000), cada uma, no valor global de mil milhões de dólares (USD 1.000.000.000).

A subscrição das ações da Série "C" de capital de garantia corresponde a pessoas jurídicas ou naturais de fora da sub-região.

O pagamento das ações de capital de garantia está sujeito ao requerimento prévio da CAF, com prévio acordo do Diretório, quando tal capital for necessário para cumprir as obrigações da Instituição, no caso da CAF não ter capacidade para cumpri-las com os seus próprios recursos.

Novos Membros Plenos

Em 2005, a Assembleia Extraordinária de Acionistas aprovou o Protocolo de Modificação ao Convénio Constitutivo da CAF para permitir que qualquer país latino-americano se possa converter em país membro da corporação, tendo que cumprir para este efeito, dois requerimentos: aderir aos artigos do acordo e subescrever ações do tipo A.

Este mesmo protocolo foi então ratificado pelo congresso em que estavam todos os países que eram na altura, membros plenos da CAF. Este protocolo teve efeito a 9 de julho de 2008.

Como resultado, a Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai subscreveram acordos de capital ordinário adicional para um total de 1.500 milhões de dólares (USD 1.500.000.000).

Atualmente, Argentina, Brasil, Panamá, Paraguai e Uruguai são membros plenos. A incorporação destes países como membros plenos da CAF fortalece a sua posição financeira na medida em que, ao expandir o seu campo de ação regional, aumenta as expectativas de crescimento das suas operações, resultando num aumento no volume e uma maior diversificação das operações.

Composição do Diretório da CAF

Ações Série "A" Período 2014 - 2017

País: Argentina **Titular:** Axel Kicillof *Ministro da Economia e Finanças Públicas*	**País: Bolívia** **Titular:** Elba Viviana Caro Hinojosa *Ministra do Planeamento e Desenvolvimento*	**País: Brasil** **Titular:** Miriam Belchior *Ministra do Planeamento, Orçamento e Gestão*	**País: Colômbia** **Titular:** Maurício Cárdenas *Ministro da Fazenda e Crédito Público*
País: Equador **Titular:** Maria Soledad Barrera *Presidente do Diretório da Corporação Financeira Nacional*	**País: Panamá** **Titular:** Dulcidio de La Guardia *Ministro da Economia e Finanças*	**País: Paraguai** **Titular:** Germán Rojas *Ministro da Fazenda*	**País: Peru** **Titular:** Alonso Segura Vasi *Ministro da Economia e Finanças*
País: Uruguai **Titular:** Mario Bergara *Ministro da Economia e Finanças*	**País: Venezuela** **Titular:** Rodolfo Marco Torres *Ministro do Poder Popular para Finanças*		

Ações Série "B" Período 2014 - 2017

País: Bolívia **Titular:** Luís Alberto Arce *Ministro da Economia e Finanças Públicas*	**País: Colômbia** **Titular:** José Darío Uribe *Gerente Geral do Banco da Republica*	**País: Equador** **Titular:** Fausto Herrera *Ministra das Finanças*	**País: Peru** **Titular:** Jorge Luis Ramos *Gerente Geral da Corporação Financeira de Desenvolvimento (COFIDE).*
País: Venezuela **Titular:** Simón Alejandro Zerpa Delgado Vice-ministro do Investimento para Desenvolvimento e Presidente do Banco de Desenvolvimento Económico e Social da Venezuela (BANDES)	**Banca Privada** **Titular:** Efraín Enrique Forero Fonseca *Presidente do Banco Davivienda,S.A.* *Colombia*		

Ações Série "C" Período 2012 - 2015

País: Espanha **Titular:** Luís de Guindos Jurado *Ministro da Economia e Competitividade*	**País: México** **Titular:** Luis Videgaray *Secretário da Fazenda e Crédito Público*
País: República Dominicana **Suplente:** Simon Lizardo Mezquita Ministro da Fazenda	**País: Chile** **Suplente:** Eduardo Bitran Colodro Vice-presidente Executivo de CORFO

Estrutura da CAF

A Corporação Andina do Fomento encontra-se subdividida nos seguintes setores:

- ***Gabinete da Presidência Executiva;***
- ***Vice-Presidência para as Estratégias de Desenvolvimento e Políticas Públicas;***
- ***Vice-Presidência de Finanças;***
- ***Vice-Presidência de Setores Produtivos e Financeiros;***
- ***Vice-Presidência de Programas de Países;***
- ***Vice-Presidência de Desenvolvimento Social e Ambiental;***
- ***Vice-Presidência de Infraestruturas;***
- ***Controlo Corporativo;***
- ***Secretaria e Relações Exteriores;***
- ***Consultoria Jurídica;***
- ***Comunicação Estratégica;***
- ***Logística e Serviços Administrativos;***
- ***Operações e Tecnologia;***
- ***Recursos Humanos;***
- ***Administração de Crédito.***

Presidente Executivo

O Presidente Executivo é o representante legal da CAF. Exerce a direção geral e a administração da Instituição e é responsável por todos os assuntos que não estejam especificamente atribuídos a algum outro órgão.

Além disso, é o encarregado por aprovar os planos estratégicos para países e setores, aprovar as estruturas e os processos institucionais que correspondam ao seu nível de autoridade e aprovar as operações financeiras realizadas pela CAF nos valores que estejam dentro do limite delegado pelo Diretório.

Conta com um Conselho Consultivo integrado por especialistas da comunidade económica, financeira e de negócios da região, cuja principal função é apoiar o Presidente Executivo na análise dos objetivos estratégicos da CAF. Permanece em funções por cinco anos, com a possibilidade de reeleição.

Principais Departamentos da CAF

Entre os departamentos que compõem a CAF, destacam-se os seguintes.

Vice-Presidência de Desenvolvimento Social e Ambiental

A Vice-Presidência de Desenvolvimento Social e Ambiental foi criada em março de 2004 para apoiar as iniciativas de negócios com benefícios sociais e ambientais, com um foco de inovação, replicabilidade, sustentabilidade e territorialidade.

Entre os principais objetivos desta área estão:

- A criação de créditos e outras soluções financeiras de acordo com as condições e necessidades dos setores atendidos pela vice-presidência;
- O apoio ao fortalecimento das políticas públicas e das instituições no campo social e ambiental;
- O apoio a áreas de negócio da CAF para garantir a inclusão de critérios e melhores práticas sociais e ambientais;
- O fortalecimento de parcerias entre o setor público e privado.

Vice-Presidência de Infraestruturas

A Vice-Presidência de Infraestruturas é encarregada por atender projetos sustentáveis de integração física na América Latina e fomentar a participação do setor privado na área das infraestruturas.

Os projetos financiados pela Vice-Presidência de Infraestruturas são avaliados previamente para determinar a sua viabilidade técnica, financeira, económica e institucional. É levado em consideração especialmente o impacto que o projeto possa ter sobre o meio ambiente e sobre as comunidades locais relacionadas diretamente com a zona onde o projeto será executado.

Entre os seus principais objetivos estão:

- Financiar projetos de infraestrutura nos setores público e privado dos países acionistas da CAF em áreas de energia, telecomunicações, água e saneamento, transporte, gás e petróleo e infraestrutura social;
- Prestar apoio técnico aos seus clientes na otimização das soluções técnicas do projeto, na estruturação do financiamento e nos assuntos de políticas públicas e de organização institucional do setor que estejam relacionadas com o desenvolvimento e operação do negócio;
- Realizar estudos sobre a situação de cada uma das áreas de ação da vice-presidência nos países da região andina e em toda a América Latina.

Controlo Corporativo

O Escritório de Controlo Corporativo tem como objetivo fortalecer a estratégia da empresa na gestão integral de riscos.

Este departamento é responsável pela identificação e mitigação de todos os riscos, de qualquer natureza, que possam afetar a CAF, mediante a elaboração de políticas, normas, sistemas e procedimentos de direta aplicação quando necessário, garantindo a sua existência e efetiva implementação, mesmo quando seja responsabilidade de outros departamentos.

Também é sua responsabilidade garantir uma sólida cultura de prevenção do risco, que proporcione um ambiente adequado para o funcionamento das medidas de prevenção e mitigação.

Identificação das Pessoas de Contacto

Contactos de Topo

***Presidente Executivo*:** Enrique García Rodríguez

É o representante legal e máxima autoridade administrativa da Instituição.

As suas funções são:

- Aprovar os planos estratégicos para países e setores;
- Aprovar as estruturas e processos institucionais que correspondam ao seu nível de autoridade;
- Aprovar as operações financeiras cujos valores se encontrem dentro dos limites delegados pelo Diretório.

Permanece nesta função por cinco anos, com possibilidade de reeleição.

***Vice-Presidente Executivo*:** Luis Enrique Berrizbeitia

Desde 1 de dezembro de 1996, o economista Luis Enrique Berrizbeitia dirige a vice-presidência executiva da CAF.

O Vice-Presidente Executivo desenvolve tarefas de supervisão, coordenação e execução de atividades em todas as áreas da Instituição – operacionais, financeiras, assessorias e administrativas – com o objetivo de assistir o Presidente Executivo na gestão geral e acelerar os processos de negócio e apoio.

Permanece nesta função por cinco anos, prazo que pode ser estendido. Substitui o Presidente em todas as suas atribuições na sua ausência.

Contactos de Nacionalidade Portuguesa

Apesar de não existir informação sobre contactos portugueses na Corporação Andina de Fomento, esta instituição tem uma representação em Madrid.

Guillermo Fernández é o atual Diretor da representação da CAF para a Europa. Esta representação tem os seus escritórios sedeados em Madrid (Espanha).

Os contactos da CAF em Madrid são então os seguintes:

Plaza Pablo Ruíz Picasso, s/n, Torre Picasso, planta 24, 28020 - Madrid, Espanha

Tel: +34 91 597 38 94

Fax: +34 91 597 49 27

Modalidades de Financiamento da CAF

Identificação de Produtos e Serviços Financeiros

A CAF disponibiliza diversas modalidades de financiamento a clientes públicos e empresariais dos países membros, desde empréstimos a garantias ou assistência técnica. Especificamente, os produtos e serviços financeiros disponibilizados pela Corporação Andina do Fomento são os seguintes:

- ***Empréstimos***
- ***Financiamento Estruturado sem Recurso ou com Garantia Limitada***
- ***Empréstimos Sindicados***
- ***Garantias e Avais***
- ***Garantias e Parcerias***
- ***Participações Acionistas***
- ***Serviços de Tesouraria***
- ***Linhas de Crédito***

Apresenta-se de seguida uma breve caracterização de cada um dos produtos e serviços identificados.

Empréstimos

Os empréstimos são um acordo entre a CAF e o seu cliente, nos quais o cliente concorda em devolver à CAF, no prazo fixado, o montante de dinheiro pago por um propósito definido, acrescido de juros, taxas e outras despesas acordadas entre as partes.

Os empréstimos são a principal modalidade operacional da CAF e podem ser de curto prazo (1 ano), médio prazo (de 1 a 5 anos) e longo prazo (mais de 5 anos). Podem ser de diferentes tipos: empréstimos para o comércio (Pré-embarque e Pós-embarque) e de fundo de maneio, empréstimos para projetos e de garantia limitada.

A CAF pode financiar operações de risco soberano e operações de clientes de risco privado. Os empréstimos podem ser outorgados em qualquer etapa da execução dos projetos sob certas circunstâncias. No contexto de uma relação crediária integral, a CAF tem licença para conceder empréstimos para o desenvolvimento de operações comerciais direcionadas ao fomento das exportações e de fundo de maneio a empresas ou instituições financeiras.

O leque de projetos que podem ser financiados pela CAF é muito variado e engloba planos de infraestruturas relacionados com rodovias, transportes, telecomunicações, geração e transmissão de energia, água e saneamento ambiental, bem como projetos que propiciem o desenvolvimento fronteiriço e a integração física entre os países acionistas.

Sobre a área industrial, a CAF investe em projetos destinados a ampliar e modernizar a capacidade produtiva e a inserção das empresas dos seus países acionistas nos mercados regionais e mundiais.

Entre as vantagens oferecidas por esta modalidade estão:

- Acesso a maiores prazos de financiamento com base no apoio de uma instituição multilateral e ajuste às suas necessidades em termos de prazo (curto/médio/longo prazo simultaneamente);
- Flexibilidade e agilidade característica da CAF.

Serão consideradas suscetíveis ao financiamento as operações apresentadas pelos governos dos países acionistas, assim como por empresas do setor privado ou misto, de uma ampla gama de setores económicos.

Financiamento Estruturado sem Recurso ou com Garantia Limitada

O termo *Project Finance* é geralmente utilizado para identificar uma modalidade de financiamento outorgado sob uma estrutura de garantias limitadas ("*limited recourse lending*") e onde os recursos (dívida e capital) aportados para financiar o projeto são recompensados apenas com o fluxo de caixa gerado pelo próprio projeto.

Geralmente, a construção e posterior operação destes projetos são fundamentais em inúmeros e diversos contratos, com os quais é possível realizar uma distribuição dos riscos de forma balanceada entre as partes. De destacar aqueles especialmente destinados a mitigar certos riscos dos credores financeiros.

O financiamento de projetos na CAF é direcionado a entidades que procurem financiar operações relacionadas com o setor das infraestruturas e, geralmente, vêm de contratos de concessão outorgados por governos. Também se utiliza frequentemente para financiar projetos de mineração e exploração de petróleo e gás.

Diante da adoção deste tipo de modalidade de financiamento, as entidades promotoras do projeto minimizam o impacto que alternativamente teriam ao incorporar nas suas demonstrações financeiras a dívida necessária para o projeto. São eleitos para solicitar este tipo de financiamento investidores dos setores privado ou público, associados a entidades promotoras de projetos.

Empréstimos Sindicados

Um empréstimo sindicado é uma estrutura na qual uma instituição financeira exerce a liderança numa transação de crédito e reúne um grupo de bancos e/ou outras instituições (participantes) para atender às necessidades de financiamento de um cliente sob a proteção de um só empréstimo. Com esta estrutura, os credores dividem os mesmos direitos e obrigações (*pro rata*).

A relação entre a CAF e os participantes baseia-se no princípio de *pro rata*, onde os credores do cliente participam proporcionalmente como sócios nos direitos e obrigações que assumiram no contrato de empréstimo, com base no respetivo contributo económico efetuado. É assim que os credores distribuem os lucros e as perdas de acordo com a parte da taxa correspondente.

Os empréstimos sindicados podem ter várias formas, dependendo do nível do juro e risco da instituição financeira líder (titular e/ou administradora do empréstimo) e dos participantes. Com esta premissa, as operações sindicadas na CAF podem assumir a forma de cofinanciamento ou de empréstimo A/B, como se pode ver de seguida.

<u>Cofinanciamento</u>

Por meio deste produto, a CAF e os participantes atendem de forma conjunta às necessidades de financiamento de um cliente. Nesta forma as condições financeiras do crédito podem ser iguais se a CAF e as instituições tiverem condições comuns, ou simplesmente podem estruturar-se de forma independente de acordo com os interesses de cada uma delas.

Um Cofinanciamento pode ser estruturado:

- Sob o mesmo contrato de empréstimo;
- Mediante contratos separados, com um acordo entre os credores.

Empréstimos A/B

Os empréstimos A/B preservam o conceito de *pro rata*, mas modificam a capacidade de cada credor de executar seus direitos. A principal modificação consiste na atuação da CAF como único titular do total do empréstimo A/B (ou seja, Prestador Oficial de Registo / *Lender of Record*), o que acarreta num maior nível de controlo do titular pela a administração.

Como titular do Empréstimo A/B, a CAF:

- Administrará o crédito no seu conjunto frente ao cliente;
- Financiará a parte do empréstimo (parcela A) que não é dos participantes;
- Venderá uma parte do empréstimo (parcela B) sob convénios de participação aos participantes;
- Atuará por conta própria na parcela A e terá certos direitos e obrigações com os participantes da parcela B.

Os empréstimos A/B podem variar em relação à forma de estrutura da parcela B, do seguinte modo:

- Venda de toda a parcela a um grupo de participantes selecionados pela CAF. Cabe salientar que se pode selecionar um banco como *co-arranger* que representará os interesses comuns dos participantes ante a CAF e o cliente.
- Venda de toda a parcela a um fideicomisso, cujo único propósito será a emissão de títulos de valores para serem vendidos a investidores institucionais.

Objetivos da CAF com os Empréstimos Sindicados

- Canalizar recursos internacionais e de investidores institucionais para o financiamento de projetos de alto impacto na América Latina e Caribe;
- Maximizar o valor agregado da CAF ao mobilizar fundos de terceiros em condições não disponíveis aos participantes nos países acionistas da CAF;
- Oferecer alternativas de financiamento para os projetos de investimento do setor privado nos países acionistas da CAF;
- Tomar uma posição de liderança na estruturação de empréstimos em sintonia com instituições financeiras privadas sejam elas locais (exceto para empréstimos A/B), regionais ou internacionais;
- Minimizar a exposição da CAF numa transação, mantendo alto grau de controlo.

Elegibilidade do Mutuário

Serão consideradas suscetíveis de financiamento as operações apresentadas por empresas do setor privado ou misto. Além disso, poderão ser realizadas de forma seletiva operações com empresas do setor público. Por fim, para a elegibilidade dos mutuários nos empréstimos Sindicados serão levados em conta os mesmos critérios de elegibilidade estipulados nas políticas internas da CAF.

Elegibilidade dos Participantes

Os participantes poderão ser entidades multilaterais, agências de desenvolvimento, bancos comerciais, fundos de investimento e outras instituições financeiras que a CAF considere de acordo com a sua análise e políticas internas e dependendo se a operação de financiamento terá a forma de cofinanciamento ou de empréstimo A/B.

Levando isto em conta, a CAF aplicará os seguintes critérios para selecionar os participantes:

- Reputação e solidez financeira;
- Capacidade para assumir compromisso dentro da parcela B, no caso da operação ser um empréstimo A/B;
- Conhecimento e experiência com o setor a ser financiado;
- Preferência do cliente;
- Competitividade das condições financeiras para a transação;
- Relação de negócios com a CAF.

Quando houver um conflito de interesse entre o potencial participante e o cliente, a instituição financeira não poderá intermediar a negociação de um empréstimo sindicado, independentemente do papel assumido.

Dimensão do Empréstimo

Os empréstimos A/B devem ter um valor mínimo de USD 50 milhões. O valor máximo é determinado em função do projeto e da capacidade de atrair investimentos no âmbito das normas estabelecidas pela CAF. Em geral, a CAF deverá manter um mínimo de 25% do valor total de um empréstimo A/B, mediante o financiamento da parcela A.

Garantias e Avais

As garantias parciais e avais são produtos oferecidos pela CAF a governos nacionais, regionais, empresas públicas, privadas ou mistas e a instituições financeiras com o objetivo de apoiar operações de crédito outorgadas por outras fontes.

As garantias parciais são utilizadas para melhorar a qualificação de risco de crédito de emissões de dívida dos clientes, com o objetivo de facilitar o acesso a novos mercados ou investidores, e/ou melhorar as condições de financiamento que já tenham acesso.

As garantias parciais podem ser utilizadas para obter financiamento nos mercados de capitais locais e/ou internacionais. Além de ajudar o cliente a obter o financiamento requerido, este produto também contribui com o desenvolvimento dos mercados de capital da região.

Garantias e Parcerias

A garantia parcial de crédito (GPC) é uma modalidade de avais e garantias com a qual a CAF garante a um terceiro, parte do risco de crédito de uma obrigação a cargo de um cliente.

Além disso, a CAF pode garantir a subscrição de emissões de papéis de renda fixa de entidades emissoras em mercados de capital da região. Essa modalidade pretende atrair novos recursos à região e estimular as fontes de financiamento privadas a estender os prazos de seus créditos, condições que de outra forma não estariam disponíveis para os clientes beneficiados por esta modalidade operacional.

As garantias parciais contribuem na melhoria da qualificação de emissões e empréstimos e na formação de *trusts funds* para, dessa forma, apoiar o desenvolvimento dos mercados de capital dos países acionistas da CAF.

Esta modalidade aplica-se para garantir operações de risco soberano, podendo ser aplicada de forma seletiva para garantir operações de risco privado.

Participações Acionistas

As participações acionistas são operações destinadas à aquisição de ações ordinárias, ações preferenciais ou participações de capital social, assim como títulos de dívida subordinada, conversível ou outros instrumentos similares, em empresas, fundos ou instituições financeiras públicas, privadas ou mistas e veículos financeiros de propósito especial.

Estes investimentos de capital são realizados em áreas estratégicas para apoiar o desenvolvimento e o crescimento de empresas nos países acionistas e a sua participação nos mercados de capitais.

Além disso, permitem aos investidores contar com recursos e com o suporte de uma instituição financeira multilateral, que serve como agente catalisador na atração dos recursos necessários à empresa, fundo ou instituição financeira.

As participações acionistas da CAF são realizadas em atendimento a várias modalidades, como:

- Através de fundos de investimento que tenham por objetivo a aquisição, propriedade, gestão e alienação de títulos de renda fixa ou variável de empresas ou projetos de infraestruturas representados em ações ou em certificados de participação emitidos por tais sociedades;
- De forma direta, através de capital social que visa a produção de bens ou a prestação de serviços;
- Por meio de investimentos de quase-capital, tais como empréstimos subordinados, ações preferenciais e empréstimos com opção de conversão em ações;

Entre os critérios considerados pela CAF ao decidir por uma participação acionista estão:

- Mobilização de recursos externos como resultado deste investimento;
- Impacto no desenvolvimento da região;
- Caráter estratégico do investimento;
- Mecanismo de saída;
- Rentabilidade.

Serviços de Tesouraria

A CAF oferece os seguintes serviços de Tesouraria na América Latina:

- Contas correntes;
- Depósitos a prazo;
- Administração de fundos.

Linhas de Crédito

As linhas de crédito são uma facilidade outorgada a um cliente por um limite determinado e que permite, durante o seu período de vigência, que o cliente solicite o financiamento de várias operações de natureza semelhante e independentes entre si. O valor da linha de crédito e as condições de cada operação serão estabelecidos pela CAF durante o processo de avaliação.

As linhas de crédito podem ser de curto prazo (1 ano), médio prazo (de 1 a 5 anos) e, excecionalmente, de longo prazo (mais de 5 anos). A CAF poderá financiar operações de risco soberano e operações de clientes de risco privado.

A CAF também atua como banco de desenvolvimento, outorgando linhas de crédito a instituições financeiras de desenvolvimento, a bancos comerciais privados ou empresas qualificadas dos setores produtivos da região, a fim de que estes ofereçam financiamento a grupos específicos, como por exemplo, a pequenas e médias empresas (PME).

Serão consideradas suscetíveis ao financiamento as operações apresentadas por instituições financeiras ou governos dos países acionistas, assim como por empresas do setor privado ou mistas, de uma ampla gama de setores económicos.

Assessoria Financeira

A CAF presta assessoria financeira a clientes do setor privado, público ou misto. O âmbito de cada assessoria depende das necessidades específicas de cada cliente e pode estar ou não relacionada à obtenção de fundos ou a um produto financeiro específico.

A CAF pode prestar serviços de assessoria na definição e estruturação de planos de financiamento para projetos ou empresas; assistência ao setor público no desenho e execução de processos de licitação pública para delegar o setor privado a construção, operação e administração de obras de infraestrutura ou serviços públicos (parcerias público-privadas, concessões); assistência ao setor privado na preparação de ofertas para participar nos processos de licitação pública; assistência em fusões e aquisições; valorização de empresas, entre outros.

Os serviços de assessoria financeira oferecidos pela CAF permitem aos clientes do setor público e privado complementar e agregar valor à utilização de produtos tradicionais.

Estes serviços são direcionados a governos nacionais, regionais, empresas do setor público, empresas do setor privado ou mistas dos países acionistas que procuram realizar operações inovadoras que requerem um conhecimento financeiro especializado.

Cooperação Técnica

A CAF financia operações especializadas que complementam a capacidade técnica dos países acionistas com o objetivo de incentivar programas inovadores que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a integração regional.

As operações de cooperação técnica dirigem-se a empresas, organizações internacionais ou que façam parte dos setores público ou privado dos países acionistas. Os pedidos de entidades públicas em vários países são priorizadas através de uma única agência governamental que coordena os pedidos de recursos externos para os programas de assistência técnica que fazem parte dos seus planos de desenvolvimento nacional ou regional. As operações do setor privado estão limitadas ao setor sindical, às pequenas e médias empresas e às instituições financeiras relacionadas a essas.

- ***Projetos elegíveis para financiamento***

  As operações consideradas apropriadas para financiamento devem atender aos critérios de elegibilidade estabelecidos nos regulamentos internos que sejam identificados como compatíveis com os objetivos de desenvolvimento da CAF, tais como o financiamento de estudos de pré-investimento, projetos de investimento destinados a criar ou incentivar atividades produtivas, projetos de fortalecimento institucional, transformação produtiva, inserção em mercados internacionais, desenvolvimento e integração dos mercados financeiros e de capital da região, transferência e adaptação tecnológica, alterações climáticas e proteção ambiental, desenvolvimento social e promoção dos valores culturais, entre outros.

  A CAF possui diversos fundos próprios de assistência técnica, alguns especializados em temas de importância estratégica como a execução de projetos comunitários, produtivos, inovadores e de alto impacto em setores sociais vulneráveis, a preparação de projetos de infraestrutura sustentável e de promoção do desenvolvimento humano sustentável nas regiões de fronteira; e o fortalecimento do património das pequenas e médias empresas nos países acionistas.

  Além disso, conta com fundos de cooperação técnica de importantes aliados estrangeiros, como o Ministério das Relações Exteriores de Itália, o Ministério da Economia de Espanha e a Agência Francesa de Desenvolvimento, entre outros.

- ***Modo operacional de financiamento***

  Os critérios básicos que determinam o modo de financiamento estão relacionados com a natureza da operação, do seu campo de ação e do requerente. Os conceitos sobre o que é possível ser financiado estão associados principalmente a serviços de consultoria e gastos de transporte dos técnicos, assim como à difusão e à socialização do conhecimento produzido.

Indicação dos Montantes Disponíveis para o Financiamento de Projetos, a Curto Prazo

Não foi possível encontrar informação sobre montantes disponíveis para financiamento a curto prazo, à exceção da modalidade empréstimos A/B, em que o valor mínimo é de 50 milhões de dólares.

Caracterização da Atividade Recente da CAF

Montantes Financiados pela CAF no Peru

Os quadros seguintes apresentam o número de projetos financiados pela CAF no Peru entre 2009 e 2013, bem como a tipologia de projetos financiados e os montantes do financiamento. Como se pode ver, no período em análise a CAF financiou 9 projetos no Peru, com um valor de 10.558 milhões de dólares.

Quadro 15 – Número de projetos financiados pela Corporação Andina de Fomento no Peru, 2009-2013

Número de Projetos por Ano	
Ano	**N.º**
2009	2
2010	4
2011	2
2012	1
2013	0

Fonte: CAF

Quadro 16 – Tipologia de projetos financiados pela Corporação Andina de Fomento no Peru, em percentagem (2013)

Projetos	
Tipologia de Projeto	**%**
Infraestrutura Económica	14,5
Desenvolv. Social e Ambiental	22,8
Competitividade e MPME	20,1
Sistema Fin. e Mercado Capitais	27,4
Governança e Cap. Social	15,1

Fonte: CAF

Quadro 17 – Montantes Financiados pela Corporação Andina de Fomento no Peru, 2009-2013

Montantes Financiados	
Ano	**Valor (USD Milhões)**
2013	2.644
2009-2013	10.558

Fonte: CAF

Identificação, Breve Caracterização dos Projetos Financiados e das Empresas/Consórcios Vencedores (Locais e Internacionais)

Não existe informação detalhada sobre os projetos financiados pela CAF no Peru. Contudo, o quadro seguinte apresenta alguma informação sobre todos os projetos (4 dezenas) financiados pela CAF, neste país.

Quadro 18 – Quadro descritivo dos projetos financiados pela CAF no Peru

Projeto	Data Aprovação	Estado	Montante Financiado (USD)
Prog Gest Ambien y Social Corr	18/12/2012	Aprovado	16.000.000
Proyecto Sistema Eléctrico de Transporte Masivo de Lima y Callao	06/07/2011	Em desembolso	300.000.000
Proyecto Majes Siguas, II Etapa	08/02/2011	Em desembolso	150.000.000
Obras Faltantes Corredor Vial Interoceánico - Fase Final	01/12/2010	Totalmente desembolsado	200.000.000
Programa de Inversión en Mejoramiento y Rehabilitación de Infraestructura Vial	01/12/2010	Totalmente desembolsado	300.000.000
Proyecto de Mejoramiento de Agua Potable y Alcantarillado en Áreas Marginales de Lima	08/08/2010	Totalmente desembolsado	77.000.000
Tren Elect Urbano de Lima	24/03/2010	Totalmente desembolsado	300.000.000
Fac. Financiamiento contingente	18/08/2009	Em desembolso	300.000.000
Obras faltantes CVIS	09/01/2009	Totalmente desembolsado	300.000.000
II Prog. Inv. Sociales y de Infr.	22/12/2008	Totalmente desembolsado	200.000.000
Prog. Inv Social y de Infra contra Pobre	11/02/2008	Totalmente desembolsado	81.000.000
Prog. Inv Social y de Infra contra Pobre	11/02/2008	Totalmente desembolsado	69.000.000
Prog Inv Social y de Infraest contra Pob	14/12/2007	Totalmente desembolsado	135.000.000
Prog Inv Social y de Infraest contra Pob	14/12/2007	Totalmente desembolsado	115.000.000
Prog. Estudios Preinv. Región Fronteriza	09/03/2007	Totalmente desembolsado	2.692.000
Reha. Ferrocarril Huancayo-Huancavelica	27/10/2006	Totalmente desembolsado	14.890.000
Prog Gestión Ambiental y Soc. Interocea	20/07/2006	Totalmente desembolsado	10.000.000
Garantias Conc. IIRSA Norte	22/02/2006	Pago	---
Garantía Parcial Conc.Trasvase	13/02/2006	Totalmente desembolsado	28.000.000

Quadro 18 – Quadro descritivo dos projetos financiados pela CAF no Peru (conclusão)

Projeto	Data Aprovação	Estado	Montante Financiado (USD)
Proyecto Olmos etapa I - Obra Transvase	19/05/2005	Totalmente desembolsado	77.000.000
Programa de Fortalecimiento de la Instit	03/12/2004	Totalmente desembolsado	80.000.000
Prog. de Infraestructura Económica y Des	20/08/2004	Totalmente desembolsado	280.000.000
Prog.Apoyo Competitiv.Gob.Inv.Social	30/01/2004	Totalmente desembolsado	113.000.000
Prog. Apoyo Competitiv.Gobernabi. Inver.	18/09/2003	Totalmente desembolsado	115.000.000
Desarrollo Sector Transporte	21/08/2003	Totalmente desembolsado	172.000.000
Fortalecimiento Institucional	14/03/2003	Totalmente desembolsado	8.300.000
Prog. Multisect. Inv.Púb.2002	24/05/2002	Totalmente desembolsado	250.000.000
Prog. Multisect. Inv.Púb.01-02	23/11/2001	Totalmente desembolsado	200.000.000
Apoyo Emergencia Zona Sur	28/07/2001	Pago	20.000.000
Prog. Multisect. Inv.Púb.2001	24/04/2001	Totalmente desembolsado	300.000.000
rog. Multisect. Inv.Púb.00-01	10/11/2000	Pago	250.000.000
Exp. Redes Agua Lima y Callao	12/06/2000	Pago	25.000.000
Estud. Preinv. Reg. Fronteriza	07/01/2000	Pago	2.705.000
Ctral.Hidroeléctrica San Gabán	09/08/1999	Pago	25.000.000
Rehab. Obras Proy.Chavimochic	23/02/1999	Pago	17.000.000
Prog. Preinv.Sector Transporte	17/12/1998	Pago	5.200.000
Prog. Obras Amb.Compl.Chavim.	01/07/1997	Pago	17.100.000
Carretera LLo-Desaguadero	19/04/1996	Pago	80.000.000
Proy. Chavimochic Etapa II	05/01/1995	Pago	76.000.000
Prog. Rehab. y Mant. de Carr.	07/11/1994	Pago	50.000.000

Fonte: CAF

Identificação e Caracterização dos Principais Setores e Programas Apoiados pela Corporação Andina do Fomento

Identificam-se neste ponto, algumas das áreas de ação onde a Corporação Andina do Fomento atua com mais incidência.

Infraestruturas

A CAF apoia fortemente o desenvolvimento da infraestrutura física indispensável para atender às necessidades básicas dos seus países acionistas e suporta o processo de integração e competitividade internacional da região, direcionado especialmente para as áreas de transportes, energia, telecomunicações e integração fluvial latino-americana.

A participação da CAF é operacionalizada através da prestação de assistência técnica e/ou assessoria financeira aos governos, para facilitar o processo de construção dos projetos, do financiamento desses mesmos projetos considerados chave para a dinâmica do desenvolvimento nacional e regional e da realização de operações de cofinanciamento e empréstimos A/B (com participação de investidores privados) para atrair mais recursos para o setor.

A **Agenda para o Desenvolvimento Integral** proposta pela CAF visa um crescimento elevado, contínuo, sustentável e de qualidade. Essa agenda, em matéria de infraestrutura, é fortalecida por:

- **Programa de Energia Sustentável**
- **Programa GeoSUL**
- **Programa de Apoio a Tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF)**
- **Observatório de Mobilidade Urbana (OMU)**
- **Programa Portos de Primeira**
- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Integração Fronteiriça (PADIF)**
- **Infraestrutura de Integração**
- **Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica**

De seguida, efetua-se uma breve caracterização de cada um dos programas aqui elencados, no âmbito da Agenda para o Desenvolvimento Integral.

❖ Programa de Energia Sustentável

O Programa de Energia Sustentável tem como objetivo criar um diálogo sobre a problemática setorial com os países acionistas, a fim de identificar barreiras e oportunidades para estimular o desenvolvimento de sistemas energéticos sustentáveis que incluam energias renováveis.

As áreas temáticas apoiadas neste programa são:

- Análise e avaliação integral de temas regulatórios, económicos e técnicos associados ao desenvolvimento e implementação de projetos nacionais ou binacionais;
- Desenvolvimento de estudos da matriz energética de longo prazo e de *workshops* com os atores relevantes nos países para a discussão das propostas;

- Formulação e elaboração de políticas energéticas de integração;
- Análise e avaliação pela Instituição de novas fontes de energia;
- Identificação e preparação de projetos de investimento para o desenvolvimento do setor;
- Desenvolvimento de programas de ampliação da cobertura elétrica mediante mecanismos que incorporem soluções para as comunidades isoladas;
- Fortalecimento institucional para a gestão setorial;
- Elaboração de documentos de análise setorial;
- Estudos e avaliações pela Instituição de energias limpas e alternativas nos sistemas energéticos.

❖ Programa GeoSUL

O planeamento da infraestrutura física de integração e desenvolvimento da América Latina requer um acesso adequado a informação espacial integrada, georreferenciada e padronizada.

A CAF desenvolveu o sistema de informação geográfica Condor- lançado em 2000 como a primeira ferramenta informática direcionada a identificar e prevenir os principais impactes ambientais e sociais associados a grandes projetos de infraestrutura na região andina.

Posteriormente, a CAF desenvolveu o programa GeoSUL, que consiste numa rede descentralizada de instituições responsáveis por gerar e manter informação geográfica para a tomada de decisões estratégicas na região.

Esta rede reúne os institutos geográficos nacionais, ministérios de infraestrutura, planeamento e meio ambiente, universidades e instituições regionais de pesquisa. O GeoSUL inclui um serviço regional de mapas da América do Sul que coloca à disposição do público mais de 40 mapas regionais interativos que contêm informação de todos os projetos da carteira IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana).

Link para o sub-portal GeoSUL: *http://www.caf.com/geosur*

❖ Programa de Apoio a Tecnologias de Informação e Comunicações (TICAF)

O Programa TICAF é direcionado para preparar os países da região para enfrentar os desafios da sociedade de informação e do desenvolvimento sustentável no século XXI, fazendo o maior uso possível de novas tecnologias de informação e comunicações (TIC).

O TICAF desenvolve estudos regionais sobre as infraestruturas de telecomunicações disponíveis, assim como de aplicações e indústrias de *software* criadas na região, com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento e internacionalização.

O programa permite, dessa forma, identificar novos espaços de negócios em tecnologias de ponta no setor das telecomunicações, criadas por países em desenvolvimento, ao apoiar financeira e tecnicamente os países para enfrentarem as barreiras de entrada nos mercados regionais.

❖ Observatório de Mobilidade Urbana (OMU)

Com o objetivo de responder às carências em informação sólida, confiável e atualizada no setor dos transportes e mobilidade na região, a CAF lançou o Observatório de Mobilidade Urbana (OMU) para a América Latina e Caribe, que teve início com a análise de 15 áreas metropolitanas de nove países da região.

A Instituição definiu os indicadores técnicos e avançou na compilação e análise de dados das 15 cidades selecionadas. Além disso, elaborou o Banco de Dados 2007-2008 e desenvolveu mecanismos de difusão.

Também realizou o primeiro Relatório do OMU e produziu o livro "Mobilidade Urbana na América Latina e Caribe" - publicação que tem como objetivo oferecer um amplo panorama das características e condições de mobilidade das áreas metropolitanas analisadas.

Link para o subportal Observatório de Mobilidade Urbana: *http://omu.caf.com/*

❖ Programa Portos de Primeira

O Programa Portos de Primeira tem como objetivo melhorar a qualidade dos serviços portuários como um elemento estratégico de apoio à integração regional e ao desenvolvimento da competitividade dos setores produtivos exportadores.

O programa possui três pilares básicos:

- Trabalhos prévios da CAF sobre logística, competitividade e transporte;
- Trabalhos de planeamento territorial da iniciativa IIRSA - Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana;
- Modelo de gestão portuária do Selo de Garantia, aplicado com sucesso no porto de Valência, em Espanha.

Na sua primeira fase, o programa trabalhou com os cinco portos andinos de maior tráfego de contentores: Cartagena e Buenaventura (Colômbia), Guayaquil (Equador), El Callao (Peru) e Puerto Cabello (Venezuela).

Em cada porto realizaram-se estudos de diagnóstico e constituíram-se Conselhos de Qualidade, formados por representantes de todas as coletividades da comunidade portuária, para dirigir o trabalho de engenharia dos processos críticos.

Esta fase foi concluída em 2007. Deu-se então início à fase seguinte, sem precedentes na região, com a criação da Associação Latino-americana de Qualidade Portuária (ALCP), entidade sem fins lucrativos, titular do Selo de Garantia em toda a região e que fornece uma rede de trabalho institucional para o funcionamento sustentável deste modelo de gestão portuária.

❖ Programa de Apoio ao Desenvolvimento e Integração Fronteiriça (PADIF)

A CAF promove uma visão estratégica de integração fronteiriça que permite aos seus países acionistas realizar um planeamento adequado e uma articulação de programas e projetos para melhor aproveitar as oportunidades de cooperação e fortalecimento do diálogo bilateral e multilateral nas regiões de fronteira comum.

Com o PADIF, a Instituição incentiva mais de 25 iniciativas de elaboração e realização de Planos Binacionais de Desenvolvimento e Integração Fronteiriça e de criação de Zonas de Integração Fronteiriça (ZIF), assim como politicas subregionais dos países da UNASUL, da Comunidade Andina (CAN) e do MERCOSUL.

Tais iniciativas visam promover a organização territorial, o planeamento e priorização de projetos em matéria de integração física, económica e produtiva, a promoção de desenvolvimento humano sustentável, o fortalecimento institucional e de tecido comunitário para fomentar o diálogo e a cooperação nas regiões fronteiriças.

Estas iniciativas utilizam recursos de cooperação técnica não-reembolsável do Fundo de Cooperação e Integração Fronteiriça (COPIF).

Fundo de Cooperação e Integração Fronteiriça (COPIF)

Criado em março de 2008, o COPIF tem o objetivo de apoiar de uma forma oportuna, a identificação, preparação e execução de projetos de alto impacto que promovam o desenvolvimento humano sustentável nas regiões fronteiriças dos países membros e que contribuam com o fortalecimento da cooperação, do diálogo, da confiança mútua e da integração fronteiriça bilateral e multilateral.

Este fundo está aberto para incorporar recursos dos países membros e de organismos e instituições multilaterais. Foi constituído com uma contribuição inicial da CAF no valor 4 milhões de dólares. Este valor irá aumentar gradualmente até 25 milhões de dólares.

❖ Infraestrutura de Integração

A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um incentivo ao mais alto nível político na região para que se desenvolvam esforços regionais para a integração física da América do Sul.

Esta iniciativa nasceu no final de 2000, com a participação de 12 países da América do Sul, transformando-se no principal fórum sul-americano de avanço no processo de articulação física da região.

Contou desde o início com o apoio forte e decidido da CAF que, junto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata (Fonplata), formam o Comité de Coordenação Técnica (CCT) que dá apoio técnico e financeiro às atividades do IIRSA.

Concretamente, a iniciativa IIRSA sustenta-se sobre dois pilares de ação fundamentais:

- *Organização espacial do território*

  Partindo do reconhecimento da realidade geopolítica e socioeconómica do continente, os governos concordam com a organização do espaço sul-americano em faixas multinacionais que concentrem populações, produção e fluxos de comércio atuais e potenciais da região, que irão convergir gradualmente num padrão comum de qualidade de serviços de infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações.

  Estas faixas multinacionais chamam-se Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID).

  Os EID são portanto, as grandes regiões da América do Sul nas quais as oportunidades de negócios intraregionais e globais geram - ou são mais prováveis de gerar - comércio e importantes fluxos de investimento.

- *Convergência de normas e mecanismos institucionais*

  Os governos estabeleceram uma série de grupos e dinâmicas de trabalho para melhorar a compreensão e promover a eventual remoção de burocracias de ordem regulatória, legal, operacional e institucional que limitam o uso eficiente da infraestrutura existente, assim como as que são obstáculos para investimentos em novas infraestruturas. Tudo isto com o intuito de permitir o livre comércio de bens e serviços dentro da região.

A infraestrutura regional é desenhada em função das necessidades sociais e de negócios e cadeias produtivas com grandes economias de escala ao longo destes eixos, seja para o consumo interno da região ou para a exportação a mercados globais.

Os EID representam uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável agregado da América do Sul. Esta dinâmica facilitará o acesso a zonas de alto potencial produtivo, que se encontram hoje relativamente isoladas ou subutilizadas devido à deficiente provisão de serviços básicos de infraestrutura. Fornecerá também, mecanismos para a distribuição racional dos benefícios de desenvolvimento entre os territórios da região.

Em matéria de projetos, as prioridades da iniciativa são melhorar a infraestrutura em áreas de alto tráfego, o planeamento e a construção de infraestruturas em áreas de alto potencial de desenvolvimento e a preservação do meio ambiente e dos recursos sociais.

Atualmente, a IIRSA está a trabalhar em 8 eixos de integração e desenvolvimento, a saber:

- **Eixo Mercosul-Chile**
- **Eixo Andino**
- **Eixo Interoceânico Central**
- **Eixo Amazonas**
- **Eixo do Escudo Guayanes** (Venezuela-Brasil-Guiana-Suriname)
- **Eixo Peru-Brasil-Bolívia**
- **Eixo do Capricórnio** (Porto Alegre-Assunção-Jujuy-Antofagasta)
- **Eixo do Sul** (Talcahuano-Concepción-Neququén-Bahía Blanca)

Este programa inclui todos os projetos de investimento em infraestrutura que contribuam para a integração regional nos setores dos transportes (rodoviário, ferroviário, marítimo e aéreo), logística, energia (geração, transmissão e distribuição) e telecomunicações.

Estes projetos podem ser binacionais ou multinacionais, de acordo com a distribuição dos seus benefícios.

São considerados projetos de integração aqueles que foram incorporados por países sul-americanos à carteira de projetos da iniciativa IIRSA, assim como outros projetos vinculados a estes que gerem benefícios transnacionais.

❖ Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica

O Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica é um espaço político de alto nível que articula esforços de cooperação, desenvolvimento e integração entre 10 países (Belize, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana), e que facilita a gestão e execução de projetos direcionados a melhorar a qualidade de vida dos habitantes da região.

Desta forma, já são cinco países acionistas da CAF que participam do Projeto Mesoamérica: Colômbia, Costa Rica, México, Panamá e República Dominicana.

A CAF participa ativamente, desde 2001, neste esforço de integração como membro do Grupo Técnico Interinstitucional e da Comissão de Promoção e Financiamento, criados pelos Presidentes da Mesoamérica para dar apoio técnico e financeiro ao projeto. Deste modo, a CAF compromete-se com a integração e o desenvolvimento dos povos mesoamericanos em matéria de infraestrutura, interconetividade e desenvolvimento social.

Desenvolvimento Social

Com a missão de promover o desenvolvimento sustentável, como uma das suas prioridades estratégicas, a CAF promove a sustentabilidade social e ambiental em todas as operações realizadas na região.

Além de contribuir com o financiamento de projetos, programas e empreendimentos de conteúdo social, as suas intervenções dão enfase à necessidade de se trabalhar no fortalecimento institucional dos setores sociais, na geração de parcerias e acordos entre os diversos atores e no aprofundamento da análise e soluções da problemática social e ambiental da região.

Esta estratégia de desenvolvimento integral sustentável procura:

- Incorporar as dimensões social e ambiental como eixos transversais que impulsionem a adoção de serviços sociais básicos sustentáveis, principalmente nos setores mais pobres e marginalizados da sociedade.
- Contribuir com o desenvolvimento do capital humano promovendo o acesso igualitário à educação e saúde de qualidade;
- Preservar e promover o desenvolvimento comunitário e cultural da região;
- Promover a criação de oportunidades de emprego produtivo e de qualidade para os grupos mais vulneráveis da sociedade;

As ações de apoio aos países estruturam-se através dos seguintes programas de alto impacto social:

- **Programa Integrado de Água**
- **Programa Integral de Desenvolvimento Urbano**
- **Programa da Melhoria na Qualidade Educativa**
- **Programa de Apoio ao Investimento Social**
- **Governança**
- **Desenvolvimento Integral Comunitário**
- **Musica para Crescer**
- **Ação Social para o Desporto**

De seguida, apresenta-se uma breve caracterização de cada um destes programas.

❖ Programa Integrado de Água

A CAF serve de base aos esforços realizados pelos países da região, para assegurar o acesso a serviços adequados de água potável e saneamento a toda a população.

Para atingir este objetivo é importante consolidar uma visão global da gestão dos recursos hídricos, melhorar a qualidade e eficiência dos planeamentos de investimento, promover o fortalecimento institucional do setor e acompanhar a liderança política dos governos.

Com estes princípios, a estratégia da CAF para o setor de água e saneamento está focada em apoiar os seus países acionistas na estruturação e financiamento de programas e projetos sustentáveis de investimento, com alto impacto social e ambiental, direcionados a alcançar três objetivos principais:

- Propiciar uma adequada gestão dos recursos hídricos, desde a sua geração e conservação, até à sua utilização e devolução às massas de água;

- Facilitar a expansão da cobertura dos serviços de água potável, saneamento básico e tratamento de águas residuais, com ênfase nas populações mais vulneráveis;
- Promover o fortalecimento institucional e regulatório do setor e melhorar a gestão, a transparência e o desempenho das empresas ou entidades operadoras de serviços.

Como parte do Programa Integrado de Água, a CAF incentiva projetos de risco e desenvolvimento rural que permitam pequenos produtores e populações do campo, melhorar as suas condições de vida, com ênfase no desenvolvimento territorial integral.

Para atingir um efeito catalisador dos benefícios esperados com estas intervenções, a CAF valoriza as parcerias estratégicas com outros organismos internacionais que atuam na região e trabalha com eles em estreita coordenação, cooperação e complementaridade.

❖ Programa Integral de Desenvolvimento Urbano

Com o objetivo de melhorar a qualidade e as condições habitacionais da população localizada em zonas urbanas marginalizadas, a CAF apoia os seus países acionistas com um programa integral de desenvolvimento urbano.

O programa inclui desenhos urbanos consistentes com o plano de organização territorial da zona selecionada e que contemple investimentos relacionados com a construção de casas, instalações de saneamento básico (água e esgoto), instalação de serviços de energia e telecomunicações, pavimentação de ruas de acesso e o desenho de zonas públicas como parques ou instalações polidesportivas, postos de saúde, e a melhoria e construção de centros educativos**.**

❖ Programa da Melhoria na Qualidade Educativa

Com a premissa de que a educação de qualidade é um dos instrumentos mais eficazes para o desenvolvimento do capital humano, já que aumenta a competitividade dos trabalhadores e a igualdade social, a CAF dá enfase a programas e projetos focados em alternativas à educação superior, como a educação técnica tecnológica, e em programas de melhoria da infraestrutura social.

A CAF oferece aos países acionistas um programa que tem o objetivo de fortalecer a educação superior técnica e tecnológica melhorando a qualidade, a diversidade e a relevância da sua oferta, de maneira que respondam às novas demandas do setor produtivo, às mudanças tecnológicas e à globalização.

De forma complementar, a CAF promove a geração e recuperação de infraestruturas educativas que respondam a novos requerimentos da educação e permitam o desenvolvimento pleno das capacidades dos atores educativos, ao financiar estudos técnicos de viabilidade e ao apoiar diversas modalidades de financiamento para a infraestrutura social.

❖ Programa de Apoio ao Investimento Social

A CAF contribui com o financiamento dos Planos de Desenvolvimento dos países membros mediante o outorgamento aos seus governos, de empréstimos de longo prazo destinados a garantir a execução de projetos de investimento público em diversas áreas económicas e sociais, contribuindo para a diminuição da pobreza e para a melhoria na qualidade de vida da população.

❖ Governança

A CAF procura criar normas enquadradas com o apoio das instituições encarregues de introduzir a transparência na gestão pública e a prestação de contas obrigatória ao uso de recursos do poder, apoiando o fortalecimento institucional e melhoria na qualidade do processo decisório, com ênfase na dinâmica de descentralização.

Atualmente, a CAF desenvolve nesta área os seguintes programas direcionados ao fortalecimento da governança democrática:

Programa de Governança e Gestão Pública

O programa tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de capacidades e acelerar processos de mudança com níveis satisfatórios de governança por parte das autoridades de governos locais e equipes técnicas de níveis nacional e regional, além de pessoas da sociedade civil, cujo trabalho esteja relacionado a temas de descentralização e que contribuam com o desenvolvimento municipal.

Programa de Liderança para a Transformação

O principal propósito é identificar potenciais líderes da região e preparar as bases de um novo estilo de liderança, enriquecendo o sistema de valores e proporcionando ferramentas para que possam assumir, com ética e profundo senso cívico e democrático, a responsabilidade de condução ao futuro.

Concebido sobre o princípio fundamental de equilíbrio que deve existir entre os distintos setores que formam uma nação - público, privado e sociedade civil, o programa procura vencer as limitações existentes, dar espaço para as novas gerações e fortalecer a reivindicação de valores democráticos na sociedade.

Programa Regional para a Atualização e Melhoria na Gestão Local (PRAMEG)

O PRAMEG tem como objetivo contar com organizações municipais mais eficientes e que trabalhem para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Programa de Melhoria de Meios de Comunicação

Este programa pretende contribuir para a capacitação de jornalistas, oferecer atualização de conhecimentos a outros repórteres nas áreas de atuação da CAF e oferecer um espaço para o debate e análise dos temas da agenda regional. Tudo como uma forma de fortalecer a governabilidade da região e um dos seus principais pilares - os meios de comunicação.

As atividades do programa são realizadas com o apoio de parceiros estratégicos, instituições reconhecidas e de elevado prestígio. Vale a pena destacar o Convénio de Cooperação assinado entre a CAF e a Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano (FNPI).

❖ Desenvolvimento Integral Comunitário

O Programa apoia projetos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, criando oportunidades de desenvolvimento através da inserção produtiva e do desenvolvimento integral do indivíduo, com foco na criação de capital social e promoção de Responsabilidade Social Corporativa.

Estes projetos devem harmonizar as componentes de apoio socioprodutivo com outros pilares de desenvolvimento humano: cultura, educação, saúde e desporto.

Os principais beneficiários são as comunidades e/ou produtores excluídos do modelo socioeconómico formal, que se encontram na base da pirâmide social, dando ênfase a regiões vizinhas com projetos financiados pela CAF.

As componentes do programa são:

- *Componente produtiva*
  Apoia comunidades a melhorarem a geração de rendimento sustentável através da capacitação e assistência técnica, da adoção de recursos produtivos (*inputs*, equipamentos, entre outros) e do fortalecimento das organizações produtivas.
- *Componente social*
  Contempla o desenvolvimento de iniciativas de saúde (prevenção de doenças e planeamento familiar) e o resgate de crianças e jovens em situação de exclusão social, através da educação e capacitação de ofícios. Assim mesmo, incorporam-se elementos de fortalecimento da organização comunitária para apoiá-la na sua efetiva autogestão.
- *Componente cultural*
  Centra-se no apoio ao fortalecimento, resgate e desenvolvimento do acervo cultural e patrimonial da região.

❖ Música para Crescer

O Programa CAF de Ação Social pela Música consolidou-se desde a sua criação, em 2000, como um dos programas bandeira no âmbito da inserção social de crianças e jovens em situação de risco.

Inspirado no modelo de sucesso venezuelano do Sistema de Orquestras Infanto-Juvenis da Venezuela e coordenado academicamente pelo Maestro José António Abreu, este programa está direcionado principalmente a crianças e jovens com escassez de recursos e demonstrou ser uma excelente ferramenta de resgaste social por meio do ensino musical, tanto coral como orquestral.

O programa é executado em sessões de capacitação itinerantes. As atividades que integram o programa são o Conservatório Latino Itinerante (capacitação orquestral), Vozes Latinas em Coro (capacitação em coral), Oficina Itinerante Latina de Lutería, e transversalmente a cada um deles, Capacitação de Formadores, dirigido à educação de futuros professores locais que geram um efeito multiplicador e sustentável do programa.

Os países beneficiados pelo Programa são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Alguns resultados para o período 2000-2011:

- 47 mil crianças e jovens de setores vulneráveis formados pelo programa;
- 606 maestros capacitados estão multiplicando o modelo nas suas comunidades;
- 162 sessões instrumentais, de coral e de lutería realizados na região.

❖ Ação Social para o Desporto

Com este programa pretende-se canalizar e desenvolver o desporto como ferramenta de prevenção e resgate de crianças e jovens em situação de risco social.

A partir da formação e capacitação desportiva de crianças, jovens, treinadores e árbitros locais, fomentam-se valores de solidariedade, disciplina, responsabilidade, respeito, ética e trabalho em equipa.

Ambiente

A CAF está comprometida com o meio ambiente como parte da sua missão institucional de promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional, ao criar estratégias específicas e concretizar programas e iniciativas.

A Instituição desenvolve esquemas inovadores de financiamento que contribuem para aumentar o investimento em ambiente nos países da região.

A CAF desenvolveu uma visão de gestão ambiental para apoiar os países da América Latina na construção de um desenvolvimento sustentável que lhes permita migrar para economias de baixo carbono.

Os programas estratégicos da instituição na vertente ambiente pretendem alinhar-se com a estratégia internacional de construção de um desenvolvimento sustentável, para a criação de economias de baixo carbono e otimizar a capacidade de resposta dos seus países acionistas.

Ao mesmo tempo, a CAF pretende estar alinhada com:

- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Pacto Global;
- Três convenções da Organização das Nações Unidas sobre desertificação, biodiversidade e alterações climáticas;
- Agenda 21 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Rio +20).

Os programas estratégicos da CAF para o setor do ambiente são os seguintes:

- ❖ **Programa de Gestão Ambiental para o desenvolvimento sustentável**
- ❖ **Programa de Gestão Institucional Socioambiental**
- ❖ **Programa Latino-Americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas**

❖ Programa de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

O Programa de Gestão Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável tem como objetivos fundamentais promover:

- A gestão estratégica de florestas;
- O aproveitamento sustentável da biodiversidade com o apoio ao biocomércio;
- Programas de adaptação e vulnerabilidade;
- A transformação produtiva dos setores.

Este Programa está dividido em:

- Programa Estratégico de Florestas;
- Programa Estratégico de Biocomércio;
- Programa Estratégico de Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas;
- Programa Estratégico de Transformação Produtiva.

Programa Estratégico de Florestas

O Programa Estratégico de Florestas tem como objetivo promover a preservação da floresta, através da participação ativa das populações que vivem nas florestas ou em zonas de transição, com recurso a investimentos que permitam a redução da pobreza e a melhoria da sua qualidade de vida.

Adicionalmente, pretende-se uma reflorestação e uso sustentável de plantações florestais para a indústria do mobiliário, entre outras.

As áreas de ação do programa são as seguintes:

- Preservação de áreas protegidas e recuperação de áreas degradadas;
- Melhoria da competitividade da atividade de reflorestação, redução de queimadas florestais e do derrube de florestas naturais;
- Linhas base de emissões, inventário de emissões de carbono e promoção de redução de emissões por desmatação e degradação de florestas;
- Preservação de florestas, através da participação ativa das populações que vivem nas florestas ou em zonas de transição, com recurso a investimentos que permitam a redução da pobreza e a melhoria da sua qualidade de vida;
- Reflorestação e uso sustentável de plantações florestais para a indústria do mobiliário, entre outras.

Programa Estratégico de Biocomércio

O Programa Estratégico de Biocomércio tem como objetivo o fomento do biocomércio e dos mercados verdes e foca-se nos seguintes mercados e indústrias:

- Alimentar;
- Cosmética e farmacêutica;
- Moda, artesanato e joalharia;
- Florestal e química;
- Turismo sustentável.

Programa Estratégico de Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas

O Programa Estratégico de Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas tem como objetivo a redução da vulnerabilidade atual e futura às alterações climáticas, adaptando os investimentos para enfrentar a erosão costeira e o aumento do nível do mar, assim como inundações, deslizamentos e secas extremas.

As suas áreas de ação são as seguintes:

- Ações imediatas de investimento na adaptação;
- Construção e manutenção de infraestruturas que incluam parâmetros indicativos das mudanças nas tendências climáticas específicas;
- Programas de investimento em segurança alimentar que promovam a diversificação económica;
- Transferência de tecnologia que permita a transformação produtiva e o uso sustentável dos recursos naturais.

Programa Estratégico de Transformação Produtiva

O Programa Estratégico de Transformação Produtiva procura promover a identificação e o desenvolvimento de estratégias e projetos pilotos para incentivar padrões sustentáveis de produção e consumo nas indústrias e empresas da América Latina.

Com isto pretende apoiar tanto o setor público, na criação de políticas, normas e instrumentos de gestão, como o setor privado, ao proporcionar financiamento, difundir o conhecimento e desenvolver projetos pilotos, entre outros.

❖ Programa de Gestão Institucional Socioambiental

Tem como objetivo garantir a sustentabilidade física e ambiental e a responsabilidade social das operações financiadas pela CAF e promover uma cultura de sustentabilidade entre os seus colaboradores.

Por sua vez, o programa é composto por:

- Programa de Avaliação e Monitorização Ambiental e Social de Operações;
- Programa de Avaliação Ambiental e Social com Foco Estratégico;
- Programa Institucional de Gestão Ambiental;
- Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável em Instituições Financeiras.

Programa de Avaliação e Monitorização Ambiental e Social de Operações

Tem como objetivo integrar de forma sistemática os recursos técnicos, humanos, tecnológicos e financeiros disponíveis para a avaliação e a monitorização das operações, de forma a que se internalizem as considerações ambientais e sociais em cada uma das fases do processo de crédito da CAF, com o fim de proporcionar ferramentas e critérios para a tomada de decisão face à viabilidade ambiental e social das operações.

Programa de Avaliação Ambiental e Social com Foco Estratégico

Tem como objetivo fornecer aos atores envolvidos no planeamento e execução de projetos de infraestrutura linear, um marco conceptual, uma série de diretrizes práticas e uma ferramenta para a aplicação de avaliações ambientais e sociais com foco estratégico, a fim de:

- Melhorar a compreensão dos territórios para potencializar o seu desenvolvimento sustentável;
- Identificar cenários e tendências em relação aos riscos ambientais e sociais gerados nesses territórios pelos projetos;
- Projetar recomendações para a formulação e implementação dos projetos;
- Promover um espaço de diálogo construtivo entre os atores envolvidos.

Programa Institucional de Gestão Ambiental

Tem como objetivo planear, executar e avaliar projetos e atividades que no âmbito da responsabilidade social empresarial fomentem e mantenham uma cultura de sustentabilidade entre os colaboradores da instituição.

O Programa contempla sete projetos especiais:

- Poupança e uso eficiente da água;
- Poupança e uso eficiente da energia;
- Poupança e uso eficiente de materiais de escritório;
- Gestão de resíduos sólidos;
- CAF Zero (gases com efeito de estufa);
- Melhoria das condições ambientais internas de trabalho;
- Monitorização e controlo.

Programa de Promoção do Desenvolvimento Sustentável em Instituições Financeiras

Tem como objetivo fomentar a aceitação dos princípios e práticas da gestão ambiental e social dentro dos setores financeiros da América Latina.

O Programa procura:

- Trabalhar com os reguladores financeiros e as associações bancárias, a fim de promover a aceitação dos conceitos básicos sobre a identificação, avaliação e gestão adequada dos riscos ambientais e sociais associados aos projetos e investimentos do setor financeiro;
- Apoiar e facilitar a identificação e promoção das oportunidades de negócio nos mercados ambientais emergentes, em particular na implementação de projetos em diferentes mercados de carbono;
- Conceber uma estratégia de difusão e capacitação continuada, direcionada às entidades financeiras, sócios e clientes da CAF, em relação à gestão ambiental e social das instituições financeiras e na conceção e implementação de sistemas de gestão de riscos ambientais e sociais.

❖ Programa Latino-Americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e)

Tem como objetivo contribuir para reduzir o problema do aquecimento global e promover o uso de energias limpas e alternativas na América Latina, mediante o desenvolvimento e financiamento de projetos inovadores.

Por meio deste programa, a CAF contribui para reduzir o problema do aquecimento global e promove o uso de energias limpas e alternativas na América Latina, por meio do desenvolvimento e financiamento de projetos inovadores.

Os esforços estão focados em:

- Promover e participar ativamente no desenvolvimento do mercado de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE), contando com a participação dos setores público e privado;
- Apoiar os países, setores produtivos e projetos na conquista de compradores e, em geral, contribuir para consolidar uma procura contínua de créditos de carbono, para América Latina e Caribe;
- Fornecer apoio técnico, de intermediação e financiamento a projetos com potencial de redução de emissões de GEE;
- Fortalecer as instituições e os mecanismos nacionais para estimular e consolidar o mercado de GEE;
- Apoiar com linhas especializadas de financiamento os países da região na identificação e desenvolvimento de projetos de energias limpas, alternativas e de eficiência energética.

Com o Programa Latino-americano de Carbono, Energias Limpas e Alternativas (PLAC+e), a CAF contribui para a mitigação da problemática global das alterações climáticas e promove o uso de energias limpas e alternativas na América Latina, como um motor para o desenvolvimento sustentável da região.

Oportunidades de Financiamento

- Linhas de financiamento para projetos que reduzem GEE;
- Linhas de financiamento para projetos de energias limpas, alternativas e de eficiência energética;
- Diferentes fundos para o desenvolvimento de projetos inovadores;
- Pagamento antecipado sobre as reduções de emissões certificadas.

Compradores do Mercado de Carbono

A CAF contribui ativamente para a redução de emissões de Gases de Efeito Estufa com as seguintes ações:

- Identificação de projetos que reduzem GEE;
- Corretagem de Certificados de Redução de Emissões (CRE);
- Financiamento de projetos de redução de GEE.

O PLAC+e diversifica as opções de compra e propicia a comercialização de redução de GEE para compradores, ao ampliar as oportunidades de venda de créditos de carbono a diferentes opções e mercados:

- Fundo Espanha/CAF por meio da Iniciativa Ibero-Americana de Carbono (IIC);
- Fundo Holanda/CAF (CAF-Netherlands-CDM Facilite);
- Mercados voluntários e outros mercados emergentes;
- Compradores privados do mercado de carbono;

Serviços para Patrocinadores de Projetos

- Identificação e desenvolvimento integral de todo o ciclo de projeto de redução de GEE;
- Amplo suporte técnico para a estruturação de projetos e apoio aos processos administrativos e trâmites relativamente às organizações envolvidas;
- Desenvolvimento de novas metodologias de linha base e monitorização;
- Acompanhamento e apoio aos projetos na fase de monitorização e expedição de CRE e outros certificados de redução de carbono (VRE);
- Emissão de créditos de carbono;
- Promoção da comercialização de créditos de carbono para compradores;
- Apoio ao financiamento de projetos de redução de emissões diante dos avanços do fluxo de rendimento gerado pela venda de crédito de carbono;
- Apoio com recursos de cooperação técnica para fortalecer instituições, mecanismos e associações dos países acionistas da CAF;
- Apoio com recursos de cooperação técnica para fortalecer aspetos técnicos, sociais e ambientais relacionados a projetos de redução de emissão de GEE;
- Estruturação e financiamento de projetos de GEE, energias limpas e alternativas.

Setores de interesse e principais projetos de redução de GEE desenvolvidos pelo PLAC+e

- Energias limpas e alternativas: energia eólica;
- Energias limpas e alternativas: energia geotérmica;
- Centrais hidroelétricas de pequena escala;
- Captura e uso de biogás (metano) a partir de biomassa;
- Captura, uso e redução de fugas de metano;
- Captura e sequestro de carbono;
- Reflorestação de áreas degradadas;
- Eficiência energética;
- Sistemas de transportes mais eficientes: *bus rapid transit.*

Políticas Públicas e Pesquisa

A CAF desenvolve atividades para promover o desenvolvimento de capital produtivo e humano, fortalecer a competitividade das nações, apoiar o fortalecimento das instituições governamentais, contribuir com o alcance de consensos em torno de políticas públicas e apoiar os processos de integração económica.

Tudo isto mediante programas e projetos em torno dos temas:

- **Competitividade**
- **Governança Empresarial**
- **Pesquisa e Estudos Económicos**

De seguida aborda-se cada uma destas temáticas.

❖ Competitividade

Com o objetivo de apoiar uma série de iniciativas para melhorar a competitividade regional, a CAF criou em 1999, o Programa de Apoio à Competitividade (PAC), dentro de um esforço coordenado e transversal de diferentes áreas da CAF, para apoiar direta e indiretamente a melhoria do ambiente competitivo da região.

Entre as suas atividades, o PAC desenvolve e apoia diversas atividades de divulgação sobre as questões da competitividade na região.

O programa concentra-se também no desenvolvimento de projetos em conjunto com os governos, empresários e setor académico.

O PAC oferece assistência técnica e financeira gratuita a projetos que visem a criação de vantagens competitivas como um dos mecanismos para alcançar níveis maiores de desenvolvimento e bem-estar para a maioria da população.

Com base na experiência e na procura na região, o Programa de Apoio à Competitividade centrou-se no apoio às seguintes áreas de trabalho:

- **Desenvolvimento de *clusters* com capacidades produtivas e comerciais**

  O objetivo é contribuir para a confiança, a cooperação e a capacidade de associação entre os diferentes atores nos *clusters*, tais como as universidades, empresas, fornecedores, distribuidores, organizações de apoio financeiro e não financeiro, as organizações científicas e tecnológicas, organizações públicas, associações, entre outros. Alguns exemplos de intervenções do PAC neste ponto têm sido os programas de desenvolvimento de fornecedores e distribuidores, programas de certificação de qualidade de acordo com as normas internacionais, o desenvolvimento de consórcios de exportação, os programas de melhoria da logística, entre outros.

- **Promoção da capacidade empreendedora**

  Pretende melhorar o ambiente empresarial, possibilitando a geração de novas ideias de negócio, bem como a consolidação de empresas competitivas existentes na região. Nesta área, o PAC tem promovido o fortalecimento de empresas incubadoras e pré-incubadoras na região, concursos de ideias empreendedoras e planos de negócios. O programa tem contribuído para o estabelecimento de redes universitárias de atendimento ao empreendedor, aulas virtuais e presenciais de empreendedorismo e tem gerado conhecimentos para fins académicos nas áreas do empreendedorismo.

- **Melhoria do ambiente de negócios**

  O Programa pretende também contribuir com a redução das principais barreiras que restringem o desenvolvimento empresarial na região, tais como os entraves administrativos encontrados nas instituições. Nesta área, o PAC apoia o desenvolvimento de estudos que permitem a identificação de barreiras para fazer negócios nos países da região e de projetos que têm promovido a simplificação, sistematização eletrónica, e redução das barreiras administrativas que afetam a atividade produtiva.

Para serem beneficiados, os projetos devem produzir resultados concretos no seu campo de atuação, ser autossustentáveis e gerar resultados como por exemplo, uma demonstração prática sobre como elevar o nível de competitividade na região.

A duração dos acordos de cooperação varia entre seis meses e dois anos. A participação financeira do PAC varia de acordo com a natureza do projeto e, em todos os casos, os beneficiários devem assumir parte dos custos das iniciativas, bem como compromissos não financeiros para a sua execução.

❖ Governança Empresarial

O conceito de governança empresarial refere-se ao sistema pelo qual uma empresa é gerida e controlada no desenvolvimento das suas atividades económicas. Incide sobre as responsabilidades e direitos de cada membro da organização e nas regras a serem seguidas para a tomada de decisões.

Em particular, a governança empresarial refere-se às práticas formais ou informais que estabelecem a relação entre o Conselho, que define as metas da empresa, a Direção, que administra e opera no dia-a-dia, e os acionistas, que investem nela.

As orientações para uma boa governança estão destinadas principalmente a empresas e organizações em geral, mas também podem aplicar-se aos governos e órgãos reguladores da sociedade, bem como aos mercados de capitais e os seus operadores.

Nesse contexto, e aderindo ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e à integração regional, a CAF tem promovido um programa destinado a fomentar as melhores práticas de governança empresarial a nível regional.

O programa de governança empresarial visa contribuir para a promoção das melhores práticas em áreas como a competitividade, tanto a nível empresarial quanto a nível setorial e macroeconómico.

No nível empresarial, manter as boas práticas de governança empresarial melhora a disponibilidade e as condições de obtenção de recursos financeiros (oferece menores custos de acompanhamento e menores riscos associados à sua gestão), e permite o estabelecimento de acordos em melhores condições e prazos maiores com outras partes interessadas (fornecedores, clientes ou trabalhadores), ao contar com uma contrapartida que proporciona maior transparência e melhor foco na geração de valor.

De uma forma geral, a adoção de boas práticas de governança empresarial contribui para o desenvolvimento institucional do sistema financeiro e do mercado de ações.

Especificamente, as ações do programa desenvolvem-se na região em conjunto com parceiros locais e incluem as seguintes atividades:

- Contribuições conceptuais, como a elaboração e publicação de normas e diretrizes e sobre governança empresarial para empresas;
- Realização de fóruns e eventos, conceção e publicação de material de sensibilização;
- Implementação de casos-piloto de boas práticas em diferentes tipos de empresas;
- Estudos de acompanhamento e medição relacionados com a adoção de boas práticas de governança empresarial.

O programa de governança empresarial desenvolve projetos em parceria com governos, empresários e membros do mundo universitário envolvidos com o tema, oferendo assistência técnica e financeira gratuita relacionada com as atividades mencionadas anteriormente.

A duração dos acordos de cooperação é, em média, de seis meses, e a participação financeira do programa varia de acordo com a sua natureza e alcance. Em todos os casos, os beneficiários devem assumir parte dos custos das iniciativas e/ou compromissos financeiros para a sua implementação.

❖ Pesquisa e Estudos Económicos

Este último tema - Pesquisa e Estudos Económicos - é desenvolvido no *site* da CAF.

Neste mesmo *site*, estão disponíveis as seguintes publicações:

- **Pesquisa**
  - Relatório de economia e desenvolvimento;
  - Perspetivas: análise de temas críticos para o desenvolvimento sustentável;
  - Concurso anual de pesquisa;
  - Pesquisa CAF;
  - Lista de documentos de trabalho.
- **Documentos sobre acompanhamento nos setores da macroeconomia**
  - Observatório regional;
  - Relatório económico semestral;
  - Notas de conjuntura;
  - Documentos especiais de conjuntura económica.

Setores Produtivos e Financeiros

Este campo está divido em 3 vertentes:

- **Setor Privado**
- **Sistemas Financeiros**
- **Acesso a Financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)**

Estes três setores são abordados de seguida.

❖ Setor Privado

A melhoria contínua da qualidade de vida dos latino-americanos é um objetivo primordial da CAF, razão pela qual desenvolve iniciativas que estimulem o crescimento do setor privado nas economias dos seus países acionistas e, desta forma, gerem cada vez mais empregos e produzam mais bens e serviços para a população.

Especificamente, a CAF pode financiar o setor produtivo privado outorgando créditos de longo prazo para empresas - para a construção e compra de ativos (obras civis, equipamentos e equipas) destinados à produção de bens ou à prestação de serviços, assim como linhas de crédito para fundo de maneio, que podem ser utilizadas, por exemplo, para a compra de matéria-prima. Além disso, a CAF pode oferecer financiamentos de longo prazo a projetos, na modalidade de *project finance*.

O banco de desenvolvimento também apoia o trabalho de empresas privadas nos setores das infraestruturas, transportes, portos e aeroportos, mineração, indústria, energia elétrica, petróleo e gás, e outros, incluindo aqueles onde é necessário o financiamento a vencedores de licitações públicas.

Em muitos casos de financiamento de longo prazo, a CAF não atua sozinha, mas associa-se, através de cofinanciamento, a outras instituições financeiras privadas, públicas ou multilaterais, ou outorga empréstimos na modalidade de empréstimo A/B, sendo o credor o titular do empréstimo (participante A) e compartilhando certos privilégios com os participantes B.

Os trabalhos de apoio da CAF ao setor privado incluem também serviços de assessoria financeira nas áreas de conceção e execução de processos de licitações públicas (concessões e privatizações), parcerias público-privadas (PPP), mitigação de riscos (garantias parciais de crédito e risco), levantamento de fundos (dívida e/ou capital), refinanciamento de passivos, valorização de empresas e fusões e aquisições.

❖ Sistemas Financeiros

O setor financeiro da América Latina enfrenta diversos desafios e oportunidades para conciliar o seu papel perante a globalização e a competitividade, e para superar a crise financeira internacional. Por isso, o setor assume e integra, cada vez com maior responsabilidade, os princípios de desenvolvimento sustentável em todas as suas atividades.

Consciente desta realidade, a CAF trabalha constantemente no desenvolvimento de produtos e novos mecanismos de financiamento de projetos, assim como no estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades financeiras, fundos de *venture capital*, bancos de desenvolvimento, entidades públicas, organizações não-governamentais, fundações, entre outros, a fim de facilitar o processo de acesso a capital.

A CAF participa no financiamento dos setores púbico e privado, com maior participação em operações mistas. Contudo avançou ativamente no financiamento do setor privado em geral.

Em relação aos sistemas financeiros, a participação no financiamento do setor financeiro público e privado mostrou um crescimento contínuo nos últimos anos, além de ter tido uma importante melhoria no apoio a políticas do setor financeiro para que os países adotem melhores práticas nos seus sistemas de fiscalização e tenham assim um maior desenvolvimento nos seus mercados de capital.

Além disso, promove o desenvolvimento e integração dos mercados financeiros, contribuindo para o fortalecimento dos sistemas de regulamentação e supervisão bancária, mercados de capitais, pensões e seguros dos países acionistas, enquanto apoia a promoção de melhores práticas de governança empresarial, do fortalecimento da qualidade dos emissores e do aprofundamento dos mercados.

Paralelamente, também fomenta o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, através do Programa de Acesso ao Financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), em função da sua importância para o desenvolvimento regional igualitário e sustentável na região.

❖ Acesso a Financiamento para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)

Em busca de um desenvolvimento regional igualitário, sustentável e consciente de que a dificuldade de acesso ao financiamento é uma das principais barreiras que afetam a dinâmica empreendedora das MPME, a CAF promove a conceção e a utilização de novos mecanismos que visam facilitar o acesso ao financiamento do setor.

O sucesso das ações da CAF depende, em grande medida, das parcerias que estabelece com sócios estratégicos locais que compartilham os seus interesses e contam com comprovada capacidade para executar programas focados na melhoria das condições financeiras das MPME.

Estes sócios são instituições micro-financeiras (IMF), bancos e outras instituições financeiras, fundos de *hedge* de diversos tipos, organizações não-governamentais (ONG), empresas que apoiam PME fornecedoras e distribuidoras, sistemas de garantias de crédito e agências públicas vinculadas ao setor.

A CAF fomenta e promove um trabalho eficaz além da consolidação da atividade de microfinanças na região. Durante mais de dez anos, a CAF aprovou operações com mais de 50 IMF, incluindo operações patrimoniais, linhas de crédito, empréstimos subordinados e garantias parciais de emissões de bónus nos mercados de capitais.

Além de promover o financiamento competitivo, a CAF explora instrumentos inteligentes que visam o desenvolvimento empresarial sustentável pelo fomento da cultura empreendedora e inovação.

É notável a tarefa que a Instituição realiza para promover a indústria de capital de risco na região, o que contribui para maximizar o sucesso de empreendimentos com alto potencial de crescimento que se encontram tanto em etapas iniciais de desenvolvimento, como em algum estado de maior maturidade, mas que tenham perspetivas de expansão ainda melhores.

Além de colaborar com recursos de cooperação técnica, a CAF investe em fundos de capital inicial e de *venture capital,* tanto locais como regionais, procurando, com base na sua experiência, uma ativa participação na estruturação dos fundos.

4. Instituições Bancárias Portuguesas

Como apoio à internacionalização das empresas portuguesas, a **aicep Portugal Global** estabeleceu com alguns bancos portugueses, os protocolos que apresentamos de seguida.

aicep Portugal Global

http://www.portugalglobal.pt

4.1. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Popular Portugal, S.A

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco Popular para o desenvolvimento e concretização de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Ações de Capacitação Empresarial e Informação às Empresas**: iniciativas que visam a promoção do conhecimento sobre os mercados, as suas regras, modos de funcionamento e técnicas de exportação, bem como a divulgação de oportunidades de negócio e de investimento, e ainda dos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas em vigor.
- **Ações de Promoção da Imagem de Portugal e das Marcas, Bens e Serviços Portugueses nos Mercados Externos:** designadamente, no âmbito da participação em feiras internacionais de plataforma e outras iniciativas no exterior, de campanhas de mercado associadas a eventos âncora e de outras ações de reposicionamento nos mercados-alvo.

- **Ações de Extroversão e Mobilização das Empresas Portuguesas**: eventos como sejam conferências, seminários, encontros setoriais e outras sessões de divulgação e disseminação focadas na temática da internacionalização.
- **Instrumentos Financeiros e Produtos/Serviços Bancários de Apoio ao Comércio Externo, ao Investimento e à Internacionalização das Empresas exportadoras e/ou com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global, no âmbito do QREN**, nomeadamente, linhas de financiamento especificamente destinadas à atividade internacional das mesmas.
- **Apreciar, Prioritariamente, Projetos de Investimento de Empresas Portuguesas** (em território nacional para o incremento das exportações ou o desenvolvimento de marca, ou em território estrangeiro associados à criação de redes de distribuição ou unidades produtivas) que lhe sejam canalizados pela aicep Portugal Global, considerando como elementos relevantes de análise, os pareceres e/ou informações emitidos por esta no âmbito das suas atividades e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
- **Dinamizar um Conjunto de Ações de Informação e Assessoria Especializada**, de apoio às empresas que contribuam para o crescimento do seu negócio internacional.
- **Informar a aicep Portugal Global, de projetos merecedores de apoio por via do recurso à intervenção de Capital de Risco.**

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do Banco Popular Portugal.

http://www.bancopopular.pt/portugal

Beneficiários
Empresas Portuguesas Exportadoras e Investidoras (em Portugal e/ou no Estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de Colaboração Institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco Popular Portugal, S.A.**, a 6 de julho de 2009
Contacto da Instituição Bancária
Banco Popular Portugal, S.A. marketingempresas@bancopopular.pt Telefone: 21 007 15 30 Linha de Apoio ao Cliente - 808 201 616

4.2. Protocolo de Colaboração AICEP/Banco Santander Totta, S.A

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco Santander Totta, S.A. para o desenvolvimento de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Ações de Capacitação Empresarial e de Informação às Empresas**: visam a promoção do conhecimento sobre os mercados externos, as suas regras, modos de funcionamento e técnicas de exportação, bem como a divulgação de oportunidades de negócio e de investimento, e dos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas em vigor.
- **Ações de Promoção da Imagem de Portugal e das Marcas, Bens e Serviços Portugueses nos Mercados Externos**: designadamente, no âmbito da participação em feiras internacionais de plataforma e outras iniciativas no exterior, de campanhas de mercado associadas a eventos-âncora e de outras ações de reposicionamento nos mercados-alvo.
- **Ações de Extroversão e Mobilização das Empresas Portuguesas**: ex. conferências, seminários, encontros setoriais e outras sessões de divulgação e disseminação focadas na temática da internacionalização.
- **Instrumentos Financeiros e Produtos/Serviços Bancários de Apoio ao Negócio Internacional para Empresas Exportadoras e/ou com Projetos de Investimento Aprovados pela aicep Portugal Global, no âmbito do QREN,** nomeadamente, linhas de financiamento específicas para a atividade externa das mesmas, em condições especiais.
- **Apreciar, Prioritariamente, Projetos de Investimento de Empresas Portuguesas** (em território nacional para aumento das exportações ou em território estrangeiro associados à criação de redes de distribuição ou unidades produtivas) que lhe sejam canalizados pela aicep Portugal Global, considerando como elementos relevantes de análise, os pareceres e/ou informações emitidos por esta no âmbito das suas atribuições estatutárias e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
- **Informar a aicep Portugal Global, de Projetos Merecedores de Apoio por Via de Capital de Risco.**
- **Dinamizar/Apoiar o Acesso das Empresas Portuguesas aos Fundos Comunitários Disponíveis para as Áreas / Setores de Inovação, Investigação e Desenvolvimento; Tecnologias de Informação e Comunicação; Formação, Recrutamento e Emprego e Criação de Empresas, no Âmbito do Programa Mais** (Mediação e Apoio a Incentivos e Subsídios – *www.ProgramaMais.pt*).

As candidaturas, para financiamento, são efetuadas junto do Banco Santander Totta.

www.santandertotta.pt

Beneficiários
Empresas Portuguesas Exportadoras e Investidoras (em Portugal e/ou no Estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de Colaboração Institucional entre a **aicep Portugal Global** e **o Banco Santander Totta, S.A.**, a 20 de julho de 2009
Contacto da Instituição Bancária
Banco Santander Totta, S.A. Super Linha - 707 21 24 24 NetBanco Empresas - 21 780 71 30

4.3. Protocolo de Colaboração AICEP/ Barclays Bank (Portugal)

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Barclays Bank (Portugal), para o desenvolvimento e concretização de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Ações de Capacitação Empresarial e Informação às Empresas**: iniciativas que visam a promoção do conhecimento sobre os mercados, as suas regras, modos de funcionamento, técnicas de exportação, bem como de divulgação de oportunidades de negócio e de investimento, e ainda dos instrumentos de apoio à internacionalização das empresas em vigor.
- **Ações de Promoção da Imagem de Portugal, das Marcas, Bens e Serviços Portugueses nos Mercados Externos**: designadamente, no âmbito da participação em feiras internacionais de plataforma e outras iniciativas no exterior, de campanhas de mercado associadas a eventos âncora e de outras ações de reposicionamento nos mercados-alvo.
- **Ações de Extroversão e Mobilização das Empresas Portuguesas**: eventos como sejam conferências, seminários, encontros setoriais e outras sessões de divulgação e disseminação focadas na temática da internacionalização.
- **Desenvolvimento de Instrumentos Financeiros e Produtos/Serviços Bancários de Apoio ao Comércio Externo, ao Investimento e à Internacionalização das Empresas,** nomeadamente:
  - **Criar, Divulgar e Disponibilizar Linhas de Financiamento Especificamente Destinadas à Atividade Internacional das Empresas.**
  - **Praticar Condições Mais Vantajosas em Operações Bancárias Internacionais** de empresas portuguesas com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global, no âmbito do QREN.
  - **Apreciar Prioritariamente Projetos de Investimento de Empresas Portuguesas** (em território nacional para o incremento das exportações ou o desenvolvimento de marca, ou em território estrangeiro associados à criação de redes de distribuição ou unidades produtivas) que lhe sejam canalizados pela aicep Portugal Global considerando como elementos relevantes de análise, os pareceres e/ou informações emitidos por esta no âmbito das suas atividades e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
  - **Disponibilizar às Empresas Exportadoras Portuguesas um Conjunto de Serviços Especializados e Inovadores integrados no *Barclays Latitude Club***, que contribuam para o crescimento do seu negócio internacional e dinamizar neste âmbito, ações de abordagem comercial a mercados de forte implantação do banco, potenciadoras da internacionalização empresarial.

O Barclays Bank (Portugal) informará ainda a aicep Portugal Global, de projetos merecedores de apoio por via do recurso à intervenção de capital de risco.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do Barclays Bank (Portugal).

http://barclays.com

Beneficiários
Empresas Portuguesas Exportadoras e Investidoras (em Portugal e/ou no Estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de Colaboração Institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Barclays Bank**, **PLC**, a 16 de fevereiro de 2009
Contacto da Instituição Bancária
Barclays Bank (Portugal) empresas.pt@barclays.com Telefone: 707 505 050

4.4. Protocolo de Colaboração AICEP/ Caixa Geral de Depósitos (CGD, S.A.)

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o banco CGD, S.A. para o desenvolvimento e concretização de iniciativas e instrumentos que contribuam para a crescente internacionalização das empresas portuguesas, em particular para o aumento das exportações de bens e serviços de origem portuguesa, para o fomento do investimento empresarial e para o reforço da competitividade e da imagem das empresas nacionais nos mercados externos.

Descrição

O Protocolo define várias áreas de colaboração, a saber:

- **Parcerias em Iniciativas Dirigidas às Empresas Portuguesas**, ligadas ao comércio externo e ao investimento.
- **Intercâmbio e Divulgação de Informação**, sobre a oferta e soluções da CGD e da aicep Portugal Global direcionada à exportação, ao investimento e à internacionalização das empresas, bem como sobre oportunidades de negócio e cooperação.
- **Colaboração entre as Redes da CGD e da aicep Portugal Global nos Mercados Externos**, designadamente no aproveitamento mútuo de instalações e apoio logístico para quadros da CGD e da aicep Portugal Global (especialmente nos países onde cada uma das entidades não tem presença direita, respetivamente).
- **Desenvolvimento de Instrumentos Financeiros de Apoio ao Comércio Externo, ao Investimento e à Internacionalização de Empresas,** nomeadamente:
  - **Proporcionar Condições Mais Vantajosas em Operações Bancárias Internacionais** (pagamentos e cobranças para o exterior, remessas e créditos documentários de exportação, *factoring* e gestão de pagamentos internacionais, entre outros) de empresas portuguesas com projetos de investimento aprovados pela aicep Portugal Global, no âmbito do QREN.
  - **Criar Linhas de Financiamento à Exportação e ao Investimento para PME, para Mercados Emergentes de Elevado Potencial,** relevantes para a economia portuguesa, cujo perfil e características se insiram na política de risco de crédito da CGD.
  - **Apreciar Prioritariamente Projetos de Investimento Direto de Empresas Portuguesas no Exterior que Sejam Canalizados pela aicep Portugal Global**, considerando, entre os demais elementos relevantes, os pareceres e/ou informações emitidos por esta, no âmbito das suas atribuições estatutárias e de acordo com o Referencial de Mercados Prioritários da Agência.
  - **Disponibilizar um Serviço de Apoio às Empresas no seu Processo de Internacionalização**, através das Unidades da CGD no exterior.

A CGD informará ainda, a aicep Portugal Global de projetos merecedores de apoio por via do recurso à intervenção de capital de risco.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto da Caixa Geral de Depósitos.

https://www.cgd.pt/empresas
ou
http://www.cgd.pt/Corporativo/Rede-CGD/Pages/Gabinetes.aspx

Beneficiários
Empresas Portuguesas Exportadoras e Investidoras (em Portugal e/ou no Estrangeiro)
Legislação Aplicável
Protocolo de Colaboração Institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco CGD**, **S.A.**, a 14 de outubro de 2008.
Contacto da Instituição Bancária
Caixa Geral de Depósitos, S.A. Telefone: 707 242 477

4.5. Protocolo de Colaboração AICEP/ Millennium BCP

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco Millennium BCP para o desenvolvimento de iniciativas que dinamizem as exportações e o apoio às empresas exportadoras portuguesas em condições mais favoráveis.

Descrição

O Millennium BCP disponibiliza às empresas um Centro de Competências Especializado – o "Millennium Trade Solutions" – que oferece soluções estruturadas, globais e "costumizadas", de acordo com o perfil específico das atividades de cada empresa e dos países-alvo.

O Millennium BCP também disponibiliza, através da sua "Plataforma Internacional de Negócios (PIN)", um serviço de apoio às empresas em processo de internacionalização em países onde o banco está diretamente presente que inclui: aconselhamento sobre estratégias de expansão para novos mercados, com base no conhecimento das especificidades locais; identificação/divulgação de oportunidades de investimento e de comércio internacional; identificação/divulgação de quadros e mecanismos de apoio financeiro disponíveis junto de organizações internacionais vocacionadas para a promoção do investimento e apoio a projetos; apoio à realização de ações de prospeção de novos mercados e de seleção de novas parcerias.

Com a PIN, garante ainda, o acesso a uma rede de entidades especializadas ("*providers*") nos diversos mercados cuja intervenção se revele necessária à concretização das iniciativas de internacionalização e a garantia de apoio em termos de produtos e serviços financeiros junto das Instituições do Grupo nos mercados onde opera.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do Millennium BCP.

http://www.millenniumbcp.pt

Beneficiários
Empresas Portuguesas Exportadoras
Legislação Aplicável
Protocolo de Colaboração Institucional entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco BCP, S.A.**, a 12 de setembro de 2006
Contacto da Instituição Bancária
Millennium BCP Telefones: 707 242 477; 91 827 24 24 93 522 24 24; 96 599 24 24

4.6. Protocolo de Colaboração AICEP/ BPI, S.A.

Objetivo

Definir as linhas gerais de colaboração entre a aicep Portugal Global e o Banco BPI, S.A. para o desenvolvimento de iniciativas que dinamizem as exportações e o apoio às empresas exportadoras portuguesas em condições mais favoráveis.

Descrição

A presença do BPI nos países que se assumem como principais parceiros comerciais de Portugal permite assegurar o acompanhamento e apoio das empresas na sua atividade internacional.

A oferta BPI Exportação engloba uma diversidade de produtos e serviços bancários especialmente desenhados para responder às necessidades das empresas exportadoras, independentemente do mercado de destino, incluindo, entre outros, a Linha Financiamento Médio Prazo "BPI Exportação".

Outros produtos de apoio à atividade no estrangeiro: conjunto alargado de produtos e serviços para uma gestão mais simples e eficaz da atividade internacional (ordens de pagamento emitidas e recebidas; crédito documentário de exportação e de importação; remessas documentárias de exportação e de importação; cheques sobre o estrangeiro; adiantamentos e descontos de remessas; *forfait*; etc.).

Para além desta oferta mais abrangente, o BPI disponibiliza ainda, soluções desenhadas especificamente para apoiar as empresas portuguesas na sua atividade internacional em determinados mercados de referência.

As candidaturas para financiamento, são efetuadas junto do BPI.

https://www.bpinet.pt

Beneficiários
Empresas Portuguesas Exportadoras
Legislação Aplicável
Protocolo de Colaboração entre a **aicep Portugal Global** e o **Banco BPI, S.A.**, a 2 de março de 2006
Contacto da Instituição Bancária
Banco BPI, S.A. Telefone: 808 285 285

4.7. SOFID - Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

www.sofid.pt

Objetivo

A SOFID, criada em 2007, tem como objetivo contribuir para o crescimento económico de países emergentes e em vias de desenvolvimento, articulando esse objetivo com a estratégia do Estado Português em matéria de economia, cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento.

A SOFID contribui portanto, para o incremento das relações a nível produtivo e comercial entre Portugal e os países em vias de desenvolvimento, de forma a estimular o seu progresso económico e social, através da oferta de serviços e produtos financeiros junto das empresas privadas ou públicas (quando estas são geridas de forma comercial).

Descrição

A intervenção da SOFID é complementar à oferta financeira dos bancos comerciais e aos serviços oferecidos por outros instrumentos de internacionalização, intervindo apenas quando acrescenta valor a uma operação.

Como foi já referido, a SOFID está vocacionada para atuar nos países emergentes ou em vias de desenvolvimento. Contudo, prioriza as seguintes regiões do globo:

- África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Africa do Sul, Argélia, Marrocos e Tunísia;
- Ásia: China, Índia e Timor-Leste;
- América: Brasil e Venezuela.

A SOFID está também mais envolvida nos seguintes setores de atividade: setor agrícola, industrial, de infraestruturas (incluído as energias renováveis), turismo e financeiro.

Em termos de prioridades empresariais, a SOFID pretende apoiar sobretudo, as pequenas e médias empresas. Na perspetiva de uma partilha de risco e sempre que a participação da SOFID seja solicitada, esta pode também financiar grandes empresas, assim como as empresas públicas, desde que geridas de forma privada.

Programa LAIF - Facilidade de Financiamento para a América Latina

A Facilidade de Investimento na América Latina (LAIF) é um programa regional, criado pela Comissão Europeia em dezembro de 2009, para incentivar os governos dos países beneficiários e as instituições públicas a realizar investimentos essencias na América Latina. A LAIF foi lançada oficialmente em maio de 2010, em Madrid.

Trata-se de um mecanismo de financiamento que visa a combinação de subsídios com empréstimos de instituições financeiras públicas de desenvolvimento europeias, multilaterais ou bilaterais e bancos latino-americanos regionais.

ec.europa.eu/europeaid/where/latin-america/regional-cooperation/laif/index_pt.htm

O objetivo do programa é no fundo mobilizar financiamentos adicionais de forma a apoiar investimentos na América Latina, através do incentivo às entidades públicas a realizar investimentos essenciais, que não poderiam ser financiados apenas e só pelo mercado ou pelas instituições financeiras de desenvolvimento.

A SOFID está interligada ao programa LAIF, na medida em que, esta instituição atua como veículo intermediário de apresentação de projetos, a este mesmo programa.

Especificamente, o LAIF tem três objetivos estratégicos ligados entre si que se reforçam mutuamente:

- Melhorar as ligações entre os países latino-americanos, sobretudo, estabelecendo melhores infraestruturas no domínio da energia e dos transportes, incluindo eficiência energética, sistemas de energia renovável, sustentabilidade dos meios de transporte e redes de comunicação;
- Proteção acrescida do meio ambiente incluindo adaptação e mitigação das alterações climáticas;
- Promover o desenvolvimento socioeconómico equitativo e sustentável através da melhoria das infraestruturas dos serviços sociais e apoio às PME.

As contribuições do LAIF podem assumir várias formas:

- Doações em projetos de cofinanciamento de infraestruturas públicas;
- Subsídio para o custo de garantias;
- Subsídio da taxa de juro;
- Assistência técnica

  No âmbito de uma operação específica de investimento (pré investimento), ou no decorrer normal da atividade da empresa, a qual será acompanhada por uma das instituições financeiras elegíveis;
- Operação de capital de risco

  No âmbito de uma operação específica de investimento (pré investimento), ou por necessidade da própria empresa em requerer uma operação de capital de risco no decorrer da sua atividade, a qual será acompanhada por uma das instituições financeiras elegíveis.

Modo Operacional da LAIF

Os pedidos de subvenções direcionados á LAIF são feitos diretamente à Comissão Europeia, após acordo dos países beneficiários, pelas instituições financeiras europeias que apresentem um pedido de financiamento a projetos elegíveis. A instituição financeira líder apresenta o projeto para aprovação aos organismos competentes da LAIF.

Especificamente, os projetos são selecionados pelo FIG - Grupo de Instituições Financeiras a partir de um conjunto de operações submetidas pelas instituições financeiras para um eventual financiamento do projeto.

Os procedimentos de concessão de subvenções da LAIF são baseados na aprovação pelo comité de gestão dos projetos selecionados pelo grupo das instituições financeiras.

Os beneficiários finais da LAIF são os países latino-americanos direta ou indiretamente através das suas administrações centrais, regionais e locais, assim como o setor privado presente na América Latina, em especial as PME.

Financiamento e Orçamento

No âmbito da avaliação intercalar do documento de estratégia regional para a América Latina, a Comissão Europeia alocou um montante de 125 milhões euros para o período 2009-2013.

Projetos Aprovados no Âmbito da LAIF

O Conselho da LAIF aprovou 23 operações para a região da América Latina, para uma contribuição total da LAIF, de 181,6 milhões de euros. A LAIF mobilizou cerca de 4,7 mil milhões de euros de investimento por parte das instituições financeiras bilaterais, multilaterais, instituições financeiras latino-americanas e outros doadores.

5. BIBLIOGRAFIA

- http://www.iadb.org/en/inter-american-development-bank,2837.html
- http://www.worldbank.org
- http://www.caf.com/es
- Revista Portugal global - Edição Março 2013 - Artigo: "*CAF disponível para apoiar empresas portuguesas na América Latina - Entrevista Guillermo Fernández de Soto*". Pág.6-11.
- http://www.santandertotta.pt
- http://barclays.com
- https://www.cgd.pt/empresas
- http://www.milleniumbcp.pt
- http://www.sofid.pt
- http://ec.europa.eu/europeaid
- http://www.portugalglobal.pt

AEP – Associação Empresarial de Portugal

INTERAMBINERG – Internacionalização do Sector Português do Ambiente e Energia
4450-617 Leça da Palmeira | Tel: 229 981 500 | Fax: 229 981 771
http://eco4.aeportugal.pt/ | projectos.especiais@aeportugal.com

Promotor

AEP CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Cofinanciamento

COMPETE PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL PORTUGAL 2007.2013

UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional